

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

Eder Dannenhauer da Conceição

**AS REPRESENTAÇÕES DA REGIONALIDADE DO CABOCLO
ERVATEIRO DO RIO GRANDE DO SUL NAS OBRAS LITERÁRIAS.**

Santa Maria, RS

2023

Eder Dannenhauer da Conceição

**AS REPRESENTAÇÕES DA REGIONALIDADE DO CABOCLO ERVATEIRO DO
RIO GRANDE DO SUL NAS OBRAS LITERÁRIAS.**

Trabalho de Conclusão, Dissertação
apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Geografia da Universidade Federal de Santa
Maria (UFSM, RS), como requisito parcial pra
obtenção do título de Mestre em Geografia

Orientador: Professor Dr. Benhur Pinós da Costa

Santa Maria, RS

2023

CONCEIÇÃO, EDER DANNENHAUER DA
AS REPRESENTAÇÕES DA REGIONALIDADE DO CABOCLO
ERVATEIRO DO RIO GRANDE DO SUL NAS OBRAS LITERÁRIAS. /
EDER DANNENHAUER DA CONCEIÇÃO.- 2023.
155 p.; 30 cm

Orientador: BENHUR PINÓS DA COSTA
Coorientador: EDUARDO SCHIAVONE CARDOSO
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Geografia, RS, 2023

1. CABOCLOS 2. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS 3. LITERATURA E
GEOGRAFIA 4. ANÁLISE TEXTUAL DISCURSIVA I. PINÓS DA
COSTA, BENHUR II. SCHIAVONE CARDOSO, EDUARDO III.
Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, EDER DANNENHAUER DA CONCEIÇÃO, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Eder Dannenhauer da Conceição

**AS REPRESENTAÇÕES DA REGIONALIDADE DO CABOCLIO ERVATEIRO DO
RIO GRANDE DO SUL NAS OBRAS LITERÁRIAS.**

Dissertação apresentada ao curso do Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial pra obtenção do título de Mestre em Geografia

Aprovada em 09 de fevereiro de 2023

Benhur Pinós da Costa, Doutor (UFSM)

(Orientador)

Humberto José da Rocha, Doutor (UFFS)

Natalia Lampert Batista, Doutora (UFSM)

AGRADECIMENTO

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus por estar com saúde para realizar esse grande sonho do Mestrado.

A minha família que são extremamente importantes nessa trajetória. A minha esposa e filhas que são o motivo que fazem eu querer sempre buscar mais conhecimento para oferecer-lhes uma vida próspera.

Ao meu orientador, Professor Doutor Benhur da Costa Pinós que sempre esteve me auxiliando nessa trajetória, e que apesar de não conhecermos pessoalmente tornou-se um grande amigo.

Agradecer aos professores que participaram da Banca, Professor Doutor Humberto José da Rocha e a professora Doutora Natália Lampert Batista, que também foram essencial nessa trajetória.

Meu agradecimento também às direções das escolas nas quais trabalho e aos colegas, por sempre me apoiarem e entenderem minhas preocupações e anseios.

Muito obrigado pela confiança!

RESUMO

AS REPRESENTAÇÕES DA REGIONALIDADE DO CABOCLO ERVATEIRO DO RIO GRANDE DO SUL NAS OBRAS LITERÁRIAS

AUTOR: Eder Dannenhauer da Conceição
ORIENTADOR: Benhur Pinós da Costa

Essa análise tem como objetivo contribuir sobre a reflexão acerca das representações da regionalidade do caboclo ervateiro do Rio Grande do Sul nas obras literárias. Mediante as relações existentes entre a geografia e a literatura buscamos fazer uma análise a respeito dos caboclos e suas representações regionais, procurando ressignificar o papel de minorias que, por várias décadas, estiveram esquecidas pela pesquisa, tanto geográfica como histórica. Nosso referencial iniciou a partir do estudo e discussões sobre o conceito do termo caboclo, após passamos pelo artifício de compreensão sobre as Representações Sociais, discutindo conceitos e como o espaço vai se constituindo em um processo contínuo de estabelecimento de relações, ligando e interagindo significações de diversas formas de troca entre a intersubjetividade e o coletivo que formam a sociedade. Sequencialmente discutimos a relação existente entre a geografia e literatura identificando uma analogia entre ambas, e que fornecem subsídios para o conhecimento dos sujeitos e sua relação com o mundo. Como caminho metodológico utilizamos a Análise Textual Discursiva (ATD) que está alinhada a uma natureza qualitativa que tem por desígnio construir algo sobre fenômenos em discussão. Através da Análise Textual Discursiva (ATD) construímos uma análise das obras “Os Parceiros do Rio Bonito” de Antônio Candido, “História agrária do Planalto gaúcho” de Paulo Afonso Zarth, as quais possuem reflexões sobre o caboclo. Essas discussões foram organizadas em metatextos com a teorização sobre o fenômeno que foi investigado.

Palavras-chave: Geografia, Literatura, Representações, Caboclos.

ABSTRACT

REPRESENTATIONS OF THE REGIONALITY OF CABOCLO ERVATEIRO OF RIO GRANDE DO SUL IN LITERARY WORKS

AUTHOR: Eder Dannenhauer da Conceição

ADVISOR: Benhur Pinós da Costa

This analysis aims to contribute to the reflection on the representations of the regionality of the caboclo herbeiro from Rio Grande do Sul in literary works. Through the existing relations between geography and literature, we seek to make an analysis about the caboclos and their regional representations, seeking to reframe the role of minorities that, for several decades, were forgotten by research, both geographical and historical. Our reference started from the study of Social Representations, discussing concepts and how space is constituted in a continuous process of establishing relationships, connecting and interacting meanings of different forms of exchange between intersubjectivity and the collective that form society. We sequentially discuss the relationship between geography and literature, identifying an analogy between both, and which provide subsidies for the knowledge of subjects and their relationship with the world. As a methodological path, we used Discursive Textual Analysis (DTA), which is aligned with a qualitative nature whose purpose is to build something about the phenomena under discussion. Through Discursive Textual Analysis (DTA) we built an analysis of the works “Os Parceiros do Rio Bonito” by Antônio Candido, “História agrária do Planalto gaúcho” by Paulo Afonso Zarth, which have reflections on the caboclo. These discussions are organized in metatexts with theorization about the phenomenon that was investigated.

Keywords: Geography, Literature, Representations, Caboclos.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Mapa do Rio Grande do Sul dividido por regiões.	12
FIGURA 2 - O Caipira, sua casa, seu meio e seu meio de locomoção (1948).....	114
FIGURA 3 - A Mãe, a filha, a casa e a galinha, uma das bases da dieta caipira.	115
FIGURA 4 - Agricultura itinerante praticada pelos caboclos.	116
FIGURA 5 – ‘O violeiro” de José Ferraz de Almeida Júnior (1899).....	118
FIGURA 6 - Pintura de Deborah Paiva: cenário onde Antônio Candido iniciou suas pesquisas. Cenário que foi desaparecendo devido ao processo de urbanização.....	120
FIGURA 7- Representação do homem caipira, por Almeida Júnior.....	121
FIGURA 8 – Mapa da área de ocorrência da erva-mate.....	126
FIGURA 9 - Mapa das regiões de ervais ainda inexplorados.....	127
FIGURA 10 – Evolução dos preços das terras no Rio Grande do Sul.....	129
FIGURA 11 – Evolução dos preços dos produtos de exportação no Rio Grande do Sul.....	134
FIGURA 12 - Carijó e trabalhadores no meio da mata.....	135
FIGURA 13 - Trabalhadores na coleta da erva-mate.....	137

LISTA DE ORGANOGRAMAS

ORGANOGRAMA 1 – Organograma sobre os procedimentos teóricos- metodológicos.....	73
ORGANOGRAMA 2 - Ciclo da análise textual qualitativa.....	80

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Obras selecionadas.....	83
TABELA 2 – Roteiro de questões utilizada na estruturação da análise.....	85
TABELA 3 – Questão 1: Como o caipira tradicional paulista organizava seu modo de vida?.....	86
TABELA 4 – Derivações da questão 1.....	88
TABELA 5 – Questão 2: Como o modo de vida dos caipiras foi se comportando diante de um processo de urbanização e desenvolvimento dos latifúndios produtivos?.....	89
TABELA 6 – Derivações da questão 2.....	91
TABELA 7 – Questão 3: Quais os reflexos sobre a cultura caipira após o domínio econômico capitalista em seu cotidiano?.....	93
TABELA 8 – Derivações da questão 3.....	95
TABELA 9 – Questão 4: Como ocorreu o processo de ocupação do Planalto Gaúcho a partir da análise de Zarth?.....	97
TABELA 10 – Derivações da questão 4.....	99
TABELA 11 – Questão 5: Como foi se concretizando o processo de apropriação da terra no Rio Grande do Sul?.....	100
TABELA 12 – Derivações da questão 5.....	103
TABELA 13 – Questão 6: Como foi ocorrendo o processo do uso da terra no Rio Grande do Sul?.....	105
TABELA 14 – Derivações da questão 6.....	106
TABELA 15 – Questão 7: Quem eram os trabalhadores dos ervais?.....	108
TABELA 16 – Derivações da questão.....	108

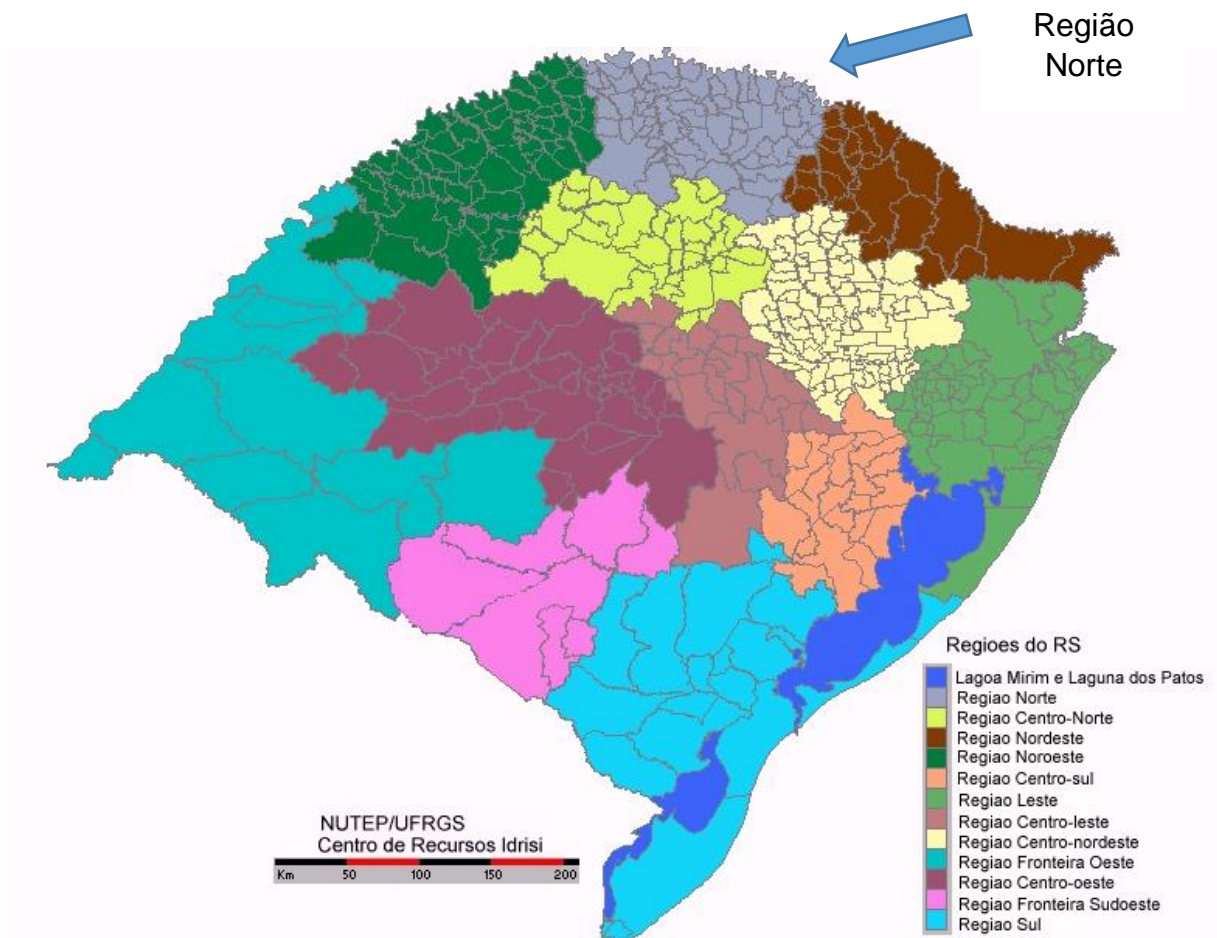
SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1 OS CABOCLOS E SEUS MÚLTIPLOS CONCEITOS NA LITERATURA.	11
2.2 ORIGEM DO ESTUDO SOBRE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	30
2.2.1 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS A PARTIR DE SERGE MOSCOVICI.....	35
2.2.2 A CONSTRUÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	39
2.2.3 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E SEUS UNIVERSOS CONSENSUAIS E UNIVERSOS REIFICADOS.....	43
2.3 O ESPAÇO GEOGRÁFICO PRODUZIDO A PARTIR DAS REPRESENTAÇÕES NAS OBRAS LITERÁRIAS.	46
2.4 GÊNEROS LITERÁRIOS E SUAS RELAÇÕES ACERCA DO TERMO CABOCLO NO CONTEXTO HISTÓRICO.	56
3 CAMINHOS METODOLÓGICOS	64
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	78
4.2 METATEXTOS	105
4.2.1 CAIPIRA TRADICIONAL E SEU MODO DE VIDA	107
Fonte: Candido (2010).....	109
4.2.2 COMO O MODO DE VIDA DOS CAIPIRAS FOI SE COMPORTANDO DIANTE DE UM PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS LATIFÚNDIOS PRODUTIVOS?	112
4.2.3 QUAIS OS REFLEXOS SOBRE A CULTURA CAIPIRA APÓS O DOMÍNIO ECONÔMICO CAPITALISTA EM SEU COTIDIANO?.....	116
4.2.4 COMO OCORREU O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO PLANALTO GAÚCHO A PARTIR DA ANÁLISE DE ZARTH?	119
4.2.3 COMO FOI SE CONCRETIZANDO O PROCESSO DE APROPRIAÇÃO DA TERRA NO RIO GRANDE DO SUL?	123
4.2.6 COMO FOI OCORRENDO O PROCESSO DO USO DA TERRA NO RIO GRANDE DO SUL?	128
4.2.7 QUEM ERAM OS TRABALHADORES DOS ERVAIS?.....	131
4.2.8 SUJEITOS E ESPAÇOS CABOCLOS E MODO DE VIDA TRADICIONAL.	133
4.2.8 SUJEITOS E ESPAÇOS CABOCLOS E A RESISTÊNCIA	135
5 CONCLUSÃO	139
REFERÊNCIAS	143

1 INTRODUÇÃO

A região Norte do Rio Grande do Sul tem uma grande diversidade na formação de seu povo. É uma região que traz uma riqueza de culturas, desde o início de sua colonização e ocupação. No entanto, temos grandes destaques para alguns povos e pouca visibilidade para outros. Foi pensando nesse problema que procuramos dar início a uma proposta de análise que traga mais perceptividade aos caboclos da região, já que desde o princípio da ocupação este sujeito esteve à frente do desenvolvimento regional e, no entanto, acabou tornando-se oculto aos olhos da sociedade.

Figura 1.1 Mapa do Rio Grande do Sul dividido por regiões.



Fonte: UFRGS / IB Centro de Ecologia Laboratório de Geoprocessamento. Disponível no site <https://www.ufrgs.br/labgeo/index.php/downloads/dados-geoespaciais/>. Acesso em 20 de outubro de 2022.

Considerando, o que desejamos compreender com o Mestrado, procuramos no momento de escolha do tema da pesquisa delimitar um objeto de estudo que

representasse a região Norte do Rio Grande do Sul, pois sabemos sobre a importância de trazer algo que caracterize e identifique a sociedade a qual estamos inseridos. Como já havíamos trabalhado e discutido temas relacionados com os caboclos durante a graduação, a temática foi ganhando espaço em novas leituras, porém o grande momento surgiu com a aprovação no Mestrado da UFSM. A proposta inicial do projeto era um tanto diferente, todavia, com muitos diálogos entre o orientador e o orientando, foi-se delineando uma nova proposta de trabalho. Essa nova proposta trouxe algo expressivo para discussão, no qual procuramos através de uma análise identificar quem é o sujeito caboclo, e como o mesmo está representado na literatura.

A idealização da pesquisa sobre os caboclos foi se fundamentando, principalmente a partir da discussão da disciplina de Geografia Cultural, onde passamos a perceber o quão importante é a relação existente entre o homem e o espaço, e que ambos dependem um do outro para sua existência. Corrêa (2009, p. 6) cita que:

A geografia cultural está focalizada na interpretação das representações que os diferentes grupos sociais construíram a partir de suas próprias experiências e práticas. A renovação da geografia cultural não deixou de lado o passado, mas privilegia o presente ou o passado recente. Mas o que é mais importante ressaltar não é o recorte temporal mas a análise dos significados que são ou foram atribuídos à espacialidade humana. Pois, repita-se, a abordagem cultural está precisamente centrada nos significados que os diversos grupos sociais constroem relativos à espacialidade passada, do presente e mesmo do futuro.

Segundo Corrêa (2009), a Geografia Cultural interessa-se tanto em estudar os significados construídos em minúsculas áreas, como uma rua, um vale ou mesmo um prédio, como no estudo de um bairro, uma cidade, uma região ou mesmo um país. Assim, estudar o caboclo e suas representações regionais é ressignificar o papel de minorias que por várias décadas estiveram esquecidas pela pesquisa, tanto geográfica como histórica. A proposta de geografia cultural contempla a pesquisa sobre sujeitos excluídos como os caboclos, que não tiveram a oportunidade de aprender a viver com dignidade, pois apresentavam características de vida não aceita por aqueles que organizavam a ocupação da região. Como afirma Sauer (1997, p. 22) a “Geografia Cultural se interessa, portanto, pelas obras humanas que se inscrevem na superfície terrestre e imprimem uma expressão característica”. Continuando, o autor coloca que o desenvolvimento da geografia cultural procede necessariamente

da reconstrução das sucessivas culturas de uma área, começando pela cultura original e continuando até o presente.

Semelhante a Geografia Cultural, entre conversas aqui e acolá, foi surgindo a ideia de trazer ao processo de construção da pesquisa uma análise a partir das Representações Sociais. Essa forma de descrever a sociedade traz em sua base a necessidade de representar os sujeitos que muitas vezes passam despercebidos aos olhos de um mundo desigual e seletivo. Como o próprio Moscovici afirma, uma representação, segundo a teoria das representações sociais, não é uma cópia fidedigna de algum objeto existente na realidade objetiva, mas uma construção coletiva em que as estruturas de conhecimento do grupo recriam o objeto com base em representações já existentes (MOSCOVICI, 1961). Trata-se de uma perspectiva segundo a qual as representações não são meros elementos mediadores entre características ambientais e ações comportamentais, mas sim a realidade que se apresenta aos atores sociais determinando tanto a natureza das características do ambiente quanto às ações a serem efetuadas (MOSCOVICI, 2003). Indo além, Moscovici (1977) defende a ideia de que natureza e sociedade não são dois pares opostos, não devem ser pensados como uma oposição, mas sim como um pertencente ao outro.

A partir dessas reflexões e percepções podemos entender uma grande relação existente entre o objeto de estudo da Geografia Cultural e das Representações sociais, já que ambas procuram buscar a essência das conexões entre o ambiente e o sujeito, procurando ressaltar como a forma do espaço vivido é percebido e varia entre pessoas e grupos culturais, mas por possuírem órgãos similares, sensações e imaginações, as pessoas são capazes de representar esse espaço de acordo com o que vivem e presenciam no cotidiano.

Assim, trabalhar sobre as representações dos caboclos na literatura é fazer com que os mesmos sejam percebidos como agentes ativos da sociedade, trazendo visibilidade desse sujeito que tanto representa nossa regionalidade. Como cita Moscovici (2003), as representações se universalizam de acordo com sua inserção no contexto dos grupos sociais que as criam. As representações, portanto, chamadas de “sociais”, não derivam apenas de um único grupo, mas das diversas sociedades existentes no interior de uma sociedade maior. As representações têm a função de guiar comportamentos e atitudes diante dos problemas e das situações de vida, oferecendo explicações e justificativas para as tomadas de decisão. Assim sendo,

estudá-las torna-se importante para que se possam compreender os comportamentos dos sujeitos. Elas também têm uma função identitária, ligando sujeitos a seus grupos de pertença.

Baseando-se nessa dicotomia entre Geografia Cultural e Representações Sociais, organizamos um trabalho de pesquisa e de análise, o qual utilizamos a Análise Textual Discursiva (ATD) como forma de compreender as representações da regionalidade do caboclo ervateiro no Rio Grande do Sul nas obras literárias.

Então, para alcançar nosso propósito dividimos o trabalho em quatro capítulos. No primeiro capítulo construímos nosso referencial teórico discutindo os múltiplos conceitos que a literatura foi construindo acerca dos caboclos. Além disso, buscamos debater nesse capítulo o sujeito caboclo e sua regionalidade na construção da identidade, trazendo informações sobre todo o contexto histórico que essa sociedade foi se formalizado e ocupando a região Norte do Rio Grande do Sul.

O segundo capítulo traz discussões acerca das Representações Sociais, buscando definir a partir das pesquisas bibliográficas a origem dessa teoria e como a mesma constitui uma importante ferramenta na busca de compreensão da organização social, política e cultural da sociedade. O capítulo também aborda questões relacionadas ao espaço geográfico produzido a partir das representações nas obras literárias, ou seja, procuramos trazer para a pesquisa informações relacionadas a importância da literatura para o conhecimento geográfico. Além, disso buscamos discorrer sobre os gêneros literários que contribuem para a narrativa do espaço que estamos inseridos e que desempenham uma função aprendizagem ao pesquisador.

O terceiro capítulo procuramos dialogar sobre os caminhos metodológicos que a pesquisa utilizaria como direção. Assim, a escolha da Análise Textual Discursiva (ATD), contemplou o que nossa proposta, pois traz em sua essência o sujeito como objeto de debate.

Finalizando, no quarto capítulo discorreremos sobre os resultados e discussões da nossa pesquisa. Nessa etapa procuramos trabalhar mais especificamente com as obras de Antonio Candido e de Paulo Afonso Zarth, nos quais trazem o caboclo como parte central de suas produções. Assim, organizamos questões semiestruturadas com a finalidade de obtermos mais informações acerca desse sujeito. Posteriormente,

após as discussões das perguntas elaboramos metatextos que procuraram compreender como os caboclos estão representados na literatura.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 OS CABOCLOS E SEUS MÚLTIPLOS CONCEITOS NA LITERATURA.

Trabalhar com o sujeito caboclo é trazer para a discussão inúmeros conceitos que foram se formando ao longo do contexto histórico. Por isso iniciamos nossa investigação trazendo alguns questionamentos que se referem a origem desse sujeito. A partir dessa pesquisa procuramos discutir questões como: Quem são os caboclos? Como se formou esse conceito? Essas perguntas nos fazem refletir sobre definições que tantas vezes não são respondidas, ou por vezes são respondidas com certa abstração. Pensando assim, um dos primeiros desafios da pesquisa foi trazer um questionamento orientado com a seguinte pergunta: Como o espaço caboclo é representado na literatura? Com esse questionamento pretendemos elaborar uma narrativa acerca desses sujeitos e sua representatividade na arte literária.

Para debater essa relação entre o caboclo e sua representação na literatura, devemos entender os termos em cada espaço e tempo, e certamente a palavra “caboclo”, são deveras indefinidos, uma vez que, em determinadas situações, parecem ser bastante adequados, embora em outras não. Assim, em cada região pode aparecer com significado regional bastante preciso (caipira para sudeste e cabra para o nordeste, por exemplo), portanto não podem ser aplicados para análises fora de seus contextos. Da mesma forma, a população que se quer identificar com essas palavras foi representada das mais diferentes maneiras. Levando em consideração estudos de vários autores e do ponto vista racial, esse grupo é formado por pessoas que não são brancas, negras ou índias, mas uma mistura de raças.

Todavia, do ponto de vista cultural, a indicação é a de que eles guardavam formas singulares de se relacionar com o mundo natural, com a religião e com a sociedade mais ampla da qual participam.

A fim de compreender o modo de vida do caboclo e como estão representados na literatura é necessário traçar as origens etimológicas referentes a estes grupos. Conforme Silva (2004) nos estudos históricos/antropológicos, a palavra “caboclos” tem sua linhagem originária no período colonial, quando o termo foi usado para definir o sujeito oriundo da miscigenação do colonizador português (branco) com o nativo (índio). Segundo o dicionário Hauaiss a palavra tem o seguinte significado: “indivíduo nascido de índia e branco (ou vice-versa), de pele acobreada e cabelos negros e lisos”

(HOUAISS, 2001). Silva (2004) também afirma que o termo em discussão carrega em si um sentido religioso, destacando-se para religiões afro-brasileiras, e para designar espíritos de ancestrais indígenas brasileiros. Caboclo, dentro da Umbanda¹, corresponde a um espírito desencarnado de um índio, que se manifesta através de uma pessoa capaz de senti-lo, o chamado “médium”. Tal espírito responde às perguntas dos frequentadores das sessões de Umbanda, procurando passar-lhes sua sabedoria e coragem, na intenção de ajudar-lhes a superar seus problemas.

No Dicionário do Folclore Brasileiro, afirma Câmara Cascudo que, até fins do século XVIII, a palavra “caboclo” era sinônimo oficial de indígena e, devido ao conteúdo pejorativo que carregava, pelo Alvará de 4 de Abril de 1755, El Rei D. José de Portugal “mandava expulsar das vilas os que chamassem aos filhos indígenas de caboclos”. Ainda segundo Cascudo, nos dias atuais, serve para indicar “o mestiço e mesmo o popular, um caboclo da terra. Discute-se ainda a origem do vocábulo, indígena ou africano”. O autor chama atenção também para dois aspectos importantes relativos ao termo: 1) que, no folclore brasileiro, o termo designa “o tipo imbecil, crédulo, perdendo todas as apostas e sendo incapaz de uma resposta feliz ou de um ato louvável”; e 2) que “essa literatura humilhante é toda de origem branca, destinada a justificar a subalternidade do caboclo e o tratamento humilhante que lhe davam” (CASCUDO, 1962, p. 156-157).

Conforme Silva (2004) Don Pedro I, com a influência da elite brasileira declara que a partir do dia 07 de setembro de 1822 o Brasil se tornaria um país independente. Então, na sequência desse acontecimento, ações passam a ser executadas na perspectiva de definir e elaborar uma determinada identidade nacional brasileira. Inicialmente fundou-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838 para trabalhar no sentido de organizar estudos de quem formava o povo brasileiro. No entanto, somente a partir do ano de 1950 e nas décadas iniciais do século XX, é que vai haver no Brasil um aumento das produções literárias voltada a estabelecer as características dessa identidade e, mais designadamente, construir critérios para a elaboração de uma história nacional e designar quem era o povo que formava a nação. Para Silva essa literatura teve como uma de suas principais fontes de inspiração o texto “Como se deve escrever a história do Brasil”, produzido em 1843 por Carlos

¹PRETO-VELHO, CABOCLO, ORIXÁS, EXUS E POMBA-GIRAS. <http://blog.aai.ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2014/04/Preto-Velho-Caboclo-Orix%C3%A1s-Exus-e-Pomba-Giras.pdf>. Acesso dia 04 e junho de 2021.

Friedrich Philipp von Martius², o qual, com essa monografia, sagrou-se vencedor de concurso promovido pelo IHGB e que tinha como objetivo a composição de uma história para o Brasil. Cabe destacar que uma das principais teses apresentadas por Martius e que ainda exerce forte influência na forma como o Brasil é pensado e definido foi a de que o “povo brasileiro” é resultado do cruzamento de três raças formadoras: brancos, negros e índios. Assim, com base nesta tese, muitas discussões foram realizadas e nelas a palavra “caboclo”, que havia sido juridicamente proibida em 1755, volta a ocupar lugar nas discussões.

O caboclo é muito citado nos trabalhos desenvolvidos sobre a região onde ocorreu o conflito do Contestado sendo muitas vezes designado de elemento humano do cenário. Percebe-se que no desenvolvimento desses trabalhos muitos autores que escolheram escrever desta maneira utilizam a metodologia usada por Euclides da Cunha em sua obra *Os Sertões*³, publicada em 1902, na qual ao narrar os acontecimentos do levante sertanejo que ficou conhecido como a Guerra de Canudos, destina um capítulo para descrever a terra e outro para descrever o Homem. Ao descrever o que seria este homem de Canudos, Euclides da Cunha envereda pela discussão da mestiçagem no Brasil, colocando em destaque o que é para ele a complexidade do problema etnológico do país. O brasileiro, este tipo abstrato que se procura, só poderia surgir de um entrelaçamento consideravelmente complexo, ainda mais complexo no caso do Brasil devido a grande variação no meio físico, que contribuiria significativamente para as diferenças que se constatavam entre os diversos tipos humanos espalhados pelo interior do país. E o caboclo foi tipo de sujeito escolhido para representar a população da região Contestado. Para Lazarin (2005, p.90),

A centralidade da questão da mestiçagem na maior parte dos textos sobre o Contestado pode ser atestada pelo fato de que mesmo as obras que não abordam explicitamente a questão, ou seja, para seus autores ela não é uma preocupação, nem parece fazer parte de suas teses explicativas, os sertanejos, via de regra, são denominados caboclos em algum momento da narrativa.

² Carl Friedrich Philipp von Martius (Erlangen, 17 de abril de 1794 — Munique, 13 de dezembro de 1868) foi um médico, botânico, antropólogo e um dos mais importantes pesquisadores alemães que estudaram o Brasil, especialmente a região da Amazônia.

³ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*, 1991.

Conforme Silva (2004) Monteiro Lobato, escreveu um dos livros que mais gerou e ainda gera polêmica sobre a nomenclatura utilizada para identificar o conjunto da população brasileira que vivia no interior/sertão. Nessa obra, essas pessoas que recebiam diferentes nomes – mamelucos, cafuzos, mulatos, sertanejos, tabaréus, etc. – passam a ser unicamente chamadas de caboclos. Dos textos até agora discutidos, é em Urupês que o conteúdo pejorativo da palavra “caboclo” vem à tona de modo mais explícito e onde ela é expressamente usada para se referir genericamente a um tipo de homem e a um tipo de sociabilidade e modo de vida. Nesse livro, Lobato não centra sua explicação em teorias raciais ou vincula a situação do caboclo a problemas sociais, mas o que faz é descrever de maneira crítica, com tons pejorativos, a vida cotidiana e os costumes do caboclo e/ou Jeca Tatu:

Espécie de homem baldio, seminômade, inadaptável a civilização, mas que vive a beira dela na penumbra das zonas fronteiriças. À medida que o progresso vem chegando com a via férrea, o italiano, o arado, a valorização da propriedade, vai ele refugindo em silêncio, com o seu cachorro, o seu pilão, a pica-pau e o isqueiro, de modo a sempre conservar-se fronteiriço, mudo e sorna. Encoscorado numa rotina de pedra, recua para não adaptar-se (LOBATO, 1957, p. 271-272).

No conto “Velha Praga”, o caboclo é visto como um parasita que suga os recursos disponíveis na natureza não devolvendo nada em troca. Lobato o apelida de “argas”, um parasita da galinha. Para o autor: “Este funesto parasita da terra é o CABOCLO, espécie de homem baldio, semi-nômade, inadaptável a civilização, mas que vive à beira dela na penumbra das zonas fronteiriças [...]”. (LOBATO, 1964a, p.271).

O escritor Monteiro Lobato retratou o caboclo a partir de uma série de características negativas para a sociedade, ou como sujeitos inferiores a outras raças. Sua opinião teve repercussão amplamente divulgada, o que gerou uma série de polêmicas em torno do conceito caboclo, causando sérios problemas para sua própria imagem pessoal, pois sua opinião acabou ferindo um elemento tão importante para a formação da sociedade brasileira.

Para professora de Antropologia da UFPA, Deborah de Magalhães Lima (1999) o termo caboclo é amplamente utilizado na Amazônia brasileira como uma categoria de classificação social. É também usado na literatura acadêmica para fazer referência direta aos pequenos produtores rurais de ocupação histórica. No discurso coloquial, a definição da categoria social caboclo é complexa, ambígua e está associada a um

estereótipo negativo. Como no caso do termo caboclo, pobreza também é um conceito cultural. O caboclo não é só pobre em relação a padrões de vida urbanos ou internacionais, mas também em relação a uma expectativa elevada para a performance econômica e social deste neobrasileiro na Amazônia. A ideia de que os caboclos devem levar a culpa por sua situação social baseia-se no estereótipo étnico do ameríndio⁹. Como os caboclos são os herdeiros de uma bagagem cultural indígena, acredita-se em que eles sigam a mesma indisposição que se atribui ao índio para desempenhar trabalhos árduos. Nessa extensão do preconceito, considera-se que os caboclos possuem a característica estereotipada da ociosidade indígena (em oposição ao ideal de produtividade)⁴

Para Antônio Candido (1964) que estudou mais com profundidade o caipira paulista, a questão do caboclo apresenta raízes profundas, pois pode ser compreendida tanto pelo prisma racial quanto sociocultural. Primeiramente, pelo fato de representar a combinação genético/racial do branco com o índio, adentrando na questão tida como “degenerativa” da mestiçagem; o segundo, por suas práticas culturais particulares – a vestimenta, os cacoetes linguísticos etc. Exatamente pelo viés cultural o caboclo recebeu o adjetivo caipira, tanto que ambos tornaram-se sinônimos.”. Nos diversos vieses da sociedade fora se perpetuando o mito do caboclo preguiçoso e vadio, repercutindo nos debates ditos “intelectualizados”. Segundo Antônio Cândido (1964, p.60):

Tendo conseguido elaborar formas de equilíbrio ecológico e social, o caipira se apegou a elas como expressão de sua própria razão de ser, enquanto tipo de cultura e sociabilidade. Daí o atraso que feriu a atenção e criou tantos estereótipos [...]. Em verdade, esse mecanismo de sobrevivência, pelo apego as formas mínimas de ajustamento, provocou certa anquilose da sua cultura [...].

Para o professor da Unicamp Edson Silva⁵, no Nordeste Brasileiro o termo caboclo foi substituindo o índio devido aos contextos de exploração da época.

⁴Deborah de Magalhães Lima. Doutora em Antropologia e Professora do Departamento de Antropologia e do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO TERMO CABOCLO SOBRE ESTRUTURAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NO MEIO RURAL AMAZÔNICO. Novos Cadernos NAEA vol. 2, nº 2 - dezembro 1999

⁵ Doutor em História Social pela UNICAMP. Leciona no Programa de Pós-Graduação em História/UFPE, no Programa de Pós-Graduação em História/UFPA (Campina Grande-PB) e no Curso de Licenciatura Intercultural Indígena na UFPE/Campus Caruaru, destinado a formação de professores/as indígenas. É professor de História no CENTRO DE EDUCAÇÃO/Col. de Aplicação-UFPE/Campus Recife. Revista Crítica Histórica Ano II, Nº 4, Dezembro/2011 ISSN 2177-9961

Sobretudo após a Lei de Terras de 1850 que determinou os registros cartoriais das propriedades, definiu as terras devolutas oficiais que poderiam ser vendidas em leilões públicos, assim muitos indígenas perderam suas terras, além do que as elites locais alegavam que os índios estavam “confundidos com a massa da população” e por esse motivo não existiam razões para continuidade dos aldeamentos. Com a determinação oficial para extinção dos muitos indígenas migraram para as periferias urbanas, dispersaram-se pelas regiões vizinhas aos aldeamentos, outros passaram a trabalhar “de alugado”.

Assim, a partir das últimas décadas do Século XIX, ocorreu um silêncio oficial sobre os índios no Nordeste. Os habitantes dos lugares onde existiram antigos aldeamentos passaram a ser chamados de caboclos, condição essa muitas vezes assumida pelos indígenas para esconder a identidade étnica diante das inúmeras perseguições. A essas populações foram dedicados estudos sobre seus hábitos e costumes, considerados exóticos, suas danças e manifestações folclóricas, consideradas em vias de extinção. Como também aparecerem nas publicações de escritores regionais, cronistas e memorialistas municipais que exaltam de forma idílica a contribuição indígena nas origens e formação social de cidades do interior do Nordeste. A imagem do caboclo aparece em obras literárias sobre fatos pitorescos, recordações, “estórias” das regiões Agreste e Sertão nordestino. Como personagens típicos e curiosos que buscavam se adaptar às novas situações de sem-terras, vagando em busca de trabalho para sobrevivência.

Para Willens (1980, apud SILVA, 2011) o contato entre os alemães e os “nacionais”, que ele denomina de “*caboclos*” ou “*caiçaras*”, exerceu influência fundamental na maneira pela qual os imigrantes passaram a constituir seu processo de “nacionalização”. Segundo o autor, a consciência nacional do caboclo e do caiçara dependia dos contatos que eles estabeleciam com “as instituições destinadas a transmitir os valores representativos da nacionalidade”.

Paulo Zarth, fazendo uma revisão bibliográfica sobre o trabalhador livre nacional, conseguiu identificá-lo como simplesmente lavrador nacional, caboclo ou caipira. O autor também destaca que, tanto a sociedade como os estudiosos, preconceitualmente, não acreditavam no lavrador livre nacional como alternativa para suprir a mão-de-obra e, para isso, identificavam-no com certos atributos como, por exemplo, sem trabalho sistemático, não economiza, preguiçoso, indolente, vivendo isolado e vagando

A partir da análise dessas denominações escritas pela branquitude e que representam o caboclo nas obras literárias, percebe-se que definir e escrever sobre os caboclos ervateiros é um grande desafio, porém acredito que mesmo assim terá uma grande valia para uma pesquisa regional que tem como interesse um elemento tão importante para a região e que por concepções históricas é deixado de lado, caracterizado de formas distorcidas ou até mesmo ou esquecido pelas obras literárias.

Prosseguindo com a proposta da pesquisa que está sendo construída e numa dinâmica de análise da literatura sobre os caboclos, nossa próxima instigação será trazer para discussão como a literatura sobre o caboclo ervateiro representa uma regionalidade? Assim, a partir desse questionamento faremos um relato sobre esses sujeitos, e como suas regionalidades estão representadas na literatura que contempla a região Norte do Rio grande do Sul. Ao buscarmos trabalhar a regionalidade de um povo, estamos criando para si uma identidade cultural capaz de evidenciá-lo como um agente presente naquela sociedade e que por vezes acaba não tendo uma visibilidade relevante diante de sua grande importância. Para Meri Bezzi (p 3, 2002)

[...] a região é, em substância, uma construção mental que, a partir de uma visão seletiva da realidade, congrega elementos de forma intersubjetiva, criando um código próprio que norteia as decisões e os comportamentos. Os elementos são oriundos de uma realidade objetiva, porém os critérios que os unem, ou selecionam, são estabelecidos em uma base comum de subjetividade. Há diferenças individuais nessa escolha e interpretação da realidade, mas que estão, em sua maior partes, submetidas a uma subjetividade que ultrapassa o pessoal e encontra coerência e força no coletivo. Dessa forma, a cultura é a chave necessária para interpretar esse espaço intersubjetivo.

Continuando, Bezzi (2002) afirma que a região seria, então, definida pela identidade de um determinado grupo social com uma determinada porção do território. Entretanto, as peculiaridades do grupo social e a singularidade do lugar são os elementos que fornecem a identidade regional, fazendo com que as porções do território sejam diferenciadas e configurem-se como regiões. Além disso, a autora coloca que importante salientar que o que se quer pôr em destaque é um novo paradigma regional, ou seja, a cultura. Assim, o espaço passa a ter a conotação de uma categoria cultural, ou uma representação coletiva. Existindo elementos comuns, estabelecidos coletivamente, vividos de formas diferentes e com escalas de valores distintos, serão eles os elementos constitutivos de uma prática comum entre os atores de uma determinada coletividade. Assim, quando essa prática está relacionada a um

espaço específico, tem-se a configuração regional, da qual a coletividade passa a se sentir parte ou apropriar-se dela.

Nesse processo de acepção de conceitos, Raffestin(1993) nos fala que a regionalidade reflete a multidimensionalidade do "vivido" territorial pelos componentes de um conjunto nas sociedades em geral. Segundo ele os homens vivem ao mesmo tempo o método e o produto territoriais por meio de um sistema de analogias existenciais e/ou produtivistas.

Bezzi (2002) explica que estudar uma região pela vertente cultural é manipular um código de representações e significações de determinado grupo social. Assim, os signos projetados no espaço por um grupo traçam os limites e as distâncias entre esse grupo e os outros. Formam-se então espaços de referências, que são apropriados, mas que não tem qualquer obrigatoriedade de contigüidade espacial. Por conseguinte, é através do estudo dos costumes, dos hábitos que se pode interpretar um determinado grupo social e perceber as disparidades regionais que orientam as análises espaciais do desenvolvimento. De acordo com esse ponto de vista, a região é definida como um conjunto específico de relacionamentos culturais entre um grupo e um determinado lugar. Bezzi (2002 p .17)

A região é uma apropriação simbólica de uma porção do espaço por um determinado grupo, o qual é também um elemento constitutivo da identidade regional. A região, sob o enfoque da identidade cultural, passa novamente a ser entendida como um produto real, é concreta, existe. Ela é apropriada e vivida por seus habitantes, diferenciando-se das demais principalmente pela identidade que lhe confere o grupo social. Estudar a região sob a perspectiva da identidade cultural é manipular o código de significações nela representado. Ou seja, para compreender uma região, é preciso vivenciá-la.

Nesse sentido, trabalhar a regionalidade dos caboclos ervateiros é fazer com que os mesmos sejam vivenciados e representados, e ao analisar as obras literárias que trazem essas representações podem nos proporcionar conceitualizações da questão regional e do entendimento de região e suas dinâmicas que foram sendo impostas no território com o passar dos tempos. Na concepção de Bezzi (2002), analisar uma região é entender a dialética do mundo, aceitando o constante conflito entre o velho e o novo, na organização e desorganização do espaço. Pode-se considerar, então, que a região é um foco de identificação ou aproximação simbólica do lugar por determinado grupo, onde o espaço dá a sua identidade.

Ao escolher os caboclos ervateiros como sujeito/objeto da pesquisa, consideramos a questão regional, pois é partir desse contexto que irá se desenvolver a pesquisa, buscando analisar como esses elementos estão representados na literatura regional. Assim, houve a necessidade de selecionar alguns autores que tiveram o privilégio de trabalhar e descrever sobre esses povos. Dentre os principais autores podemos mencionar Ivaldo Gehlen, Maria Filippoizzi Martini, Paulo Afonso Zarth, Aldomar Rückert, Dablio Taglietti, Lurdes Grolli Ardengui, os quais tiveram grande importância nas pesquisas sobre os caboclos e o meio rural do Rio Grande do Sul.

Considerando as obras desses autores foi possível organizar relatos de como se configurou a formação do Rio Grande do Sul, observando que a ação humana que ocupou e organizou o território gaúcho até o século passado, fazendo deste espaço uma área tipicamente imigratória e culturalmente bastante diversificado.

O Planalto gaúcho foi conquistado aos castelhanos em 1801, quando milicianos gaúchos conquistaram o território das missões, onde ficavam as antigas Reduções Jesuíticas, que haviam sido destruídas no século XVIII. Com a conquista das missões travaram-se longas lutas entre caudilhos uruguaios e rio-grandenses até 1820. Com essas lutas o território do Planalto ficou despovoado. Os estancieiros que ainda resistiram e permaneceram nessa região formariam o município de Cruz Alta, emancipado em 1834, e transformando a partir dessa data o centro econômico da região. Cruz Alta era um município de grandes extensões, abrangia 60.000 km², tal área correspondia cerca de 20% do território gaúcho.

A ocupação do Planalto pode ser dividida em etapas, e essa ocupação dá-se principalmente a partir de 1820 com o fim dos conflitos. A primeira fase dessa ocupação caracteriza-se pela ocupação dos campos nativos. Esses novos colonizadores eram geralmente tropeiros, principalmente paulistas, que estavam ligados ao militarismo, e já tinham se apossado de regiões de Santa Catarina e Paraná. Assim os estancieiros atingiram gradativamente a região do Planalto, dando início a formação de estâncias e ao latifúndio regional.

As autoridades militares incentivavam a instalação de estâncias ou lavouras para os oficiais e soldados das fortificações, com o objetivo de povoar a área e garanti-la ao território brasileiro. É fácil imaginar que os militares não tivessem muitas dificuldades em apropriar-se de grandes extensões de

campo. Certamente o tamanho da propriedade estava ligado ao grau militar e a influência do beneficiado. (ZARTH, 1997, p 58)

Outra fase simultânea a ocupação dos campos nativos, começa a ocorrer quando frentes extrativistas de caboclos começam a se dirigir sobre áreas de florestas e busca de erva-mate pois era um dos produtos mais comercializados da época. Dessa forma a erva-mate ao lado da pecuária foram os principais produtos de comercialização da região no século XIX. A erva-mate tinha uma grande importância por ser a principal fonte de recursos das Câmaras Municipais, através dos impostos que incidia a sua venda. Já o imposto do gado era recolhido pelo governo provincial.

Para o Historiador Dablio Taglietti (2002) ao depararmos com a história da Região do Norte Gaúcho, é imprescindível não cruzarmos com o elemento caboclo e ou nacional ou até mesmo muitas vezes tratado como intruso pelos órgãos competentes pela colonização da região. Quando tratamos desse sujeito, intentamos relacioná-lo à trajetória agrária e fundiária. Não queremos julgar a atuação pública em relação a esse elemento, nem o colocar como um ser inferior, buscamos, sim, inseri-lo nesse processo histórico. Conforme Taglietti (2002) elemento caboclo encontrou nas terras de mata, terras essas consideradas devolutas (pertencente ao estado), um ambiente propício para se instalar, devido à trajetória de exclusão que vinha sofrendo ao longo da história. Porém, houve algumas razões de ordem macro que deslocaram essa parcela da população a procurar refúgio.

Maria Filippozzi Martini (1993) em seu trabalho de mestrado elaborou uma análise procurando definir, mediante estudo bibliográfico, a constituição do campesinato pobre no Rio Grande do Sul. Para a autora, a palavra “caboclo” adota o sentido de camponês pobre e, com base nessa definição, discute temas relativos à origem social dos caboclos, de quais correntes migratórias e imigratórias são provenientes, a maneira como atuaram no processo de ocupação das terras rio-grandenses e o modo como a política nacional os encarava. Para Martini (1993), o caboclo é um camponês “sui-generis” que possuía uma inserção econômica particular, a qual variava entre a coleta extrativista de erva mate, o trabalho com o gado nas estâncias onde igualmente poderia ser um agregado. Além dessas possibilidades, podia pertencer a um ou outro determinado bando de “ladrões/contrabandistas”, integrar-se com povos indígenas, alistar-se – de modo opcional ou imposto – como

soldado em alguma tropa, praticar o comércio de mulas, gado vacum e cavalos nas troperias, além de cultivar pequenas roças para a subsistência.

Já para Gehlen (1998) parte dos caboclos de regiões do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e do Paraná originaram-se nas fazendas de gado na segunda metade do século XVIII, com o deslocamento de indígenas, principalmente das áreas das Missões Jesuíticas, e que, em contato com outras populações que passaram a conviver no mesmo espaço, miscigenaram-se. Nessas fazendas, eram responsáveis pelos cultivos de subsistência até quase o final do século XIX, quando o abastecimento passou a ser feito pelas colônias. Gehlen (1998), descreve que os caboclos têm uma maneira diferenciada de conceber a terra: ela é vista como fonte geradora de vida, num sentido herdado da cosmologia indígena em que a posse da terra é sempre provisória, dependendo das necessidades imediatas, sendo a falta de terra, porém, o aniquilamento desse caboclo.

Conforme Zarth (1997) a atividade extrativista baseou-se fundamentalmente no trabalho dos caboclos. Essas pessoas coletoras de erva-mate eram pequenos agricultores e trabalhadores livres que procuravam o produto para subsistência. É com essa dupla diversidade natural, campo (pecuária) floresta (erva-mate) que se deu o processo de ocupação do e apropriação do solo do Planalto gaúcho.

Cabe a nós entender que a partir das literaturas regionais, podemos entender e trabalhamos as formas de organização dos grupos caboclos, além de ser permitido discutir a questão da representação da territorialidade dos mesmos, podendo compreender como a organização das funções e agrupamento de forças ultrapassa as fronteiras geográficas e físicas, constituindo-se em um contexto amplo de significações identitária compostas por esses habitantes locais. Como menciona Alfredo Wagner de Almeida:

A territorialidade funciona como um fator de identificação, defesa e força: laços solidários e de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável, não obstante disposições sucessórias porventura existentes. Aí a noção de "tradicional" não se reduz a história e incorpora as identidades coletivas redefinidas situacionalmente numa mobilização continuada, assinalando que as unidades sociais em jogo podem ser interpretadas como unidades de mobilização (ALMEIDA, 2004, p.9).

Conforme Josiane Carine Wedig (2015)⁶ existe uma interligação das discussões de territorialidade e de identidade. A identidade, não é compreendida como algo preso ao passado, mas, em constante modificação, transformação, onde ocorre a permanência de traços de distintividade que marcam as fronteiras entre diferentes grupos étnicos. A identidade étnica de um grupo, segundo Brandão (1986) se estabelece quando preserva a sua própria organização em meio a outras organizações sociais, entre outros grupos organizacionais, frente a outros tipos de sociedades: equivalentes, diferentes ou desiguais.

Por fim, é possível perceber nessa análise, que há uma representação dos caboclos na literatura regional, na qual se inclui a existência de um processo de organização dos sujeitos, e assim se estabelece relações entre a identidade dos mesmos com a territorialidade. Cabe nessas investigações, trazer para discussão o quão importante é mobilizar meios que estabeleçam esse reconhecimento dos sujeitos caboclos para a formação da identidade regional.

Historicamente os caboclos foram sendo apresentados nas obras literárias como sujeitos atrasados, ficando a mercê da marginalização em uma sociedade que despreza, julga e vive o preconceito. No entanto, a partir de produções mais precisas, uma literatura mais consciente e social, podemos perceber que os mesmos tiveram grande relevância no desenvolvimento de várias regiões do Brasil. Dentro dessa perspectiva de olhar o caboclo em sua essência, e na construção de sua própria identidade faremos uma análise de como a territorialidade desse sujeito está representado na obra “Os Parceiros do Rio Bonito” de Antônio Candido, que segundo o autor procura fazer uma análise das relações entre a literatura e a sociedade

Antônio Candido de Mello e Souza⁷ (1918 –2017) foi um sociólogo, crítico literário e professor universitário brasileiro. Estudioso da literatura brasileira e estrangeira, é autor de uma obra crítica extensa, respeitada nas principais universidades do Brasil. À atividade de crítico literário somou-se a atividade acadêmica, como professor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da

⁶ Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas (ISP/UFPel), Mestre em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS) e Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). E-mail: josiwedig@gmail.com

⁷ Biografia de Antônio Candido de Mello e Souza https://pt.wikipedia.org/wiki/Antonio_Candido#Principais_obras. Acesso dia 17 de março de 2022.

Universidade de São Paulo (USP), onde, entre outros feitos, introduziu, em 1962, a literatura comparada, transformando a disciplina de Teoria Literária em Teoria Literária e Literatura Comparada. É considerado um dos grandes expoentes da crítica literária brasileira pelo fato de suas obras terem se tornado base essencial para o debate da formação literária nacional associada a uma construção sociológica e ao humanismo.

Entre suas obras mais influentes estão, *Formação da Literatura Brasileira*, que foi lançada em 1959 e *Parceiros do Rio Bonito* de 1964, um estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Também teve estreitas relações e amizades com pelo menos duas das grandes gerações de importantes escritores brasileiros, como Oswald de Andrade, Guimarães Rosa, Graciliano Ramos, dos quais escreveu também resenhas, estudos e críticas referenciais e seminais para o entendimento de suas obras. Entre diversos outros prêmios importantes por seu trabalho, recebeu o Prêmio Jabuti em 1965 e novamente em 1993, o Prêmio Machado de Assis em 1993, o Prêmio Anísio Teixeira em 1996 e o Prêmio Camões em 1998.

A escolha da obra de Antônio Candido deve-se as orientações de leitura e pesquisas que foram sendo indicadas pelos professores durante a busca de materiais que contemplassem um discurso notório em âmbito nacional do sujeito caboclo ou caipira como é denominado na obra. Como afirma Ferreira (2004, p.198), “habitante do campo ou da roça, diz-se de caipira – caboclo, capiau, jeca, matuto, roceiro, sertanejo. Para Candido, (2010) escritor da obra, a questão do caboclo apresenta raízes profundas, pois pode ser compreendida tanto pela perspectiva racial quanto sociocultural, pois geralmente trazia a duplicidade genético/cultural do índio e o branco como uma simetria a algo negativo. E assim foram surgindo estereótipos excludentes para esses povos perpetuando o mito do caboclo preguiçoso e vadio, repercutindo nos debates ditos “intelectualizados”. Segundo Antônio Cândido (2010, p.60):

Tendo conseguido elaborar formas de equilíbrio ecológico e social, o caipira se apegou a elas como expressão de sua própria razão de ser, enquanto tipo de cultura e sociabilidade. Daí o atraso que feriu a atenção e criou tantos estereótipos [...]. Em verdade, esse mecanismo de sobrevivência, pelo apego as formas mínimas de ajustamento, provocou certa anquilose da sua cultura [...]

Hugo Mateus Gonçalves Rocha⁸ (2017, p.21) aponta que Antônio Candido avaliou o processo de modificação da sociedade caipira com base nas observações da situação social de grupos rurais específicos entre as décadas de 1940 e 1950, considerando a relevância de temas abordados pelo Pensamento Social Brasileiro sobre o meio rural entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, considerando em suas análises a mudança de habitat do caipira, que por motivos estruturais acaba perdendo sua essência nativa. Para Rocha (2017) essas mudanças são relevantes para compreensão da pesquisa de Antonio Candido sobre o processo de transformação no meio social caipira, assim como sua aproximação dos preceitos de análise que caracterizaram a tradição dos ensaios sócio-históricos produzidos no país, especialmente, aquelas obras escritas no curso da primeira metade do século XX.

Portanto, o afastamento do meio natural imediato, a aceleração do ritmo de trabalho e a maior dependência dos centros urbanos se refletiram em mudanças na cultura caipira. A incorporação do caipira à economia capitalista fez com que muitos migrassem para as grandes cidades, nas quais foram arrebanhados como mão de obra sem especialização, agregando-se ao proletariado urbano. Finalizando Candido (2010 p. 256) coloca que a situação atual do caipira é bem difícil, sendo que os mesmos estão entregues aos miseráveis recursos, adaptando-se penosamente a uma situação nova e vertiginosa de mudanças gerida pelo sistema capitalista.

Refletindo sobre esses contextos de mudanças que foram ocorrendo no meio rural brasileiro, propomos também analisar, como a região Norte do Rio Grande do Sul foi representada por Paulo Zarth em suas discussões sobre o caboclo ervateiro? Para Zarth (1997, p 09) pesquisar o século XIX desta região significa trazer à para o conhecimento da sociedade a história dos camponeses de origem luso-brasileira que foram ocultadas e até discriminadas em muitos títulos da bibliografia brasileira. Esses camponeses brasileiros conhecidos como "caboclos" que ocuparam, grandes áreas do país são consideradas, muitas vezes pelas produções bibliográficas, símbolo do atraso e do tradicionalismo, em oposição aos imigrantes europeus, apresentados como símbolo do progresso e do trabalho.

⁸ROCHA, Hugo Mateus Gonçalves. Dissertação de Mestrado. ENSAIO, CIÊNCIA E HISTÓRIA EM "OS PARCEIROS DO RIO BONITO": UMA LEITURA HISTORIOGRÁFICA DA OBRA DE ANTONIO CANDIDO. 2017

Paulo Zarth, é um dos principais escritores sobre os caboclos do Norte Gaúcho, e em suas principais obras “História agrária do Planalto gaúcho” e “Do Arcaico ao Moderno” o autor faz uma revisão bibliográfica sobre o trabalhador livre nacional, conseguindo identificá-lo como lavrador nacional, caboclo ou caipira. Além disso, retrata a sociedade rural rio-grandense do século XIX, no que toca à sua transição rumo ao capitalismo e como o lavrador nacional foi tratado durante esse processo de transição. Essa transformação compreendeu, segundo o autor, um lento processo de modernização, durante o qual as discussões giravam em torno da oposição entre o moderno e o arcaico. Para Zarth (1994, p. 70), tanto a sociedade como os estudiosos em suas produções, preconceituosamente, não acreditaram ou viam o lavrador livre nacional como alternativa de progresso para a região, para isso, identificavam-no com certos atributos como, por exemplo, sem trabalho sistemático, não economiza, preguiçoso, indolente, vivendo isolado e vagando.

Quanto à questão do caboclo no Rio Grande do Sul, ele foi visto de forma preconceituosa ou simplesmente ignorado pela historiografia. Nesta última, Jean Roche é um exemplo quando trabalha a imigração alemã como sinônimo de sucesso de colonização e simplesmente ignorou a contribuição do caboclo. Porém, este estava integrado ao processo de colonização, aparecendo em forma de várias categorias como agregado, roceiro, posseiro, intruso, ervateiro e lavrador nacional. Assim, ao significado étnico de caboclo como descendente de índios, portugueses e africanos, acrescentou-se o sentido cultural, ou seja, o camponês nacional pobre e com um nível de vida próximo ao indígena (ZARTH, 1994, p. 76).

No entanto, Zarth deixa mencionado que o caboclo no Rio Grande do Sul não estava isolado, pois compartilhava das atividades produtivas, relacionando-se de maneira econômica com outros grupos.

Estes camponeses nacionais, considerados isolados e indesejados, na verdade formavam no Rio Grande do Sul um contingente populacional que fornecia peões para as estâncias e para o trabalho de desmatamento inicial das colônias oficiais e particulares. Quando se fala do árduo trabalho de desmatamento realizado pelos colonos imigrantes, não se pode esquecer que em muitas delas o caboclo é contratado para a demarcação dos lotes, a abertura de estradas, as construções de prédios oficiais. (ZARTH, 1994, p. 77).

Para Zarth (1997, p. 09) a discussão sobre esse elemento não se tratava de um gesto de complacência para esses camponeses discriminados, mas sim de estudar sua autêntica importância na ação de ocupação da terra, nas analogias de trabalho da agropecuária regional e na própria formação da composição social. Afinal, entre alguns grupos escravos e os imigrantes havia uma considerável população de camponeses nacionais, caboclos, caipiras.

Conforme Zarth (1997, p.18) o processo de ocupação da região está ligado às condições naturais e a cobertura vegetal, pois os campos nativos e as florestas permitiram o desenvolvimento de atividades econômicas que foram essenciais a colonização da região.

Nas florestas encontra-se a erva-mate, pequena árvore de grande importância econômica conforme veremos adiante. Nos campos nativos foram instaladas as estâncias de gado, aproveitando-se as condições naturais propícias e seguindo-se o modelo geral do Rio Grande. Desse modo, a vila Cruz Alta e as sedes de seus distritos que se foram emancipando no decorrer do século XIX localizavam-se em áreas de campo. É o caso de Palmeira das Missões e Passo Fundo. (ZARTH, 1997, p. 18)

Sobre a representação dos caboclos na região Norte do Rio Grande do Sul, podemos perceber os campos nativos onde se formaram grandes estâncias forma sendo ocupados rapidamente, principalmente por militares e estancieiros. Já, para os caboclos restavam as florestas onde praticavam extração da erva-mate e faziam seus roçados. A erva-mate era encontrada em vários locais, a maior concentração estava nas matas do planalto, ao norte e noroeste da província. Após 1820 houve uma grande corrida dos caboclos para a região, principalmente após o governo paraguaio ter suspenso a exportação do mate. Segundo Zarth:

O mate tinha grande importância econômica, empregando milhares de caboclos e durante as décadas de 1850 e 1860, foi o principal produto de origem não pastoril exportado pela província. A erva-mate tinha grande importância, principalmente na arrecadação de tributaria dos municípios produtores. Segundo um relatório da Câmara Municipal de Cruz Alta o tributo sobre a exportação de mate chegou a atingir 69% da receita municipal no exercício de 1865/66. (ZARTH, 1997, p. 221).

Também podemos observar que a erva-mate estimulou milhares de homens a embrenhar-se nas matas, onde se instalaram como extrativistas e agricultores de subsistência. O mate consistia numa das raras oportunidades de o posseiro alcançar o mercado e dessa forma obter condições de trocar seu trabalho por mercadoria de consumo ou dinheiro. (ZARTH, 1997, p. 24).

Esses contingentes de coletores de mate eram ao mesmo tempo pequenos agricultores de subsistência que, por forças circunstâncias, não se tornaram proprietários das terras que ocupavam e nem dos ervais. Estes eram considerados públicos e assim administrativos e explorados ao longo do século XIX pela municipalidade. (ZARTH, 1997, p. 28).

De acordo com Castro (1887, apud Zarth, 1997) as experiências de coletividade na formação das roças familiares podem ser destacadas como um traço importante da cultura cabocla local. Era comum entre esses camponeses a prática do tradicional mutirão para o preparo das roças. Um cronista local, escrevendo em 1887 sobre o assunto, afirma que após concluir um puxirão que sempre termina com uma festa “...outro agricultor das circunvizinhanças, logo que pode, também trata de organizar o seu e assim se vão sucedendo até que finde o tempo de plantações” Esta forma de trabalho coletivo segundo o autor é de origem guarani.

No entanto, grandes estâncias pastoris foram se formando a partir da distribuição de sesmarias no século XVIII e no princípio do XIX tinha como padrão uma área de três léguas de fundo por uma de frente, o que equivale a cerca de treze mil hectares. A pecuária extensiva exigia uma área grande para a alimentação dos animais de forma natural, aproveitando a pastagem nativa. (ZARTH, 1997, p. 34). No entanto por volta da década de 1860, os grandes proprietários de terras já não tinham campos devolutos para ocupar, assim, iniciou-se um processo de apropriação das áreas de mato e desse modo explodiu uma série de conflitos entre os usurpadores e os coletores de erva-mate que até então não possuíam posse legal de seus roçados e dos ervais.

Essa disputa fez com aumentar a exclusão dos camponeses pobres, obrigando-os a emigrarem para áreas inóspitas e ainda devolutas ou a tornarem-se peões de estância em substituição ao escravo negro. Essa apropriação de terras florestais visava também à venda futura a colonos imigrantes subsidiados pelo governo que, desde 1824, vinham se multiplicando na província. (ZARTH, 1997, p. 28).

Outro fator desfavorável a esses caboclos foi a promulgação da Lei de Terras de 1850, que obrigava a todos os posseiros a registrar seus lotes, porém, muitos sem condições econômicas ou sem informação acabam não realizando o processo e por isso perdem seus lotes para os “espertos” da época. Conforme Taglietti (2006) a lei previa que caso o posseiro perdesse o prazo das medições, os mesmos poderiam ficar sem os benefícios dela. Assim, o governo poderia vender esses lotes para quem lhe conviesse.

A não-habilitação dos posseiros pobres deve-se ao descaso que faziam da importância do registro; talvez nem mesmo tenham tomado conhecimento de tal procedimento, já que habitavam as áreas mais distantes da paróquia e pouco frequentavam a igreja. Não há, também, garantia de que o pároco tenha divulgado a importância do registro entre as camadas pobres da população. Enfim, as evidências mostram que os lavradores pobres não compareceram ao registro paroquial, em sua maioria. (ZARTH, 1997, p. 34).

A Lei de Terras de 1850, segundo Taglietti (2006), foi uma das consequências da expansão do capitalismo, pois procurava promover um ordenamento legal da propriedade da terra no Brasil. No entanto o principal critério usado no ordenamento dessa lei foi favorecer aquele que efetivamente cultivasse a terra, porém o caboclo, através de seus roçados, derrubadas de matas e queimadas era tido como alguém que não demonstrava interesse em produzir excedentes. *“A chamada Lei de Terras de 1850, no Brasil é um bom exemplo do uso de uma legislação modernizante e reformista para expropriação dos camponeses e índios.* (LINHARES, p.61, 1999)”

Após da promulgação da Lei, alguns caboclos do Norte do Rio Grande do Sul conseguiram registrar a terra em seu nome. Mas, segundo Ruckert (1997) logo esse registro passa a ser contestado por fazendeiros que reclamam a propriedade na mesma fração, e nessa disputa o perdedor sempre é o caboclo. Dessa forma, muitos desses trabalhadores livres são despossuídos de seus direitos e posses à terra, o que faz com que os mesmos acabem ocupando áreas de matas onde ainda não havia um processo de colonização.

Taglietti (2006) acredita que a Lei de Terras de 1850 foi um dos principais instrumentos de exclusão social que ocorreu no Brasil, pois as condições dos caboclos não possibilitavam que os mesmos pudessem ser reconhecidos ou posseiros de seus próprios lotes. E esse processo de exclusão tornou-se mais evidente, principalmente a partir da vida dos imigrantes que eram símbolo do progresso e produção.

Outro duro golpe para os caboclos foi que a partir da Lei de Terras de 1850 permitiu-se que muitos ervais que não eram registrados, passassem a pertencer ao patrimônio do município, porém o trabalho de extração era dos caboclos que realizavam todas as atividades para conseguir uma renda para sobreviver. Segundo Zarth (1997, p. 43) as terras públicas permitiam o acesso dos caboclos ao extrativismo e às roças, porém, essa mesma condição era muito incerta à medida que a terra estava sujeita a um processo de privatização pelas elites locais, que aos poucos transformaram os ervateiros em proletários sem terras, forçando-os a emigrar para áreas inóspitas e devolutas ou a submeter-se à condição de peões das estâncias em substituição aos escravos.

Com a escassez de campos nativos ou devolutos e a vinda de imigrantes houve, a partir do início do século XX um intenso processo de mercantilização da terra, onde os preços se elevaram e o acesso dos caboclos a um pedaço de chão se tornava a cada instante mais difícil. Zarth (1997, p.59) descreve que após a vinda de colonos estimulados pelas iniciativas oficiais da fundação de colônias como as de Ijuí e Guarani, as terras próximas a esses núcleos oficiais passaram a ser objeto de comercialização pelos proprietários de grandes áreas de mata virgem, que as dividiam em pequenos lotes, seguindo o padrão da colonização oficial (cerca de 25 hectares). Além disso, as técnicas de queimadas e a ausência de adubos nas terras ocupadas pelos caboclos foram sendo imensamente utilizadas para justificar a expulsão dos mesmos de suas posses, assim poderiam ser comercializadas com fazendeiros ou imigrantes.

[...] a alegação da ignorância dos lavradores locais diante de modernas técnicas agronômicas tem um propósito ideológico e político, à medida que serve para justificar a expulsão dos caboclos e a comercialização de terras com os imigrantes. (ZARTH, 1997, p. 106).

Percebemos que partir da vinda de imigrantes europeus para a região os problemas dos nacionais aumentaram ainda mais. A presença de agricultores estrangeiros parecia ser inútil, pois havia uma considerável fatia de caboclos sem trabalho e sem terras para trabalhar. A justificativa para a presença de imigrantes é que para governo e os pertencentes às elites ricas, os imigrantes europeus representavam a solução dos problemas, tudo estava focado para eles, inclusive

receberam privilégios que jamais os caboclos receberam. Para Zarth (1997, p.59) “é pertinente ressaltar que a política deliberada de propiciar o desenvolvimento de pequenas propriedades na região era uma política voltada para imigrantes. ”

Finalizando, podemos apontar que a partir das obras de Zarth o caboclo se constituiu sujeito importante no processo que engendrou a ocupação e normatização fundiária do Rio Grande do Sul e, aqui, especificamente, da região do Médio Alto Uruguai, por ter sido quem migrou primeiramente para essa região de mata e também por estar associado à longa trajetória agrária brasileira, porém desfavorecido pela Lei de Terras de 1850, assim como pelos projetos de colonização. De fato, a apropriação privada da terra e a posterior consolidação da colonização, envolvendo imigrantes, fez com que esse espaço fosse bastante alterado. Assim, com a expropriação de suas terras, a população cabocla foi alvo da desqualificação de suas formas de acesso e uso da terra, enquanto foram exaltadas as virtudes dos colonos, principalmente de origem germânica e italiana, em relação a valorização do trabalho e as suas práticas agrícolas

2.2 ORIGEM DO ESTUDO SOBRE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

O conceito de representações surge na sociologia a partir de Émile Durkheim que foi uns dos primeiros pesquisadores a tratar sobre esse assunto, pois tinha como objetivo tornar a sociologia com uma ciência concreta. Durkheim acreditava que função da Sociologia seria a de apontar soluções para a anomia presente na sociedade europeia, no qual procura estabelecer as regras que permitem distinguir o normal do patológico. Assim, tentou conciliar o ideal de ciência pura com o ideal pragmático, ou seja, a aplicação do conhecimento sociológico na planificação da conduta dos homens tendo por objetivo atingir fins, por ele considerados como desejáveis e científicos:

“A ciência é assim quase destituída de toda a eficácia prática e, por conseguinte, perde a sua razão de ser; com efeito, qual o sentido de tentarmos conhecer o real se esse conhecimento não tem qualquer utilidade na vida? Poder-se-á argumentar que, ao revelar-nos as causas dos fenômenos, a ciência nos fornece os meios para os produzirmos à nossa vontade e, conseqüentemente, para realizar os fins que por razões supracientíficas a vontade humana pretende atingir” (DURKHEIM, 1978 P.110).

Em suas definições Durkheim, propõe a ideia de que a representação é coletiva, tanto por sua construção, quanto por sua natureza, onde os fenômenos sociais são tratados como “coisas”, objetos externos aos sujeitos, assim os acontecimentos individuais e os acontecimentos coletivos são de naturezas distintas. Para ele a representação é construída pela integração social dos homens, que tentam manter a coesão do grupo e suas propostas para o cotidiano. Essas representações podem estar presentes em normas, instituições, discursos, imagens e ritos, as quais são constituídas paralelamente a existência dos indivíduos, porém os fazem vivenciá-las no dia-a-dia.

Ao definir a expressão representação coletiva, Durkheim quis comparar as diferenças entre o pensamento social e o pensamento individual, pois para o autor o individual é um fenômeno psíquico. Já as representações sociais coletivas vão além das representações dos sujeitos que forma a sociedade. (MOSCOVICI, 1978)

Na obra “as regras do método sociológico”, Durkheim argumenta que considera fundamental na observação dos fatos sociais é tratá-los como “coisas”, pois estes fenômenos são objetos e devem ser tratados como tais. Segundo ele, para demonstrar esta proposição não é necessário nenhum questionamento de natureza, basta constatar que são os únicos dados oferecidos ao sociólogo: “É objeto, com efeito, tudo o que é dado, tudo o que se oferece, ou antes, se impõe à observação. Tratar dos fenômenos como coisas é tratá-los na qualidade de data que constituem o ponto de partida da ciência” (DURKHEIM, 1978, P.100).

Na dimensão do enfoque teórico do autor todos os objetos científicos são coisas e por isso, assim devem ser tratados, propondo dessa forma uma construção do simples para algo que busca mais sua essência. Assim, os fatos sociais existem independentes dos acontecimentos individuais, ou seja, são exteriores às consciências individuais. Então para o autor a sociologia deve analisar os estados de consciência coletiva, enquanto a psicologia deve preocupar-se com a natureza individual do sujeito.

A Teoria das Representações Sociais ficou conhecida em 1961, através da obra *La Psychanalyse: son image e son public* desenvolvida pelo psicólogo social francês Serge Moscovici. Nessa época, abordagens linguísticas e semióticas tornaram-se mais importantes nas pesquisas das relações sociais. Essa abordagem tinha, principalmente, como enfoque, a psicanálise e procurava analisar

cientificamente sua repercussão na formação das individualidades e coletividades comuns da época.

A partir da metade do século XX, o termo Representação Social começa a aparecer com mais frequência em vários trabalhos do mundo contemporâneo. A Teoria das Representações Sociais vai ser proposta por Serge Moscovici, psicólogo social na França e que desenvolveu a obra *La Psychanalyse: son image e son public*. O principal interesse de suas obras estão alinhados ao conhecimento do senso comum e na realidade da vida cotidiana das pessoas. Assim, esse autor passa a integrar uma nova fase dos estudos das representações sociais, passando a compor um novo modo de emergir o conhecimento estabelecido entre diálogos pertencentes a um mesmo grupo social.

Para Moscovici (2003) o esforço para estabelecer a Sociologia, como uma ciência autônoma, levou Durkheim a defender uma separação radical entre representações individuais e coletivas. O sociólogo francês formulou suas ideias, discordando da Psicologia, que procura explicar um fenômeno social através de um fenômeno psicológico. Inicialmente, o objetivo de Durkheim foi sugerir que as representações individuais deveriam ser do campo da Psicologia (individual), enquanto que as representações coletivas formariam o objeto da Sociologia. Tal divisão procurava dar conta de um todo, mas se fundamentava em uma concepção, segundo a qual, as regras que comandam a vida individual não seriam as mesmas que regem a vida coletiva.

Ao contrário de Durkheim, Moscovici desconsidera essa dicotomia entre individual e coletivo, pois essa diferenciação dificulta a explicação dos fenômenos sociais, já que existe um equilíbrio dinâmico entre o social e o individual. Moscovici está interessado na sociedade moderna, na qual a ciência e o pensamento tecnológico tornaram-se onipresentes, de forma que sistemas coletivos entram na construção da vida cotidiana, forçando “as mudanças que as ciências oficiais, religiões, e ideologias, devem passar a fim de penetrar na vida cotidiana e se tornar parte da realidade comum” (SÁ, 1995, p. 22), ou seja, transmutarem-se em representações sociais. Para enfatizar a distinção entre sociedade primitiva e a atual, Moscovici usa o termo “social”, em vez de “coletivo”, como forma de diferenciar-se do próprio Durkheim, que empregava justamente o termo representações.

Segundo Franco (2004, p. 170) “a sociedade do conhecimento, a abordagem e a realização de pesquisas sobre representações sociais podem ser consideradas ingredientes indispensáveis para a melhor compreensão da sociedade”.

A desenvolvimento de pesquisas sobre representações sociais a partir da realidade da vida cotidiana constitui uma grande força para que estas possam ser tratadas e reconhecidas como conhecimento pela sociedade. Isto porque a realidade da vida cotidiana apresenta-se como a realidade por excelência, já que, sendo decorrente das relações que o ser humano mantém no dia a dia com o mundo, possui um caráter predominantemente impositivo e urgente para a consciência. Sendo assim, o indivíduo experimenta a vida diária num estado total de atenção, que lhe permite apreendê-la de forma, aparentemente, normal e natural.

A representação social é elaborada pela atividade simbólica do indivíduo que, assim, apreende o seu ambiente. Portanto, a representação social só pode ser compreendida se também for buscada a história individual relacionada à história da sociedade a qual o indivíduo pertence. Ela é o processo e o produto da relação entre a atividade mental e a práxis social. As pessoas agem concretamente no cotidiano, fazendo história, comunicando-se umas com as outras através de representações sociais que, por sua vez, são redefinidas.

Tavares (1998, p.66) entende que as representações sociais expressam a maneira como as pessoas sentem, interpretam e percebem o mundo. E, desta forma, “estudar as representações sociais de um determinado segmento social, significa verificar quais são os referentes sociais que esse grupo assume diante de aspectos destacados dentro da prática da sociedade”.

Para Franco (2004, p.170) as representações sociais são elementos simbólicos que os seres humanos expressam mediante o uso de palavras e de gestos e “essas mensagens, mediadas pela linguagem, são construídas socialmente e estão, necessariamente, ancoradas no âmbito da situação real e concreta dos indivíduos que as emitem”. A autora ainda destaca que as representações sociais são historicamente construídas e estão “estritamente vinculadas aos diferentes grupos socioeconômicos, culturais e étnicos que as expressam por meio de mensagens, e que se refletem nos diferentes atos e nas diversificadas práticas sociais”.

Moscovici é considerado o pai da teoria das representações sociais. A partir da construção do estudioso, três grandes correntes teóricas surgiram:

(...) uma mais fiel à teoria original, liderada por Denise Jodelet, em Paris: uma que procura articulá-la com uma perspectiva mais sociológica, liderada por Willem Doise, em Genebra: uma que enfatiza a dimensão cognitivo – estrutural das representações, liderada por Jean–Claude Abric, em Aix–en–Provence (SÁ, 1998, p. 63).

No Brasil a teoria recebeu e recebe influência direta de Denise Jodelet (há, inclusive, centros de pesquisa no Rio de Janeiro - UERJ, São Paulo e Rio Grande do Sul - PUC). Contudo, é importante salientar a contemporaneidade desta teoria para explicar o fato de não existirem muitos trabalhos que a utilizam, apesar de considerável ampliação na década de 90 do século XX (SÁ, 1998). Atualmente, a Teoria das Representações Sociais vem sendo cada vez mais empregada em trabalhos das Ciências Sociais, principalmente naqueles de caráter sociológico, antropológico, geográfico e histórico (história das mentalidades), com um enfoque interpretativo e social. O principal emprego da teoria tem sido com vistas a relacionar o saber comum (senso comum) com o conhecimento científico e outras formas de representações.

Especialista em representações sociais em psicologia social é Denise Jodelet, que as define assim:

Trata-se de uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e partilhado, possuidor de uma intenção prática, que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Igualmente chamada de “saber ingênuo” ou “natural”, esta forma de conhecimento [...] distingue-se, entre outras, do conhecimento científico. [...] Reconhece-se geralmente que as representações sociais, na qualidade de sistema de elaboração que rege nossa relação com o mundo e com os outros, orientam e organizam as condutas e as comunicações sociais [...], a difusão de conhecimentos, o desenvolvimento intelectual e coletivo, a definição das identidades pessoais e sociais, a expressão dos grupos e as transformações sociais (JODELET, 1989, PP. 36-37).

Os humanos vão de arquitetando através das experiências do dia-a-dia, principalmente através da linguagem que faz parte do processo de vivência das relações sociais. E para Jodelet (1989), as representações sociais podem ser denominadas ao mesmo tempo como “saberes de senso comum”, ou ainda, “saberes ingênuos”, “naturais”, e esta forma de conhecimento é distinta do conhecimento científico, dentre outros.

O conceito das representações sociais vem sofrendo diversas análises, leituras e reformulações por diferentes pesquisadores. É necessário esclarecer, porém, que o próprio Moscovici está de acordo com essas possibilidades: “O conceito de representações sociais não está perfeitamente claro. Padece de um conteúdo

demasiado amplo e mal definido. Não é facilmente apreendido intuitivamente e só ganha sentido graças ao uso concreto” (MOSCOVICI, 1978,p.106).

Alves (2006), analisando Moscovici, acredita que estudar representações sociais implica: “adentrar a densidade de um mundo que (re) apresenta os seres humanos em seus pensamentos, em suas formas de estar e compreender o mundo, em seus questionamentos, em suas opções históricas, independentemente de suas condições sócio-econômicas, culturais ou políticas” (ALVES, 2006, p.18). Para este autor as representações se tornam sociais quando levam em consideração todos os aspectos da sociedade, principalmente o senso comum.

A expressiva autora Jodelet (2002, p.27) explica que as representações sociais “são uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, tendo uma visão prática e concorrendo para uma construção de uma realidade comum a um conjunto social”.

Trata-se de uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e partilhado, possuidor de uma intenção prática, que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Igualmente chamada de “saber ingênuo” ou “natural”, esta forma de conhecimento [...] distingue-se, entre outras, do conhecimento científico. [...] Reconhece-se geralmente que as representações sociais, na qualidade de sistema de elaboração que rege nossa relação com o mundo e com os outros, orientam e organizam as condutas e as comunicações sociais [...], a difusão de conhecimentos, o desenvolvimento intelectual e coletivo, a definição das identidades pessoais e sociais, a expressão dos grupos e as transformações sociais (JODELET, 1989, PP. 36-37).

Em suma, pode-se entender que as representações sociais formam um conjunto de conhecimentos, crenças, saberes do sujeito que modelam suas interações com outros indivíduos, suas atitudes, seus comportamentos, enfim, sua história.

2.2.1 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS A PARTIR DE SERGE MOSCOVICI

Romeno naturalizado francês, Serge Moscovici produziu uma das obras mais importantes para a psicologia. Seus trabalhos estão relacionados as Teorias das Representações Sociais (TRS) influenciando ao longo do século XX e XXI pesquisadores do mundo inteiro, incluindo o Brasil. O principal interesse de suas pesquisas e obras estão na análise dos conhecimentos de senso comum na vida dos sujeitos, onde as representações sociais implicam submergir na densidade que o

mundo (re-)apresenta os seres humanos em seus pensamentos, em suas formas de pensar, estar, seus questionamentos e suas construções históricas, independente de condições sociais e econômicas. As representações sociais devem levar em consideração todo o processo, em todos os aspectos sociais, principalmente o senso comum existente na sociedade. Então, representações sociais tem sua gênese justamente nesse encontro de pessoas, onde o senso comum ou modalidade de conhecimento tem a função de criar a forma de comportamento entre os indivíduos.

Moscovici viveu de forma intensa as atrocidades da Segunda Guerra Mundial, e nesse período passou a questionar o que ciência representava no cotidiano cultural dos sujeitos, onde adaptavam suas mentes e comportamentos ao processo vivido, tornando-se parte de um sistema de crenças. Nesse período histórico Moscovici descreveu que havia duas posições sobre as representações. Uma estava ligada ao marxismo que afirma que o conhecimento instintivo tinha de ser “purificado de suas irracionalidades ideológicas, religiosas e populares e substituído por uma visão científica”. A outra posição, que Moscovici chama de iluminista, expressava a ideia de que o conhecimento e o pensamento científico, disseminados através da comunicação e da educação, dispersam a ignorância, os preconceitos e os erros do conhecimento não científico.

Nesse sentido havia uma contradição em relação as propostas marxista e a científica, porque ambas julgavam o conhecimento comum como deficiente e errado. Diante dessas pareceres impostos simbolicamente as sociedades, Moscovici passa a questionar tal pensamento marxista e científico. Assim, através de suas pesquisas e relações tenta reabilitar o conhecimento comum como algo verdadeiramente atrelado ao conhecimento e vivências cotidianas das sociedades, e que o mesmo está fundamentado nas práticas e na linguagem, sendo fortemente contrário à ideia subjacente de que "o povo não pensa" e que somente os intelectuais são capazes de fazê-lo racionalmente".

O período de Guerra Mundial vivido por Moscovici, particularmente a década de 40 na Europa, marcou suas ideias como bem expresso por sua citação:

“Eu cresci em um tempo em que reinava o fascismo, e de tal modo que se poderia dizer que, pelo contrário, são os intelectuais que não são capazes de pensar racionalmente, pois na metade do século vinte eles produziram teorias tão irracionais, como o racismo e o nazismo.”(MOSCOVICI, 2003)

As representações coletivas surgem a partir de comunicações sociais onde são transmitidas de forma branda por gerações, geralmente são duradouras e vastamente difundidas na sociedade abrangendo mitos, crenças, imagens, o direito, a religião, as tradições e também o idioma (MOSCOVICI, 2003).

Podemos dizer que a teoria das representações sociais busca reconstruir e admitir a qualidade própria da psicologia social, conduzindo a um modo de olhar a psicologia social que exige a manutenção de um laço estreito entre as ciências psicológicas (individual) e as ciências sociais (coletivo). E nesse contexto comunicativo dos acontecimentos sociais que nos permitem identificar de maneira concreta as representações e trabalhar sobre elas são as conversações, dentro das quais se elaboram os saberes populares e o senso comum.

Moscovici desenvolveu investigações sobre o conceito de psicanálise em grupos de pessoas bastante heterogêneos, procurando entender como um saber científico (psicanálise) se transforma em outro saber quando mediado pelos meios de comunicação de um contexto social a outro. Este estudo foi publicado, em 1961, na França, sendo sua primeira edição no Brasil de 1978, sob o título “A Representação Social da Psicanálise”, marcando uma nova forma de considerar a Psicologia Social. É importante lembrar que Moscovici ao estudar as representações sociais da psicanálise estava interessado nas representações leigas da ciência e não na ciência em si.

Procurando desenvolver sua pesquisa sobre o poder das ideias no senso comum, o autor descreve que os sujeitos que formam a sociedade compartilham o conhecimento, constituindo assim uma realidade comum, estabelecendo comportamentos que pertencem ao grupo social, e que podem ser representadas por imagens e falas que circulam no cotidiano da comunidade. Moscovici (2003) discutiu profundamente sobre a relação existente entre a linguagem e a representação, afirmando que as representações são construídas pela linguagem, as quais se difundem saberes construídos historicamente e que fazem parte da memória social. Seguindo, o autor coloca que os indivíduos e as realidades se movem em função das representações, e não necessariamente da realidade.

Segundo Serge Moscovici as representações sociais podem ser definidas como:

... conjuntos dinâmicos [...], teorias ou ciências coletivas sui generis, destinadas a interpretar e dar forma ao real. [Elas remetem a] [...] um corpus de temas e princípios que apresentam uma unidade e se aplicam a zonas particulares de existência e de atividade... Elas determinam o campo das comunicações possíveis, dos valores ou das ideias presentes nas visões partilhadas pelos grupos e regulam, por conseguinte, as condutas duráveis ou admitidas (MOSCOVICI, 1976, P.48).

Para Moscovici (2003), as representações se universalizam de acordo com sua inserção no contexto dos grupos sociais que as criam. As representações, portanto, chamadas de “sociais”, não derivam apenas de um único grupo, mas das diversas sociedades existentes no interior de uma sociedade maior. As representações têm a função de guiar comportamentos e atitudes diante dos problemas e das situações de vida, oferecendo explicações e justificativas para as tomadas de decisão. Assim sendo, estudá-las torna-se importante para que se possam compreender os comportamentos dos sujeitos. Elas também têm uma função identitária, ligando sujeitos a seus grupos de pertença.

Moscovici (2003), desenvolveu seu trabalho tentando entender como as representações sociais são capazes de influenciar o comportamento do indivíduo participante de uma coletividade. A questão central de sua obra está relacionada ao fato de esclarecer que não é somente a educação formal, científica a única maneira de se apreciar e estudar o mundo, afirmando que o conhecimento comum ou cotidiano é muito importante, pois no desenvolvimento da sociedade as concepções dos indivíduos nem sempre são constituídas por conhecimentos intelectuais próprios, mas, na grande maioria das vezes, refletem uma visão comum, representada por uma linguagem partilhada.

Em um mundo que predomina o poder e faz com que os sujeitos acabem reificando essa ideia, aceitando o que lhes é imposto, o estudo das representações sociais, vem com uma proposta diferenciada, caracterizando-se como um esforço para superar a fragmentação, o individualismo e o aspecto a-histórico que marcavam as construções teóricas de diferentes disciplinas científicas na sociedade. Nessas construções, o homem surge esvaziado de si, de afetos, de vivência, cultura, enfim, da emoção e da história: constituem-se em objeto de pesquisa, ou de estudos, os comportamentos manifestos, o que pode ser observado diretamente. Em contraposição, a representação social é delineada como uma modalidade de conhecimento particular que tem por função compreender a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos (MOSCOVICI, 1978).

Portanto, a teoria das representações sociais surgiu a partir da necessidade de pesquisadores romper com que já havia sendo trabalhado na historicidade das pesquisas relacionadas as sociedades. O que Moscovici apresentou foi algo inédito e ousado, possibilitando a abertura para novos alinhamentos de pesquisas e com a adesão de novos pesquisadores.

2.2.2 A CONSTRUÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Moscovici (1978, p. 68) debruça seu interesse em descrever que as representações sociais são uma preparação para a ação, tanto por administrar o comportamento, como por modificar e reconstituir os elementos do meio ambiente que a conduta deve ter lugar. O autor deixa claro em suas pesquisas que o ser humano tem a capacidade de pensar, e partir disso consegue estabelecer questões e buscar respostas e, ao mesmo tempo, divide realidades por ele constituídas.

Para entender como são criadas as representações sociais, o autor procura explicar que a melhor forma é começar pelo começo, explicando os motivos da origem das representações. Para Moscovici (1978, p. 67) a intenção base das representações sociais é transformar o “não familiar” e algo “familiar”.

O processo das Representações Sociais apresenta duas faces: uma figurativa ou imagética representada pelas imagens, ícones ou figuras tangíveis que nos vêm à mente logo que somos indagados sobre o objeto da representação e, outra, simbólica que se refere ao pensamento conceitual, o sentido, o significado dado ao objeto de representação (Moscovici, 1978). Considerando esses aspectos, este autor descreve os processos de formação das Representações Sociais, como objetivação, onde se formam imagens que dão materialidade aos objetos abstratos, assim torna-o naturalizado. Então é no processo de objetivação que o que é abstrato se torna algo concreto potencializando o pensamento e tornando-os objetivos. Nesse processo de objetivação até aquilo que em determinado momento é inexistente se torna visível e conhecido do universo. No entanto o processo de ancoragem assimila aquilo que é estranho ou desconhecido, inserindo um contexto acessível ao objeto. Em suma, a ancoragem faz referência a um processo de familiarização com o novo, transformando aquilo que até então é desconhecido em algo hábil e capaz de influenciar as pessoas. Como ensina Moscovici:

Pela classificação do que é inclassificável, pelo fato de dar um nome ao que não tinha nome, nós somos capazes de imaginá-lo, de representá-lo. De fato, a representação é, fundamentalmente, um sistema de classificação e de denotação, de alocação de categorias e nomes. (2003, p. 62)

Objetivação e ancoragem são os dois processos que regem a emergência e a organização de uma representação social. Esta última é constituída por elementos que resumem o objeto por ela apreendido; mas ela também o duplica e transforma. A objetivação (ou reificação) permite que um grupo social construa um saber comum mínimo, com base no qual ocorram trocas entre seus membros e se torne possível emitir juízos e opiniões. Desta maneira, os processos de ancoragem e objetivação são fundamentais para a estruturação das representações sociais. Por exemplo, os problemas ambientais, tornam-se uma representação social, quando passam a ser sentidos, seja no discurso ou na realidade. Assim, passam a ser uma preocupação e começam a ser percebidos e discutidos, no mundo do senso comum.

Para Moscovici a ancoragem e objetivação são formas de lidar com a memória:

Ancoragem e objetivação são, pois, maneiras de lidar com a memória. A primeira mantém a memória em movimento e a memória é dirigida para dentro; está sempre colocando e tirando objetos, pessoas e acontecimentos que ela classifica de acordo com um tipo e os rotula com um nome. A segunda, sendo mais ou menos direcionada para fora (para os outros), tira daí conceitos e imagens para juntá-los no mundo exterior, para fazer as coisas conhecidas a partir do que já é conhecido. (2003, p. 78)

É importante ressaltar, contudo, que a objetivação e a ancoragem não ocorrem em momentos distintos; na verdade, desenvolvem-se concomitantemente, interrelacionam-se e dão sentido à representação social. Nesse sentido, Moscovici menciona que:

A sociedade transforma o objeto social em um instrumento de que pode dispor e este objeto é situado numa escala de preferência nas relações sociais existentes [...]. O processo de ancoragem [...] transforma [por exemplo] a ciência em saber útil a todos [...]. A objetivação transfere a ciência para o domínio do ser e a ancoragem a delimita naquele do fazer, contornando os interditos de comunicação [...]. Por exemplo, procede-se por ancoragem quando se pretende explicar a difusão da genética a partir de suas relações com a guerra biológica ou a medicina, deixando na sombra seus aspectos teóricos e as modificações que estes impliquem quanto à concepção da natureza, do homem ou da religião (MOSCOVICI, 1976, p. 17).

Neste âmbito, a objetivação é o mecanismo que procura “transformar algo abstrato em algo quase concreto, transferir o que está na mente em algo que exista

no mundo físico” objetivando-o. A ancoragem é o mecanismo que “tenta ancorar ideias estranhas, reduzi-las a categorias e imagens comuns, colocá-las em um contexto familiar” (MOSCOVICI, 2003, p. 60-61). Assim, também a reificação científica inclui-se nos saberes e discursos populares.

A ancoragem e a objetivação também são maneiras de lidar com a memória, permitindo que o não familiar do passado, como forma específica de conhecimento, passe a ocupar um lugar dentro do nosso mundo familiar. Nesse sentido, a ancoragem mantém a memória em movimento e a memória é dirigida para dentro, sempre absorvendo e descartando objetos, pessoas e acontecimentos, que ela classifica com um nome e de acordo com um tipo. A objetivação é transformar uma abstração em algo quase físico (MOSCOVICI, 2003).

Objetivação e ancoragem ligam-se dialeticamente. A primeira tem a ver com o processo de formação de uma representação social; a segunda, com como ela é modulada e praticada em função dos grupos, dos sistemas de pensamento e dos quadros interpretativos previamente disponíveis. Objetivação e ancoragem desenvolvem-se paralelamente e em contexto: sua separação é analítica, um tanto artificial, mas necessária metodologicamente. A ancoragem remete a uma integração ou a um enraizamento da representação social relativa a um objeto (um referente) num quadro anterior de referência (classe ou grupo social, outras representações, ideologias, atitudes, crenças, valores, condutas). Tal inserção no social/cultural pode modificar o quadro original de pensamento: fala-se então num processo de conversão, que se dá num movimento em que a coletividade aceita a nova representação filtrando-a, portanto, modificando-a parcialmente mas, em certos casos, tal representação nova introduz mudanças suficientes para uma transformação na mentalidade, na prática política, na religião, ou em outro sistema complexo de representações estruturadas. Em circunstâncias diferentes, pode acontecer a apropriação da novidade, classificando-a no interior de um sistema de ideias já existente: num tal processo, uma novidade pode sofrer um processo de familiarização, inversão, normalização ou conformação.

Uma das funções da ancoragem é permitir que os elementos da representação sejam transformados em função dos tipos de relações sociais e diversamente formulados nos múltiplos estratos da sociedade. Este mecanismo remete ao fato de que o uso das representações é orientado e instrumentalizado, encarnando interesses concretos e específicos. A ancoragem é, pois, um processo diversificado e modulado

do saber comum de uma representação social, levando a que existam variantes desta última (por exemplo, em função dos diferentes níveis culturais, classes sociais e indivíduos), o que não impede a existência, igualmente, de dimensões consensuais da mesma representação. As pessoas assimilam e se familiarizam com o conhecimento não familiar, assim, este passa a ser compartilhado, absorvido, trabalhado e articulado, nos mais diversos lugares, nas ruas, bares, parques, no local de trabalho, nas casas, tornando-se, dessa maneira, próprio e familiar. Como argumenta Moscovici (1978, p. 53)

[...] o conhecimento penetra no “mundo da conversação”, prosseguindo as permutas verbais depois de certo tempo. Uma frase, um enigma, uma teoria, apanhados no ar, aguçam a curiosidade, prendem a atenção. Fragmentos de diálogo, leituras descontínuas, expressões ouvidas algures retornam ao espírito dos interlocutores, misturam-se às suas impressões; brotam as recordações, as experiências comuns apossam-se delas. Graças a esses falatórios, não só as informações são transmitidas e os hábitos do grupo confirmados, mas cada um adquire uma competência enciclopédica acerca do que é objeto da discussão. À medida que a conversa coletiva progride, a elocução regulariza-se, as expressões ganham em precisão. As atitudes ordenam-se, os valores tomam seus lugares, a sociedade começa a ser habitada por novas frases e visões. E cada um fica ávido por transmitir o seu saber e conservar um lugar no círculo de atenção que rodeia aqueles que “estão ao corrente”, cada um documenta-se aqui e ali para continuar “no páreo”.

Cabe lembrar aqui que o não familiar, que circula nesse universo reificado, não se origina apenas na ciência, mas também em outras instituições do saber, como nas religiões, por exemplo. Contudo, sempre precisa de mediação para chegar num ambiente consensual. Esta pode resultar dos próprios esforços da população dita “leiga”, mas também de outros divulgadores – como a igreja, artistas, políticos e, principalmente, os meios de comunicação de massa. Todos estes dispõem de sistemas de conhecimentos mais abrangentes, que passam a fazer parte do nosso cotidiano através de reduções. Nesta interface, operam os processos pelos quais o conhecimento reificado passa a ser familiar. Moscovici (1978, p. 20) argumenta que:

[...] o propósito de todas as representações é tornar algo não-familiar, ou a própria não-familiaridade, familiar [...]. A familiarização é sempre um processo construtivo de ancoragem e objetivação [...] através do qual o não-familiar passa a ocupar um lugar dentro de nosso mundo familiar.

2.2.3 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E SEUS UNIVERSOS CONSENSUAIS E UNIVERSOS REIFICADOS

A Teoria das Representações Sociais desenvolvida por Moscovici nos fala da existência de dois universos de pensamento. Existiriam os universos consensuais, universos de pensamento, nos quais, o indivíduo, com base no senso comum, é livre para manifestar opiniões, propor teorias e respostas para todos os problemas. E haveria ainda os universos reificados. Espaços regidos pela lógica científica, onde, o indivíduo tem a participação condicionada pela sua qualificação, isto é, pelo domínio reconhecido de um saber específico. Uma das indagações centrais dessa teoria é justamente em relação às modificações sofridas pelo conhecimento científico quando ele passa do âmbito dos universos reificados para o âmbito dos universos consensuais

Sabemos que os sujeitos são pensadores ativos, consumidores de conhecimento, inseridos em uma sociedade pensante, baseado na diversidade dos pensares. Moscovici (1978) ressalta, ainda, a existência de dois tipos de universos de conhecimento na sociedade: os universos consensuais e os universos reificados. Geograficamente, encontram-se aqui três mundos: o mundo vivido individual, o mundo social consensual e o mundo reificado.

Nos universos consensuais os indivíduos são iguais e livres, podendo cada um falar em nome do grupo. Nos universos reificados a presença de classes e papéis diferencia os indivíduos. Neste universo o discurso difere-se pela hierarquização, e é nesse universo que reside o problema.

No universo consensual todos podem discursar que o valor para as representações é o mesmo, o que não ocorre no universo reificado. A reificação define um lugar social para o sujeito impondo-lhe, de certa forma, um discurso que é mais do “lugar ocupado” do que do próprio sujeito social. A reificação implica que o homem é capaz de esquecer sua própria autoria do mundo humano, e mais, que a dialética entre o homem, o produtor, e seus produtos é perdida de vista pela consciência (BERGER & LUCKMANN, 2003, P.123).

Faz-se necessário esclarecer que os universos reificados são aqueles identificados com o conhecimento personificado, portanto, relacionados às abstrações, às metodologias e à objetividade. Já os universos consensuais se referem aos conhecimentos construídos nas relações sociais cotidianas.

Compreendemos, até aqui, que as representações sociais são conhecimentos elaborados e compartilhados entre indivíduos ou grupos na sociedade moderna, através de relações interpessoais. Elas circulam, cruzam e se cristalizam incessantemente através da mídia, de uma fala, de um gesto, de um encontro e, até mesmo, de interações com o meio ambiente, em nosso universo cotidiano. Segundo Sá (1998, p. 21), os fenômenos de representação social estão "espalhados por aí", estão presentes na arte, nas crenças e nos mitos.

Por universo reificado, entende-se aquele que fixa e preserva institucionalmente o conhecimento. Onde se:

produzem e circulam as ciências e o pensamento erudito em geral, com sua objetividade, seu rigor lógico e metodológico, sua teorização abstrata, sua compartimentação em especialidades e sua estratificação hierárquica (SÁ, 1995, p. 28).

Assim, é considerado um universo diferente e desigual, onde não é qualquer pessoa que possui o "poder" de falar sobre determinados conhecimentos, ou seja, "a competência é determinada de acordo com o mérito atribuído e o direito de exercer determinada função [...] é um mundo com uma linguagem específica" (GIL FILHO, 2005, p. 56). A tendência é que esses universos aumentem, com o surgimento de novas formas de organização da sociedade, dando valor exagerado às informações da ciência.

As teorias científicas se encontram nesse universo do conhecimento. Elas orientam e organizam a prática científica, como um guia de conduta para abordar um problema estudado. O conhecimento científico:

é construído a partir de passos formalmente delimitados (que envolvem a formulação de hipóteses, a observação e/ou experimentação do objeto de estudo, a sua validação, comprovação ou interpretação, a previsão e aplicação dos resultados) [...] (SANTOS, 2005, p. 20-21).

Já o universo consensual, é onde circulam as teorias do senso comum e as interações que se dão entre pessoas comuns. Poucos integrantes desse universo possuem uma competência reconhecida sobre o tema discutido, "não conhecem limites especializados, obedecem a uma outra lógica, chamada de 'lógica natural', utilizam mecanismos diferentes de 'verificação'" (SÁ, 1995, p. 28-29). São "amadores", curiosos, leigos que, através de práticas interativas cotidianas, compartilham ideias e interpretações do mundo, produzindo as suas próprias representações sociais.

Os universos consensuais, como realça Moscovici (2003, p. 54-55), “são locais onde todos querem sentir-se em casa, a salvo de qualquer risco, atrito ou conflito [...] onde os objetos, pessoas e acontecimentos são percebidos e compreendidos em relação a prévios encontros e paradigmas”. Como já mencionado anteriormente, esses dois universos de conhecimento se completam, apesar de tão diferentes entre si.

Considerando a sociedade atual, marcada pela velocidade, pela hegemonia do saber científico e pelo capitalismo (este também desenvolvido através de reflexões científicas), o novo surge a cada instante – como teorias ou descobertas científicas, invenções e desenvolvimentos técnicos, reorganizações sociais e ambientais, decisões políticas, entre outros –, o que faz gerar perguntas, que necessitam de respostas no senso comum. Percebe-se, nesse momento, que o discurso hegemônico se expressa em formas específicas de circulação restrita ao universo acadêmico, como livros, artigos, conferências, que parecem muito distantes para o mundo comum, principalmente devido a sua linguagem técnica. Deduzimos que, ao mesmo tempo em que este novo, estranho ou o “não familiar”, expressão usada por Moscovici (1978), fascina a todos numa sociedade, onde, por questões do sistema educativo, a atitude de venerar a ciência (sem verdadeiramente participar nela) aguça a curiosidade, ela (a ciência) também torna-se problemática.

Portanto, quando as pessoas falam, argumentam, discutem no cotidiano à presença de um fenômeno científico, ou não, estão procurando respostas a algo considerado estranho. Situação semelhante quando os indivíduos ficam expostos às instituições, aos meios de comunicação, aos mitos e à herança histórico-cultural de suas sociedades, ou a problemas ambientais. É a partir desta exposição e da busca por construir respostas, que se orienta a vida prática, e que as representações sociais são formadas (GUARESCHI, 1995, p. 20).

Com efeito, uma representação social é a organização de imagens e linguagens de vários ambientes exteriores. Não se refere apenas ao ambiente da ciência, mas a qualquer sistema de conhecimento ou expressão provindo da mídia, da tradição, das leis políticas e até mesmo do ambiente urbano. Todos estes adicionam elementos de saberes diferentes, em nossa vida cotidiana, ao que já é comum e, conseqüentemente, neste processo de comunicação, todos se modificam. Assim, a representação social, formada sobre determinado fenômeno, assunto, ou até mesmo um objeto material, encontra-se em contínua elaboração, sempre sendo ligada

a um determinado contexto histórico e geográfico, dentro das atividades cotidianas, tanto sociais, culturais, econômicas e ambientais.

2.3 O ESPAÇO GEOGRÁFICO PRODUZIDO A PARTIR DAS REPRESENTAÇÕES NAS OBRAS LITERÁRIAS.

Num primeiro momento até parece estranho falar sobre geografia e literatura, pois a educação formal do ensino fundamental e médio e até mesmo o curso superior em Geografia, não fala sobre essa ligação, ou se fala é de forma muito específica. Em conversas aqui e acolá com docentes da Geografia em minha escola, apresentamos de forma rápida o que estava sendo analisado para o desenvolvimento da dissertação, e no semblante de cada docente certo espanto. No entanto com demais explicações cada um foi entendendo e percebendo como ambas – geografia e literatura – tem muitas afinidades, podendo contribuir com o conhecimento dos sujeitos. Essa dicotomia é expressa por Collot (2011), que afirma que existe, portanto, uma tendência notável entre as duas disciplinas, no qual, os geógrafos encontram na literatura a expressão de um relacionamento concreto, afetivo e simbólico que une o homem aos lugares e que ilustra o espaço onde a escrita se desenrola. Segundo Claval (2001b) o espaço proporciona aos indivíduos diferentes histórias, realidades e culturas, além de mediar a relação entre o homem e o meio.

Nesse sentido, nos questionamos quais as possibilidades de produzirmos conhecimento geográfico a partir das representações dos sujeitos nas obras literárias? É com essa pergunta que iniciamos nossa análise de entendimento relacionando a analogia existente entre a produção do espaço geográfico e as representações sociais presentes nas obras literárias, considerando que tanto a geografia quanto a literatura são maneiras encontradas pelo homem para descrever o mundo, tornando-o inteligível.

Para Baron (2011) o geógrafo e o escritor literário são desafiados a refletir sobre a necessidade de imaginar conceitos que lhes permitam traduzir as singularidades das situações comuns que iluminam a relação entre o homem e o mundo. Por essa ótica de ligação entre geografia e literatura, nota-se que ambas podem se complementar de forma muito intensa quando buscam desenvolver estudos que trazem a relação existente entre o homem e o espaço, procurando entender e

estabelecer representações simbólicas e extremamente significativas nas relações humanas.

(...) O espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais, (...) o espaço evolui pelo movimento da sociedade total. (SANTOS, 1978, p. 171)

É diante dessa postura de produções que hoje se torna possível reconhecer a relação existente entre o espaço e a arte literária, tendo em vista que diálogos cada vez mais numerosos, quer de modelo, quer de método, frequentemente ligam esses dois saberes, apagando as suas fronteiras. Diálogos que reivindicam as antigas formas de pensar e expressar a realidade físico-humana, formas carregadas pela poesia do cotidiano (WANDERLEY, 1997).

Geografia e Literatura são duas formas de conhecimento milenares que possuem raízes comuns e uma relação histórica indissociável. A modernidade, no entanto, encarregou-se de separá-las, colocando-as em duas "gavetas" distintas: Ciência e Arte. Há, no entanto, caminhos que continuam ligando estas duas formas de ver o mundo, tornando-as permeáveis. Cada uma, à sua maneira, funda novos mundos, a partir da relação criativa da razão-emoção-imaginação. O resultado são espacialidades e geografidades que colocam o espaço e a geografia como elementos inalienáveis e fundamentais de toda narrativa e não apenas como palcos da trama literária. Este entendimento abre possibilidades de leitura da Literatura, assim como amplia o sentido do geográfico num mundo dinâmico e pluralista. (MARANDOLA JR. e OLIVEIRA, p 02, 2009)

Alguns geógrafos, em verdade, há muito procuram pensar a geografia como arte. Segundo Marandola Jr. e Oliveira (2009) muitos geógrafos apontam que para conhecimento geográfico as obras literárias tem grande relevância, pois muitos romances traziam em suas descrições uma realidade de conhecimento sobre os lugares e regiões. Tanto na descrição da paisagem e dos costumes dos lugares quanto de processos físicos (como a desertificação, os ritmos climáticos, os eventos extremos, o solo e o relevo). Assim, essa descrição fascinava muitos geógrafos, pois trazia muitas informações de lugares até então desconhecidos por eles.

Para Melo (2001), a busca por novas percepções sobre o espaço geográfico faz com que a abordagem cultural na geografia se destaque por meio dos estudos socioespaciais, como a compreensão da realidade através da cultura e sua influência na produção do espaço. Para o autor, nesta análise da paisagem, deve-se considerar

o seu contexto histórico, bem como, as relações existentes que podem produzir uma realidade diversificada. Assim, acredita-se que a geografia, aliada a literatura, seja um instrumento no qual mencione a realidade do espaço geográfico descrito e suas experiências, como enfatizam Marandola Jr. e Gratão (2010):

Esta nova aproximação quer mais do que identificar elementos “reais” na descrição das paisagens e dos lugares. Quer estabelecer um entrelaçamento de saberes que se tecem também pelos fios de entendimento da espacialidade e da geograficidade, enquanto elementos indissociáveis de qualquer narrativa ou manifestação cultural (MARANDOLA JÚNIOR; GRATAO, 2010, p. 9).

Meinig (1983), coloca para os geógrafos a possibilidade de uma escrita criativa sobre a Terra a partir da aproximação com as humanidades, sobretudo, com a literatura. Segundo ele, somente quando escrevermos livros e ensaios suficientemente penetrantes e poderosos na elucidação da vida, da paisagem e dos grandes temas de geografia é que vamos constituir firmes ligações com a literatura. Sem essa interação, a posição da geografia permanece subordinada e parasitária. Diante dessa geografia existencial, da geograficidade e historicidade que lhe são inerentes e do diálogo possível entre a ciência e a arte, é que podemos escrever, com mais propriedade, sobre a produção de uma geografia das representações a partir da investigação das obras literárias.

Ridanpää (2013), salienta que a literatura tem sido objeto de estudo, no qual, considera contexto temático da pesquisa, onde o mundo é percebido. Além disso, é uma ferramenta metodológica que abarca diferentes campos da geografia. O autor acrescenta que nos primeiros anos, a literatura era frequentemente usada para adicionar nuances estéticas para descrições geográficas ou, ainda, tinha o caráter de “banco de dados”, pois, armazenava informações que separavam os fatos da ficção. Contudo, essa realidade se modificou consideravelmente ao longo 45 dos anos, visto que a literatura tem acompanhado a humanidade em meio a inúmeras evoluções proporcionadas por suas descobertas e sonhos.

Para Cunha (2011), essa articulação entre geografia e literatura é fundamental para o desenvolvimento da geografia e para a cartografia, visto que as descobertas dos lugares proporcionaram ampliação do “imaginário geográfico”, promovendo a ciência cartográfica em âmbito global. Travassos e Amorim Filho (2016) reforçam essa temática ao enfatizarem a importância dos relatos cartográficos na conquista de novos

territórios e em ações militares no mundo medieval. Deste modo, com mapas e informações literárias detalhadas, emerge o desejo de compreender diferentes lugares, regiões, paisagens e o próprio comportamento humano.

Segundo Collot (2011) a busca de obras que envolvam as dimensões geográfica, histórica, social e cultural desenvolveu-se, principalmente, na década de 1990 com as expressões geografia literária, geopoética e geocrítica. Tais termos traduzem uma forma diferenciada de analisar criticamente o espaço por meio do conhecimento geográfico, além de obter dados relevantes da realidade e valorizar a poesia existente.

Colferai e Gomes (2009) assinalam a importância da articulação entre literatura e a geografia, sobretudo, na narrativa das relações entre o homem e o meio rural. Tal aproximação promove mais entendimento do espaço geográfico ao passo que, também, articula os leitores em comparações sobre o espaço. Neste contexto, a literatura se torna um recurso transdisciplinar, pois engloba diversas disciplinas além da geografia, como a história, a biologia, a língua portuguesa, e as artes, dentre outras. Para Ferreira (2007), a literatura é um elo entre os diferentes tipos de realidades, é um recurso transdisciplinar que incentiva o diálogo entre as diferentes áreas, dentre elas o turismo que, assim como, a geografia tem raízes remotas.

As primeiras manifestações de interesse da geografia pela arte literária tiveram seu princípio no início do século XX, onde os romances passaram fazer parte de um complemento à pesquisa geográfica. Esses romances forneciam informações relacionadas às paisagens, lugares, homens, servindo assim como uma fonte bibliográfica na produção das análises. No início dos anos 70, os estudos geográficos sobre a literatura foram ganhando espaço, principalmente com as modificações nas ciências humanas onde passou a ter um grande elo entre a geografia cultural e a antropologia. Conforme Brosseou (1996) a Nova Geografia que tinha uma inspiração humanista, colocava que a importância da literatura para investigação geográfica está no fato que a mesma descreve o lugar e sua relação estabelecida com os indivíduos, ou seja, procurava transcrever as experiências concretas do sujeito com o meio. Além disso o romance trazia em sua gênese uma possibilidade de expressar a alma do autor e sua relação com o lugar e o espaço descrito. É também durante a década de 70, com o surgimento da Geografia Crítica, que surge uma nova moção de análise da

literatura, onde a mesma poderia ser uma forma de denunciar a situação daquela realidade, questionando o monopólio da situação estabelecida pelo sistema.

Um dos grandes pensadores que inicialmente trouxe essa aproximação entre a geografia e a literatura foi James Duncan. Segundo Maria Amelia Vilanova Neta (2004), Duncan escreveu sobre a paisagem da capital da Sri Lanka trazendo uma grande contribuição para as pesquisas geográficas sobre os textos literários. Nessa investigação o pesquisador propôs uma análise de textos sagrados como caminho para decodificação dos processos de reprodução social que se utilizam da paisagem para a comunicação, assim, Duncan apresenta um grande suporte para as pesquisas relacionadas as dimensões culturais do espaço urbano.

Não é somente a literatura internacional que traz em sua essência essa forte ligação entre a arte literária e a geografia. No Brasil podemos elencar inúmeras obras da literatura que descrevem em seu desenvolvimento, aspectos e informações importantes sobre as representações geográficas.

Podemos destacar a nível nacional, segundo Marandola Jr. e Oliveira (2009) o escritor brasileiro José de Alencar, que escreveu uma série de romances tratando o cotidiano urbano quanto rural brasileiro. Em "O Guarani" o autor apresenta o nativo em contato com o europeu, destacando a floresta e o surgimento das primeiras vilas.

Autores como José de Alencar e seu romance indianista, como O Guarani, que está inserido na corrente filosófica do Romantismo baseados nas ideias do pensador iluminista Jean Jacques Rousseau onde o Homem é visto como ser originalmente puro sendo corrompido pela sociedade pode ser utilizado tanto pela Geografia quanto pela História, Sociologia ou Filosofia. Alencar tem outras obras que também podem ser utilizadas pela geografia, o autor não se limitou a escrever romances classificados como indianistas há em sua produção literária, romances regionais e urbanos, como O gaúcho e Senhora respectivamente. (TEIXEIRA, 2009, p. 06).

Podemos citar outras obras indianistas de Alencar, como Iracema e Ubirajara e além desses também escreveu obras sobre a cidade do Rio de Janeiro, destacando sua paisagem, sua população e retratando como era o cotidiano da vida urbana. Retratou também em inúmeros momentos o Sertão inóspito, com tipos rudes e heróicos. Assim, a riqueza de detalhes desses romances traz para discussão o espírito nacionalista e ressaltando o heroísmo de figuras vivendo em paisagens e

regiões afastadas do convívio da corte do Rio de Janeiro, mas integrantes da história cultural brasileira. Nessa dicotomia de obras literárias e geografia, vale destacar que aqui no Sul do Brasil, temos a imemorável obra de Érico Veríssimo, com a saga “O tempo e o Vento”, que caracteriza a geografia sulina, remontando ao passado e descrevendo em suas cenas o espaço geográfico da região.

A literatura é capaz de trazer consigo uma forma familiar de retratar em diversos momentos a vida cotidiana de milhões de pessoas, possibilitando o reconhecimento de que podemos discutir de forma síncrona geografia e literatura, pois ambas trazem inúmeras reflexões acerca das relações humanas. Nesse sentido Aline Medeiros (2014, p.06) cita que a geografia humanista tem grande relação com a literatura, pois, enobrece o ser humano, reconhecendo seus sentimentos e percepções nessa tentativa de ler o mundo. Para ela o ser humano permanece na interação consciência-corpo e mundo e literatura pode estabelecer uma um elo importante nessa interação, justamente porque a explicita, permitindo aos leitores a compreender – e investigar. “Nesse sentido, a fenomenologia é interessante, pois além de compreender o ser sempre interação com o espaço, não diferencia o real do imaginado na sua análise, posto que coloca os fenômenos em parênteses – não afirma em nenhum momento sua realidade. (MEDEIROS, 2014, p. 06)

Nessa perspectiva humanista de escrever, inúmeros autores buscam compreender e ressaltar sentimentos, experiências e intersubjetividades que fazem parte do meio em que os sujeitos habitam, buscando valorizar cada detalhe das relações do homem e do espaço.

A geografia humanista está assentada na “subjetividade, na intuição, nos sentimentos, na experiência, no simbolismo e na contingência, privilegiando o singular e não o particular ou o universal, e ao invés da explicação, tem na compreensão a base da inteligibilidade do mundo real” (SPOSITO, 2003, p. 100).

Marques (2010) expressa em suas pesquisas que não resta dúvida de que a busca por uma geografia com um enfoque mais subjetivo, mais humanizado, considerando a percepção dos lugares e a apreensão do espaço pelo sujeito tem impulsionado geógrafos e geógrafas a recorrerem às fontes literárias como forma de ali encontrar o sentimento de pertencimento aos lugares, e essa análise que se desenvolve no âmbito da geografia humana, procura esclarecer como fontes literárias

podem contribuir no processo de construção do conhecimento e na compreensão das mais complexas relações sociais em diferentes épocas.

Para Ana Regina Vasconcelos Ribeiro Bastos (1993, p.10) a representação do espaço geográfico nas obras literárias traz em sua análise de discurso o componente do simbólico e da representação, tão debatidos e priorizados hoje em dia. Assim esse entendimento do real leva em conta uma construção simbólica de que o espaço é uma categoria de representação do real, e este passa a ser considerado como tal na representação de um romance ou obra literária. Dessa forma é possível, ainda, procurar um plano teórico que contém o simbólico capaz de mostrar conotações espaciais, unindo no resultado apreendido a relação natureza-sociedade. Com base nessas premissas a autora ainda ressalta que a apropriação intelectual dos lugares leva em conta uma elaboração mental da paisagem mediada pela sua valorização simbólica, onde se constrói uma imagem de realidade, este se torna um veio para a interpretação do real e expressa valores, desejos, interesses, que interferem na construção dos espaços.

A sistematização entre a literatura e geografia, também é citada por Olanda, & Almeida (2008) que trazem em suas discussões a importância da Geografia Cultural e Humanista no desenvolvimento de pesquisas geográficas que utilizam como base a arte literária na produção de discursos que representam os sujeitos como um todo. Claval (1997) considera que a Geografia Cultural está associada à vivência humana e suas interações com a terra, à natureza e o ambiente e estuda a maneira pela qual os humanos os modelam para responder às suas necessidades, a seus gostos e às suas aspirações. Ela empenha-se, ainda, em compreender o processo humano de construção de identidade e realização individual e coletiva.

A Geografia Cultural construiu seu arcabouço teórico-metodológico a partir da concepção de pesquisa como sendo o captar do significado dos fenômenos e da aceção de ciência como a compreensão dos fenômenos em suas diferentes manifestações contextualizadas e particularizadas. Nessa abordagem prioriza-se o sujeito sobre o objeto, ou seja, valoriza o sujeito, a subjetividade e a experiência, alicerçada na visão de Homem como ser integral e em construção. (OLANDA, & ALMEIDA, p.14, 2008)

Sendo assim, Olanda, & Almeida (2008) consideram que Geografia Cultural trouxe para a discussão assuntos até então ocultos, buscando trabalhar sobre cultura, lugar, territorialidade identitária, paisagem, representação e significado como

categorias importantes que lhe dão reconhecimento e particularidade próprias. Para esses autores a Geografia Cultural aborda inúmeros conhecimentos, trazendo também consigo a compreensão e investigação da imaterialidade presente no espaço romanesco. Portanto, quando trabalhamos com uma linguagem literária, conhecemos uma representação do sujeito, através de uma linguagem escrita que expressa e comunica a experiência humana.

[..] que a linguagem literária possa de uma certa maneira refletir, na sua estrutura, os objetos, as ideias, as sensações que comunica, que ela possa de algum modo imitar o seu conteúdo. Nem por isso, porém a obra deixa de repousar sobre uma realidade pré-existente, nem a função da linguagem de ser [...] comunicar a outrem essa realidade. [...] A obra representa o mundo, mas é também uma visão do mundo e, finalmente, uma 'tomada de posição' sobre o mundo (OLANDA, & ALMEIDA, P.17, 18, 2008).

Bastos (1998) também traz uma reflexão sobre a importância da literatura na representação da realidade e como a mesma pode ser uma importante fonte de investigação geográfica. Assim a autora afirma que:

Pode-se portanto, através da literatura, fazer uma leitura geograficamente possível da realidade, a qual não dará conta, jamais da totalidade, pois a representação – no caso, a literatura – é sempre parcial. Através de uma ousadia nas associações, pode-se aproximar arte e ciência (BASTOS 1998 p. 58).

Considerando o processo de construção da pesquisa, podemos compreender que há uma relação perceptível entre a Geografia Cultural, Literatura e as Representações Sociais pois ambas trazem para discussão o ser humano e seu cotiando.

Nesse sentido, quando analisamos o sujeito e seu cotidiano, percebemos que a literatura, traz em suas percepções o mundo real de seus sujeitos, suas dificuldades, alegrias, cores e movimentos, tornando-se voz e escuta do mundo. Assim, símbolos vivenciados e expressos no cotidiano, por meio das pessoas que veem desaparecer diante de si partes de suas vidas ligadas, sobretudo, à questão da subjetividade, encontram na literatura um lugar para serem registrados. A subjetividade funciona como um motor que alavanca a vontade de viver.

Por isso, como expresso por Souza (2008) a sua literatura é uma representação do real, e sua obra é concreta tendo um corpo que a representa, e nesse corpo, existe

um domínio imaterial em que o autor materializa sua visão de mundo e a expressa por meio de suas fotografias mentais. Segundo Souza (2008) a literatura tem o poder de identificar os signos e os símbolos que permeiam as relações sócio-econômicas, políticas e culturais, nos momentos vividos. Por meio da literatura, o ser humano cria o seu mundo e o representa no cotidiano. Livre do funcionalismo conceitual, a imaginação literária pode revelar o mundo que a mente guarda e esconde, ou seja, essa escrita literária é capaz de trazer a tona pensamentos ocultados pela realidade, mas que de forma simbólica acabam entendendo o mundo real. Procedendo assim, faz o real ressurgir geralmente como alumbramento, encanto, perplexidade, ironia, humor, etc.

A escrita é uma representação que escava o que há de mais profundo, vai além do que o escritor almeja, expõe de forma violenta o que estava guardado nas gavetas da mente. Um escritor escreve, e, em muitos momentos, cala-se, não lhe é permitido revelar tudo, pois muitos acontecimentos não estão prontos para serem compartilhados com seus leitores, eles vêm e voltam, em movimentos alternados, até o momento em que será permitida a sua vazão ou esses acontecimentos serão eternizados na memória. Com a percepção, acontece o processo de humanização dos seres humanos por meio do desenvolvimento da sensibilidade. A percepção aciona a memória por intermédio dos sentimentos. Em um primeiro momento, a memória faz parte do senso comum, e, em um estágio mais avançado, é capaz de explicar as contradições de uma sociedade por meio da subjetividade. (SOUZA, 2008, p 27).

A produção de uma obra literária geralmente nasce a partir de um pensamento de desejos, sonhos, da imaginação, representando em sua essência o mundo real, o que é capaz de transformar a expressão e a criatividade da obra em um núcleo da realidade. De acordo com Persicano (2002), a criação humana sempre foi identificada, pelo homem, com as artes e é possível afirmar que a expressão criativa artística é uma espécie de sinal ou sinônimo de humanidade, desde suas origens. A arte é o protótipo de expressão criativa humana. Tem um pé apoiado na irracionalidade e salta para a razão a partir da realidade do outro.

Para Souza (2008) é importante frisar que todas as ciências têm sua estima para a sociedade ao situar o ser humano no centro de seus interesses, e a literatura não é diferente. Ela analisa o homem por inteiro, mostrando sua complexidade de relacionar-se consigo mesmo e com o outro. A literatura mostra que antes de o ser

humano ser razão, ele é emoção, que está presente em todas as suas decisões, ao pensar em si mesmo e nas pessoas que estão a sua volta.

Então, ao analisarmos uma obra literária por meio do desenvolvimento histórico-social, como é o caso dos caboclos ervateiros, adentramos em sua essência, pois os sentidos sociais são despertados à medida que aumentam as desigualdades entre as classes sociais envolvidas no processo de ocupação territorial que foi sendo produzido durante anos. Nesse sentido, a representação social constitui o instrumento essencial para obtenção do resultado da análise. Miranda expõe:

A representação social é constituída em um processo que envolve o sujeito e o contexto social de suas experiências, mas não pode ser entendida como se fosse uma cópia fiel do que é representado. Contudo não se difere totalmente do objeto a que se remete. Na representação social se estabelece uma dinâmica que envolve o sujeito e o contexto sociocultural em que está inserido (MIRANDA, 2006, p. 29).

Assim, como a literatura traz o mundo vivido para suas obras, a representação também permite conhecer o universo dos sujeitos, no qual faz parte o imaginário, a memória e os significados que a mente absorve das imagens vividas e imaginadas. A representação é a realidade da existência do ser humano que tem a capacidade de mostrar os meandros da mente na captura de um espaço que possa ser chamado de seu. Para Moscovici (2003), representar não é somente uma forma de compreender o mundo, mas também de se comunicar e de interagir. O autor chama a atenção para os diversos tipos de linguagens que surgem por meio dos símbolos, que são impostos, criados, recriados, destruídos e transformados pela sociedade. No entanto, fazem parte de uma linguagem que une e separa os grupos sociais: “representação = imagem/significação; em outras palavras, a representação iguala toda a imagem a uma ideia e toda ideia a uma imagem.” (MOSCOVICI, 2003, p. 46).

As representações são sustentadas pelas influências sociais da comunicação, constituem as realidades de nossas vidas cotidianas e servem como principal meio para estabelecer as associações com as quais nós nos ligamos uns aos outros (MOSCOVICI, 2003 p. 8).

E compreendendo essa realidade vivida (contexto histórico social), criamos coletivamente um conhecimento, o do senso comum, que sistematiza os conceitos

dispersos no cotidiano e lhes dão sentido, organizando a comunicação, produzindo identidade e orientando as condutas sociais (MOSCOVICI, 1978), ressaltando dessa forma que as pessoas são influenciadas a agir conforme a adesão de valores que pregam a sociedade em que estão inseridas. Desse modo, podemos concluir que ao optarmos em trabalhar essa confluência existente entre Literatura, Geografia Cultural e Representações sociais, pensamos em compreender a realidade social do mundo vivido por grupos minoritários que fazem parte do nosso cotidiano.

Os textos literários, segundo Juracy Saraiva (2009, p. 05) “remetem a contextos sócio-históricos e reproduzem um mundo de opiniões abstratas, ou da esfera das crenças, figurativizando questões éticas, morais, religiosas, estéticas”. Portanto, esses textos interligam tempos distintos da história humana, adentrando em discussões sobre temas como memória, identidade, nacionalidade, liberdade, justiça, amor, verdade, conhecimento. Esses textos literários estabelecem uma relação enunciativa peculiar que dá aos receptores a oportunidade de se situarem como parte do universo representado e de atuarem como participantes da produção de sentidos.

Nesse sentido, o que está narrado nas obras da literatura podem interferir diretamente na vida dos sujeitos, podendo se transformar em uma experiência de autorrevelação ou de uma visão renovada que auxilia o sujeito a ordenar seu mundo real. Considerando o discurso da literatura, Bastos (1993) coloca que uma forma de apreender o real é o gênero literário, pois geralmente traz uma representação de algum contexto, no qual os processos de estruturação do simbólico estão presentes. Assim, através da arte literária podemos perceber de forma simbólica e representativa as compressões da vida comum e costumeira, por instituir situações que abrangem problemas humanos e por provocar a afetividade dos indivíduos. Acrescente-se, ainda, que, por reaproximar os homens devido a seus traços identitários e por sua herança coletiva, a literatura é um espaço de resistência contra a uniformizar a cultura de diferentes sujeitos.

2.4 GÊNEROS LITERÁRIOS E SUAS RELAÇÕES ACERCA DO TERMO CABOCLO NO CONTEXTO HISTÓRICO.

Os gêneros literários tornaram-se importantes meios para estabelecer conhecimento sobre os mais variados temas, assim na atualidade observamos uma

diversidade de pesquisas produzidas a partir da literatura. Não sendo diferente, na construção da nossa análise sobre os caboclos ervateiros do Rio Grande do Sul passamos a perceber uma grande uniformidade entre a literatura e a geografia cultural, pois ambas procuram trazer o sujeito e o seu contexto para a discussão, o que possibilitou a produção de uma ampla análise acerca desses elementos que fazem parte da construção da nossa sociedade.

Fazendo uma retrospectiva acerca da literatura, nota-se que desde as civilizações clássicas da antiguidade os gêneros literários, oportunizaram aos pesquisadores observar os aspectos que identificam a sociedades, possibilitando uma reflexão acerca de cada gênero e sua contribuição na narrativa de construção do espaço em que viemos. Por isso, o ensino da Geografia a partir da investigação da literatura permite a construção de um leque de conhecimento sobre os seres humanos e a formação de seu entorno.

Para iniciarmos essa discussão é pertinente ressaltar e definir a origem do termo gênero. Conforme Lopes a palavra gênero se originou do substantivo latino *generu(m)*, que significa família, raça. Na literatura esse termo passou a representar grandes grupos de textos, que se identificam a partir da concepção de cada obra e que os mesmos se estabelecem de acordo com seus contextos.

De acordo com Bazerman (2006), os gêneros desempenham a função de condutores das práticas comunicativas. Aliás, vão além da forma porque se pode considerá-los como um enquadre comunicativo do agir social. O autor afirma que “ são ambientes para aprendizagem. São lugares onde o sentido é construído. Os gêneros moldam os pensamentos que formamos e as comunicações através das quais interagimos. (BAZERMAN, 2006, p. 23)

Bakhtin (2003) também foi um dos grandes teóricos que trabalhou sobre os gêneros literários, publicando em 1953 na França, um artigo denominado “Gêneros do discurso”. Seu artigo procurou esclarecer que todas as práticas de discurso ou escrita estão conexas a determinados costumes estabelecidos pelas práticas sociais e congregadas às posturas ideológicas impressas no que se diz. Para o autor, os estudos clássicos gregos dos gêneros literários e dos gêneros da retórica ligavam-se à investigação dos textos mais nobres como os do campo literário ou jurídico, mas

que existem, também, convivendo conosco, inúmeros textos de ordem cotidiana que devem ser observados como gêneros.

Indica Bakhtin (2003), que cada gênero se estabelece em um tripé: o *conteúdo* temático, o *estilo* e a *construção composicional*. O conteúdo temático trabalha os sentidos, os aspectos ideológicos específicos da prática social a que se liga, portanto, indica os aspectos discursivos inseridos no texto. O estilo atua na seleção dos recursos linguísticos (léxico, gramática, fraseologia), na perspectiva da atuação do sujeito no processo linguístico. E a construção composicional, trata da organização padronizada e interlocutiva do texto, focado na materialidade textual específica de cada gênero.

Na literatura brasileira a grande parte das produções foram atreladas a uma visão colonial, pois os escritores geralmente escreviam a partir de suas visões, ou seja, procuravam passar ao leitor uma visão geralmente deturpada da realidade. Conforme Florencio Caldas Oliveira (p.21, 2010) em sua tese de doutorado “a literatura do Brasil reporta o período colonial, onde escritores e poetas escreviam para si mesmos”. Dessa forma nossas produções literárias, ficcional e não-ficcional por muitos anos foram escritas a partir de uma ótica europeizante.

Como sabemos, é na década de 1920 que vamos ter uma guinada nas produções literárias e suas formas de representar a sociedade brasileira, pois foi um momento de mudanças políticas e de afirmação do Estado Brasileiro. Conforme Antônio Candido, no ensaio “A Revolução de 1930 e a cultura”, considera a mudança na vida política do país, a partir dessa revolução, um “marco histórico” que, ao mesmo tempo, “foi um eixo e um catalisador” através de que ficou bem delimitado o antes e o depois do contexto histórico brasileiro (CANDIDO, 2006, p. 219).

Essas modificações foram significativas para a vida social do país, com implicações no meio intelectual, e, como o próprio autor considera, possibilitaram “o surgimento de condições para realizar, difundir e ‘normalizar’ uma série de aspirações, inovações, pressentimentos gerados no decênio de 1920, que tinha sido uma sementeira de grandes mudanças” (CANDIDO, 2006, p. 219). Essa nova realidade cultural que nascia no Brasil traria grandes mudanças no pensamento da sociedade e modificações nas produções literárias, pois buscava retratar a realidade mais próxima do povo brasileiro.

Com efeito, os fermentos de transformação estavam claros nos anos de 1920, quando muitos deles se definiram e manifestaram, mas como fenômenos isolados, parecendo arbitrários e sem necessidade real, vistos pela maioria da opinião com desconfiança, e mesmo ânimo agressivo. Depois de 1930 eles se tornaram até certo ponto “normais”, como fatos de cultura com os quais a sociedade aprende a conviver e, em muitos casos, passa a aceitar e apreciar (CANDIDO, 2006, p. 219-220).

Vale ressaltar que esse período foi um momento muito importante para a literatura brasileira, pois a mesma deixou de estar somente alinhada aos preceitos europeus, passando a produzir sua própria identidade. Segundo Marcia Machado (2013) podemos denominar o período que compreende parte da década de 1910 e os anos de 1920 como um período de formação do Modernismo brasileiro, ou seja, momento marcado pela tentativa de definição das próprias diretrizes e pela luta por espaços de divulgação das novas ideias.

Diante dessas mudanças na forma de pensar e escrever a literatura brasileira, a partir da década de 1930 passou-se a tentar recuperar as origens da realidade brasileira. Dessa forma, tem início o desvendamento da nossa sociedade, mas agora com um novo enfoque: o regionalismo. Nessa nova configuração de investigar, os escritores passaram a trabalhar, mesmo que de forma ficcional as particularidades regionais do Brasil retomando as críticas e as denúncias aos grandes problemas sociais do Brasil.

Com a Ditadura Militar instaurada no Brasil em 1964, muitos escritores passam a sofrer censuras devido às suas produções, o que gerou sérias consequências e marcaram profundamente a fisionomia cultural do Brasil. Nesse sentido, houve uma “diáspora” dos nossos artistas e intelectuais, onde muitos deles foram exilados e dispersos em suas próprias propostas criadoras. Porém, percebe-se que mesmo com essa forma de controle sobre as massas, muitos movimentos vão surgindo ao longo da década de 1970. Esses movimentos e produções buscam retratar e informar o leitor das arbitrariedades dos governos militares. É a fase da Literatura Verdade, com o surgimento do romance-reportagem, o conto-notícia, os depoimentos e denúncias, os quais procuravam retratar a realidade que o Brasil estava vivendo. Para Proença Filho (1995), as manifestações literárias desse expressaram toda a realidade da época. Uma economia dependente, uma sociedade absolutamente diferente e matizada, em

meio à miséria e o analfabetismo, misturadas com o avanço das tecnologias. São as consciências estéticas que conduzem a produção pós-moderna. Por isso, as narrativas se apoiam no cotidiano, daí o seu caráter espontâneo, e a prioridade às temáticas que levam ao inconsciente coletivo.

Como mencionamos acima, as mudanças estruturais que foram surgindo ao longo do século XX, também influenciaram as concepções da literatura, pois os escritores deixaram de escrever somente obras romantizadas e passaram a produzir obras que retratavam a realidade da sociedade brasileira. Assim, nascia dentre tantos gêneros literários, o gênero acadêmico, ou seja, uma forma em que estudiosos procuraram estabelecer relações da representatividade dos sujeitos e suas realidades cotidianas nas produções literárias.

Os conceitos de tantos sujeitos também foram se transformando ao longo da história, sendo que as maneiras que são representadas nas escrituras também passam por certas mudanças de conceitos. Portanto, a partir desses processos de alternância em seus significados o termo caboclo também, desde sua originalidade tem passado por períodos de diferentes conceituações, sendo que no atual momento que vivemos o mesmo tem uma maior representatividade dentro das produções literárias, principalmente com as mudanças na configuração de pensar a diversidade da sociedade.

Como citado no primeiro capítulo da pesquisa, a maioria das produções literárias, ficcional ou não-ficcional carregavam consigo uma negatividade sobre aos caboclos, estabelecendo preconceito com suas formas de sobrevivência. No processo de elaboração dos conceitos acerca desse sujeito, alguns pesquisadores criaram nomenclaturas nas quais apenas citam o caboclo como sendo uma miscigenação de raças. Como cita Silva (2004) são povos originários de uma mistura do colonizador branco com o índio. Euclides da Cunha (1991) também caracteriza esse sujeito como uma consequência da mestiçagem no Brasil. Lazarin (2005) nos coloca que o caboclo representa a identidade da região do Contestado.

Entretanto, gêneros literários ficcionais como a obra *Urupês* (1957) de Monteiro Lobato trazem uma imagem totalmente deplorativa do caboclo, chamando-o de baldio, seminômade, inadaptável a civilização, encostado. Obra esta, que trouxe para discussão uma série de fatos. Conforme Ana Flávia da Silva (2014), em *Urupês*,

Lobato expressou sua imagem sobre o trabalhador rural, suas práticas e crenças, que, segundo ele, eram práticas arcaicas de fertilização do solo. Acusou também o caipira de não se apegar a terra e, de que era sempre um ser doente e, portanto, um atraso ao progresso.

Porém, com os desdobramentos dos processos históricos e o surgimento de novas formas de pensar e ver os sujeitos, cito aqui a própria geografia cultural, e tantas outras produções, passaram a buscar e valorizar coletividades que por muitos anos passaram despercebidos nos repertórios literários, ou que muitas vezes foram demonstradas para a sociedade de uma forma totalmente distorcida da realidade. Surgia então, principalmente a partir da década de 1970 e 1980 publicações acadêmicas desenvolvidas a partir de pesquisas sobre a realidade brasileira, procurando demonstrar em suas narrativas os problemas sociais do país.

Com essas mudanças no processo de análise da sociedade, também procuramos investigar como que foi se arquitetando a identidade cabocla na literatura, analisando produções e seus diferentes discursos no processo de elaboração e caracterização desse indivíduo. Logo, nesse universo de busca e pesquisa acerca das representações dos caboclos ervateiros na literatura, procuramos dentre tantos gêneros literários, utilizar na construção da análise o gênero textual acadêmico. Segundo Souza e Basseto (2014) os gêneros acadêmicos são entendidos, como os textos escritos que são produzidos e que circulam no âmbito universitário como meio de comunicação entre professores, pesquisadores e alunos, com diferentes propósitos. Dessa forma, nossa narrativa procurou trazer para a discussão um *corpus* construído a partir da escrita real da sociedade dos sujeitos caboclos e suas dimensões históricas. Conforme Leonel da Conceição Lopes (2011) a produção literária acadêmica, como prática social que é, pode ser inserida no conjunto das práticas discursivas no contexto da interação, facilitando o entendimento das problemáticas sociais.

Lakatos e Matos (1992) nos colocam que textos acadêmicos são fontes abundantes de informações, ideias e conhecimentos e não devem ser encarados como um compilado de palavras, mas sim um momento de aprendizagem. No entanto, na era da informação em que vivemos, em função do advento da tecnologia, ter acesso à fontes tornou-se uma atividade fácil. Contudo, Mota, Magalhaes e Franco (2020) afirmam que nem tudo o que encontramos on-line ou físico deve ser

considerado, precisamos ficar cautelosos à qualidade do material e, para isso, devemos adotar bons parâmetros de pesquisa utilizando somente material publicado em sites de periódicos acadêmicos on-line, como o da CAPES ou por editoras confiáveis.

Em nossa proposta de construção da análise sobre o caboclo ervateiro, nos concentramos em pesquisar as produções do gênero acadêmico, os quais são produzidos com o objetivo de documentar e/ou comunicar a produção científica, filosófica ou artística. Para Passeggi (2008) etimologicamente falando, o gênero acadêmico, refere-se à a uma forma de dar vida às palavras pensadas ou articuladas. E aí, vais surgindo a imagem gráfica e a autorrealização estar sendo criado um texto autônomo, onde o sujeito é quem estrutura sua linha de pesquisa e a comunicação necessária à sua formação acadêmica e pessoal. E com essa habilidade de pesquisar e escrever se originam os gêneros acadêmicos como artigos, livros, resenhas, resumos, etc.

Segundo Segundo Motta-Roth (2010, p 65), pode-se entender que:

Na atualidade, o conhecimento gerado nos gêneros acadêmicos é primordial para o avanço das várias profissões que compõem a sociedade. A atividade de pesquisa está essencialmente ligada ao meio universitário, onde professores e alunos desenvolvem estudos avançados e pesquisas que, mais tarde, se tornarão públicas por meio de apresentações em congressos, mas principalmente, por meio da publicação de artigos. Esse conhecimento será gradativamente reescrito e recontextualizado na forma de informações simplificadas a serem publicadas na forma de textos de popularização da ciência em outros contextos como jornais e revistas de comunicação de massa para que o público em geral vá assimilando os avanços da ciência.

No Brasil o gênero acadêmico é novo se compararmos a outros gêneros literários, pois no começo do século XX, o Brasil ainda não tinha uma tradição de pesquisa. Foi formidável, em 1916, a criação da Sociedade Brasileira de Ciências que, em 1922, mesmo ano da Semana da Arte Moderna, transformou-se na Academia Brasileira de Ciências. A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), criada em 1948, tornou-se a principal atividade a promover eventos e publicações voltadas para a divulgação científica. A partir desse período foram sendo publicadas várias obras voltadas para divulgação do conhecimento desenvolvido nas universidades. Percebemos assim, que é a partir da metade do século XX que as

pesquisas passam a ser mais valorizadas no território brasileiro, mesmo que em determinadas épocas censuradas devido a regimes políticos.

A partir da década de 80 o Brasil vai abrir um espaço maior para as pesquisas, proporcionando o desenvolvimento de vários novos conhecimentos no meio acadêmico. Para Nervo e Ferreira (2015) pesquisa do gênero acadêmico se torna peça chave da formação dos indivíduos, os preparando para a 'guerra' diária que requer um olhar científico e indagador, e a experiência com a pesquisa traz à tona todo esse potencial humano, pois o processo de aprendizagem é de extrema complexidade.

Nesse processo de construção do conhecimento, percebemos que o gênero acadêmico nos proporcionaria dar sequência a nossa pesquisa. Assim a escolha do mesmo faz-se necessário pelo fato de que sua proposta contempla nossa busca, ou seja, traz as informações necessárias para trabalharmos o sujeito caboclo e sua representação nas obras literárias acadêmicas. Esse conhecimento redigido nas obras que serão analisadas aborda o pensamento de pesquisadores que durante anos buscaram analisar realidades de povos brasileiros e suas realidades.

O contato com o gênero acadêmico permite que possamos entender o quanto grande foram as formas de conceituar o sujeito caboclo em diversas obras literárias, pois a cada nova produção, os mesmos passam ser descritos de formas singulares, pois dependendo o contexto em que estavam inseridos, é a forma que os autores os descrevem. Notamos que de um conceito muitas vezes negativo, caboclo passa por um processo de mudança conceitual ao longo da história, pois cada momento há novas formas de interpretar os sujeitos da sociedade.

Assim sendo, as produções do gênero acadêmico, principalmente a partir dos anos 80 passam a entender a importância de trabalhar o homem e seu espaço real, o que permitiu que pesquisas pudessem traçar objetivos em busca de descrever e identificar os sujeitos que formaram o povo brasileiro, desmistificando muitos conceitos produzidos a partir de visões elitistas.

Para finalizar, podemos dizer que o gênero acadêmico pode proporcionar a elaboração de grandes pesquisas, descobrindo e criando determinados conhecimentos acerca do objeto que está sendo analisado. Como fala Paulo Freire "não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade". (FREIRE, 1999, p. 32).

3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é um ato de muito comprometimento com a busca de significados com aquilo que estamos dispostos a conhecer e representar através da análise de inúmeras obras literárias que beneficiarão a construção de um novo conhecimento. No momento de escolher o caminho metodológico passamos a ter muitas dúvidas, e o objeto que estamos pesquisando muitas vezes, nos traz inquietações, expectativas, anseios, receios e curiosidades. Assim, realizar uma pesquisa é aventurar-se por caminhos permeados por incertezas, imprevistos e desafios.

Conforme Almeida (2018 p. 125) “a escolha da metodologia é um desafio, pois métodos e técnicas de pesquisa trazem consigo suas potencialidades e vulnerabilidades”. Ao mesmo tempo a aplicação destes elementos não trazem uma linearidade ou simples relações de causas e efeitos. Ao pensarmos sobre nossas obras, atitudes e procedimentos brota em nós certa inquietação, ou seja, será que estamos usando a metodologia certa? Ou que outros caminhos teórico-metodológicos poderiam ser traçados? O que temos certeza é que nessa caminhada muitas dúvidas vão irrompendo, mas com nossos objetivos definidos vamos procurando desvendar a melhor forma de manifestar nosso conhecimento.

E buscando um caminho metodológico para nossas análises, nos deparamos com uma forma de pesquisa muito análoga com a nossa proposta de trabalho que busca trazer a discussão sobre as representações dos caboclos nas obras literárias. Com essa necessidade de debate e para a análise ter legitimidade o caminho metodológico deveria ser qualitativo e que durante o percurso pudesse operacionalizar algo que portasse o sujeito como núcleo da discussão. E com esse objetivo de trazer o sujeito como parte central da pesquisa procuramos conhecer e discorrer algo construído sob a orientação do método de ATD. Conforme Santos (2002) a ATD vai além de um conjunto de mecanismos definidos constituindo-se em método aberto, caminho para um pensamento investigativo, processo de colocar-se no movimento das verdades, participando de sua reconstrução. Como percebemos o esse método é algo mais autônomo e que tem seus próprios encaminhamentos para analisar uma produção textual, auxiliando na compreensão dos fenômenos investigados na análise.

Encaminhando nossa pesquisa a partir da ATD e buscando compreensão sobre esse método, nos encontramos com a obra de Roque Moraes e Maria do Carmo Galiazzi, intitulada “Análise Textual Discursiva (ATD)”, uma obra de referência sobre esse procedimento de pesquisa. Essa obra discute um conjunto variado de como trabalhar o método das análises textuais numa perspectiva qualitativa. Para Moraes e Galiazzi (2016) quando pensamos em análise textual do discurso estamos alinhados a uma natureza qualitativa, que tem por objetivo construir algo sobre fenômenos e discursos, emergindo na mais profunda análise de conteúdo, direcionando-se em um movimento de interpretação hermenêutica.

A exemplo, temos muitas pesquisas que se utilizam da ATD para o desenvolvimento de diversas análises, desenvolvendo através desse método grandes contribuições sobre o conhecimento do fenômeno que está sendo investigado. Como exemplo cito o ensaio de Emerson Augusto de Medeiros e Giovana Carla Cardoso Amorim que discute sobre o processo constitutivo da ATD como uma perspectiva analítica no âmbito qualitativo em ciências sociais e da educação. Também podemos mencionar o trabalho de Lais da Rosa e Aline Dorneles da FURG que publicaram artigo em 2021, utilizando a ATD como método para compreender o sentido da palavra Experiência nas pesquisas de dissertações publicadas no Banco de Teses e Dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Outro importante trabalho que podemos fazer referência e que usou a ATD como metodologia foi a elaboração de uma análise de artigos publicados em revistas de Educação sobre a construção dos currículos fundamentados em repercussões educacionais do movimento Ciência-Tecnologia-Sociedade que finalizou com a organização de um metatexto destacando a importância de repensar o processo de formação dos professores. Além disso temos disponível inúmeras pesquisas com entrevistas, relatórios, utilizando a metodologia em discussão como método de análise procurando desenvolver a compreensão do conhecimento produzido a partir desse método de apreciação.

A escolha de uma análise qualitativa para a pesquisa nos proporcionou empregar como método ATD que segundo Moraes e Galiazzi (2016), é uma tipologia que faz parte de uma grande família de técnicas de análise textual. Porém, fica claro nas discussões dos autores que essa metodologia deve ter como âncora a intenção de compreender o objeto da pesquisa e assim reconstruir um conhecimento que já

existe sobre o que está sendo investigado. Para a organização da pesquisa dentro dos procedimentos da ATD os autores “propõem a organização e escrita dessa análise seguindo etapas pré-definidas”. Essas etapas organizam-se em torno de quatro eixos (desmontagem dos textos, estabelecimento de relações, captação do novo emergente e um processo auto-organizado).

Conforme mencionado no parágrafo acima, ao utilizarmos a ATD como caminho metodológico, devemos considerar importante seguir cada etapa. Assim, o primeiro passo dessa análise é a desmontagem do texto, onde há um mergulho sobre o significado da leitura e sobre a diversidade de elementos oferecidos a partir da interpretação de um mesmo texto. Conforme Moraes e Galiazzi (2016) nesse momento o pesquisador se direciona ao *corpus* da análise textual, e partir disso há uma desconstrução e unitarização do corpus, possibilitando a compreensão do fenômeno que está sendo analisado. A ATD tem como propósito analisar os significados que são construídos a partir de um montante de textos, pois o investigador precisa, a partir dessa busca atribuir sentidos e significados ao que está lendo.

O ciclo da Análise Textual Discursiva aqui focalizado é um exercício de produzir e expressar sentidos. Os textos são assumidos como significantes em relação aos quais é possível exprimir sentidos simbólicos. Pretende-se, assim, construir compreensões a partir de um conjunto de textos, analisando-os e expressando os sentidos e significados possíveis. Os resultados obtidos dependem tanto dos autores dos textos quanto do pesquisador. (MORAES E GALIAZZI, 2016, p.36).

Para os autores da ATD, (MORAES E GALIAZZI, 2016), outro aspecto importante no processo de análise dos textos é um olhar fenomenológico sobre o que está lendo, colocando-se sob parênteses suas ideias e exercitando sua leitura sob o olhar do outro. Nessa forma de pesquisa há um sentido de valorização dos sujeitos investigados.

Nesse processo de desmontagem do texto MORAES e GALIAZZI (2016) argumentam que a ATD é constituída a partir de documentos denominado “*corpus*” (BARDIN 1977, apud MORAES e GALIAZZI, 2016).

O *corpus* da ATD é formado pelas produções textuais que serão analisadas. Essas produções representam os discursos sobre diferentes acontecimentos que podem ser lidos e interpretados, apresentando uma diversidade de sentidos imagináveis. Para os autores as produções textuais que compõe o *corpus* da análise

podem ser documentos como entrevistas, registros de observações, anotações, relatórios, publicações atas de diversos tipos, dentre outros. Então, delimitando seu corpus de pesquisa, o investigador pode dar início a sua análise na desconstrução e unitarização dos textos. Essa desconstrução e unitarização das obras, segundo MORAES e GALIAZZI (2016), consiste em um processo de desmontagem dos textos destacando suas informações mais pertinentes. Com esse desfazimento textual, o pesquisador deve perceber os sentidos dos textos em seu mínimos detalhes, pois é a partir desse processo que vai se obter uma análise com maior ou menor amplitude.

Com a desconstrução vai surgindo as unidades, ou seja, é importante que o pesquisador esteja atento na organização do seu trabalho. Assim, é formidável que numere os documentos que deram origem a essa ou aquela unidade de análise. Segundo MORAES e GALIAZZI (2016, p. 40) nesse processo de desconstrução “é importante que o pesquisador proceda suas análises de modo que saiba em cada momento quais as unidades de contextos deram origem a cada sessão de investigação.”

De acordo com Moraes (MORAES, 1999 MORAES e GALIAZZI, 2016) a etapa da unitarização pode ser desenvolvido momentos distintos: Num primeiro momento há a fragmentação dos textos e a codificação de cada unidade, o segundo momento ocorre a reescrita de cada unidade de modo que assuma um significado, o mais complexo possível em si mesma, e para finalizar deve-se atribuir um nome ou título para cada unidade produzida. Assim, a primeira etapa da produção a partir da ATD propõe um intenso contato com o material analisado, se envolvendo profundamente na eminência de novas interpretações.

Exercitar uma leitura aprofundada significa explorar uma diversidade de significados que podem ser construídos a partir de um conjunto de significantes. É ainda explorar significados em diferentes perspectivas, a partir de diferentes focos de análise. Essa diversidade de sentidos que podem ser construídos a partir de um conjunto de textos, está estritamente ligada às teorias que os leitores empregam em suas interpretações textuais. É preciso salientar que esse processo de análise é uma atividade exigente e trabalhosa. (MORAES e GALIAZZI, 2016, p. 43)

No segundo momento dessa produção de análise textual temos o processo de estabelecimento de relações onde ocorre a categorização das unidades observadas, discutindo categorias, tipos de propriedades e modos em que são produzidas. De

acordo com Moraes e Galiuzzi (2016) é um momento que procura-se compreender as relações que estão inseridas aos fenômenos investigados. Esse é um momento de construção de categorias mais bem definidas que vão assumindo denominações iniciais, intermediárias e finais, formalizando a organização do metatexto que se pretende escrever.

As categorias na ATD podem ser produzidas por intermédio de diferentes métodos.

O método dedutivo, um movimento do geral para o particular, implica construir categorias antes mesmos de examinar o “corpus”, as categorias são deduzidas das teorias que servem de fundamento para a pesquisa. O método indutivo implica produzir as categorias a partir das unidades de análises construídas desde o corpus. Por um processo de comparar e contrastar constante entre unidades de análise, pesquisador organiza conjunto e de elementos semelhantes, geralmente com base em seu conhecimento tácito. Este é um processo do particular ao geral, resultando no que se denomina de categorias emergentes. Também há o método Intuitivo que pretende superar a racionalidade linear e que se originam de inspirações repentinas, onde o pesquisador tem uma intensa impregnação com os dados do fenômeno. (MORAES e GALIAZZI, 2016, p. 47)

Em conformidade com a descrição das categorias, podemos perceber que a categorização da análise textual qualitativa tem a possibilidade de utilizar em suas produções e compreensões categorias a priori e emergentes. Sendo que na primeira forma o pesquisador elabora algo antes de realizar a análise, e na segunda o pesquisador elabora sua análise a partir do corpus. Ambos os processos são válidos, e de acordo com Moraes e Galiuzzi (2016, p.47) “o importante no processo não é sua forma de produção, mas as possibilidades de um conjunto de categorias construídas que propiciem uma compreensão aprofundada.”

Uma vez escolhida as categorias, chega o momento da construção da estrutura do metatextos, onde o pesquisador argumenta e aglutina o todo, ou seja, “costura as diferentes categorias entre si, na expressão e compreensão do todo.” (MORAES E GALIAZZI, 2016, p.51).

Utilizar um trabalho a partir da Análise Textual Discursiva (ATD) é trabalhar com o todo, criando inúmeras possibilidades de argumentos e hipóteses. Assim, Moraes e Galiuzzi (2016) defendem que produzir algo nessa metodologia é assumir uma atitude fenomenológica, ou seja, deixar que os fenômenos se manifestem, sem impor-lhes

direcionamentos. Salienta-se que a metodologia da ATD propõe a elaboração de metatextos a partir da análise de um conjunto de textos. Sendo que, os metatextos produzidos são representação e a teorização dos fenômenos que estão sendo investigados. Os autores colocam que toda a ATD está diretamente ligada a produção de um metatexto, sendo que a unitarização e categorização são a base dessa estrutura. Então, essa fase de descrição e produção textual é uma forma do pesquisador expor suas ideias a partir de categorias construídas ao longo da pesquisa.

Essa produção textual qualitativa a partir da ATD constitui-se numa forma onde o pesquisador expressa suas intuições e novos conhecimentos a partir da análise do corpus, ampliando a compreensão dos que está sendo investigado. Porém, conforme Moraes e Galiuzzi (2016) “é um movimento sempre inacabado de procura de mais sentidos, de aprofundamento gradativo da compreensão dos fenômenos.”

Outro ponto importante que vale salientar, é que precisamos entender que a produção de um metatexto necessita ser válido e confiável, pois para Moraes e Galiuzzi (2016)

A validade e confiabilidade dos resultados de uma análise são construídas ao longo do processo. O rigor com que cada etapa da análise é conduzida é uma garantia delas. Assim, uma unitarização e uma categorização rigorosas encaminham para metatextos válidos e representativos dos fenômenos investigados.

Após todo o processo de desmontagem dos textos, estabelecimento de relações, captação do novo emergente chegamos a etapa de auto-organização da análise. É o momento da reconstrução, do surgimento de novas compreensões que devem ser redigidas de forma clara e compreensiva. Segundo Moraes e Galiuzzi (2016) é o momento de repensar que todo esse conjunto de movimentos constitui um exercício de aprender que se utiliza da desordem e do caos, para possibilitar a emergência de formas novas e criativas de entender os fenômenos investigados.

A culminância do trabalho que está sendo direcionado pela ATD se concretiza com um processo de auto-organização da produção de um metatexto. É o caos da desorganização que vai tomando forma de um novo conhecimento escrito a partir de muitas análises e compreensões (MORAES E GALIAZZI 2016).

Procedendo essa análise de acordo com cada etapa da Análise Textual Discursiva (ATD), com a auto-organização possibilita-se a construção e entendimento do fenômeno analisado. Para Moraes e Galiazzi (2016) a construção de um metatexto nessa fase de culminância é um processo reiterativo de reconstrução, onde o pesquisador precisa estar atento para a emergência do novo, surpreendente e inesperado.

Esse exercício de explicitação de novas compreensões atingidas na análise, consiste na construção de metatextos com base nos produtos da análise. Esses textos necessitam ser aperfeiçoados gradativamente submetendo-os à crítica. Nesse mesmo processo também se consubstancia sua validação. MORAES E GALIAZZI, p. 67, 2016)

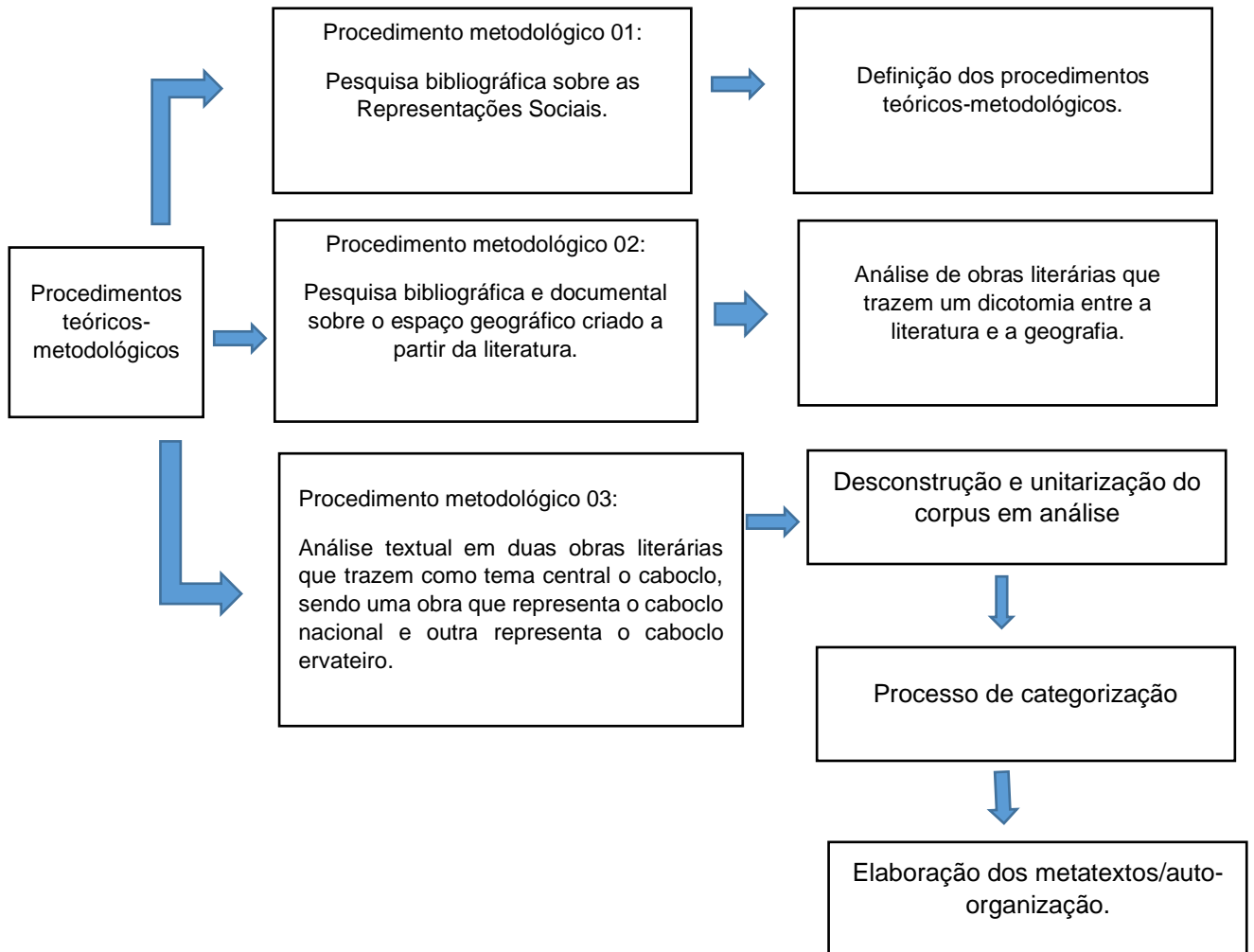
Dessa forma, podemos perceber que toda a pesquisa que utiliza a ATD como metodologia passa por etapas pré-estabelecidas, com um objetivo principal que é a construção de novos significados em relação ao fenômeno que está sendo estudado. “A Análise Textual Discursiva (ATD) nos proporciona um efetivo aprender, aprender auto-organizado, resultante sempre num conhecimento novo”. (ASMANN, 1998, apud MORAES E GALIAZZI, p 67, 2016)

Desde o ingresso no Mestrado no ano de 2021, foi se estabelecendo relações no qual orientando e orientador buscaram formas de trazer para a discussão assuntos relacionados aos caboclos e suas representações. E desse diálogo emergiu a compromisso com a escrita de algo que ressaltasse a importância dos caboclos ervateiros para a Região Norte do Rio Grande do Sul. Assim, nosso propósito foi o de analisar obras literárias que abordassem a representatividade desses sujeitos na formação da sociedade.

A pesquisa sobre “As representações da regionalidade do caboclo ervateiro do Rio Grande do Sul nas obras literárias” será constituída a partir de um percurso teórico- metodológico estruturado em três momentos: o primeiro momento será feito uma pesquisa bibliográfica sobre as Representações Sociais; num segundo momento será feita uma pesquisa documental e bibliográfica sobre o espaço geográfico criado a partir da literatura: o terceiro momento será a parte final do trabalho onde faremos uma análise textual em duas obras literárias que trazem como tema central o caboclo,

sendo uma obra que representa o caboclo nacional e outra representa o caboclo ervateiro. O percurso teórico-metodológico está sintetizado na figura:

Figura 1.2 – Organograma sobre os procedimentos teóricos-metodológicos.



Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em Moraes e Galiazzi (2016).

A escolha da ATD como um método para a escrita da pesquisa está diretamente relacionada a intensão de compreender o sujeito, ou seja, como os caboclos ervateiros estão representados nas obras literárias. Assim, ao trabalharmos as Representações a partir do método da ATD compreenderemos os mecanismos para discutir os sujeitos e suas totalidades. Como cita Moscovici (2003) quando pesquisamos os sujeitos e sua representação social, não discutimos apenas o indivíduo, mas também as experiências por ele vividas, as relações que ele estabelece

com o meio social, aí incluídos conhecimento científico, afetividade, ideologia e cultura.

No primeiro momento da construção da pesquisa procuramos fazer uma busca bibliográfica que nos desse fundamentos teóricos sobre as Representações Sociais. Foi um momento de pesquisa e análise de diversos textos, livros, artigos que nos proporcionaram entender o quão importante é buscarmos analisar os diferentes grupos sociais e suas representações. Como nos fala Rosa Cabecinhas (2009) a pesquisa em representações sociais apresenta e nos proporciona o uso de metodologias variadas: observação participante, estudos de campo, entrevistas, grupos focais, técnicas de associação livre de palavras, inquéritos por questionário, análise de documentos e de discursos; experimentação no laboratório e no terreno; etc. Nenhuma metodologia por si só é suficiente para investigar estes complexos fenômenos.

Conforme supracitado no parágrafo anterior, na primeira etapa procuramos abordar a Teoria das Representações Sociais e suas contribuições na compreensão sobre relação indivíduo-sociedade. Nessa perspectiva de discussão, procuramos estabelecer relações entre representações sociais e o sujeito da pesquisa que é construído e legitimado socialmente, sendo influenciado pelas práticas cotidianas e pela história. Assimilando conceitos sobre as representações também procuramos discutir o processo de objetivação e ancoragem que segundo Moscovici (2003) estão intrinsecamente articulados um ao outro.

Assim, a objetivação possibilita o esclarecimento o e conhecimento sobre o objeto da pesquisa, enquanto a ancoragem permite inserir um novo conceito de pensamento integrado a algo já existente. Essa ligação entre a objetivação e a ancoragem possibilita ao pesquisador se familiarizar com o novo. Conforme Mazzotti (1994, p. 63), a objetivação e a ancoragem agem como se destacassem “[...] uma figura e, ao mesmo tempo, [carregando] de sentido, [ao] inscrever o objeto em nosso universo”. A partir desse agrupamento temos a possibilidade de dar sentido a fatos, acontecimentos e, propriamente, ao contexto histórico, revelando a liberdade de imaginação dos sujeitos e grupos que tornam possível as representações.

Para Moscovici (2003, p. 78) a objetivação e a ancoragem são:

[...] maneiras de lidar com a memória. A primeira mantém a memória em movimento e a memória é dirigida para dentro; está sempre colocando e tirando objetos, pessoas e acontecimentos que ela classifica de acordo com

um tipo e os rotula com um nome. A segunda, sendo mais ou menos direcionada para fora (para os outros), tira daí conceitos e imagens para juntá-los no mundo exterior, para fazer as coisas conhecidas a partir do que já é conhecido.

Como podemos perceber o ato de trabalhar com as Representações sociais nos afasta de uma forma fechada de metodologia, onde muitas vezes, se negligenciava o contexto ideológico e social do sujeito estudado. Assim, Rosa Cabecinhas afirma que a análise em representações sociais veio tornar clara a necessidade de se considerar o contexto histórico e social no qual o conhecimento é produzido.

Após a produção do primeiro capítulo abordando as Representações Sociais no contexto da formação da sociedade, passamos a definir novos procedimentos para dar continuidade a análise que estava sendo construída. Assim, o segundo momento da pesquisa ficou centrado na busca materiais que nos dessem um embasamento teórico sobre a importância das obras literárias nos discursos geográficos, trazendo para discussão como a geografia está atrelada a inúmeras obras da arte literária, podendo contribuir no processo de construção do conhecimento e na compreensão das mais complexas relações sociais em diferentes épocas. Nessa segunda etapa que foi de cunho teórico, buscamos definir conceitos sobre a aproximação da geografia e da literatura, evidenciando a forma como a literatura pode ser utilizada de maneira a compreendermos as relações entre uma geografia cultural e as representações dos sujeitos no espaço.

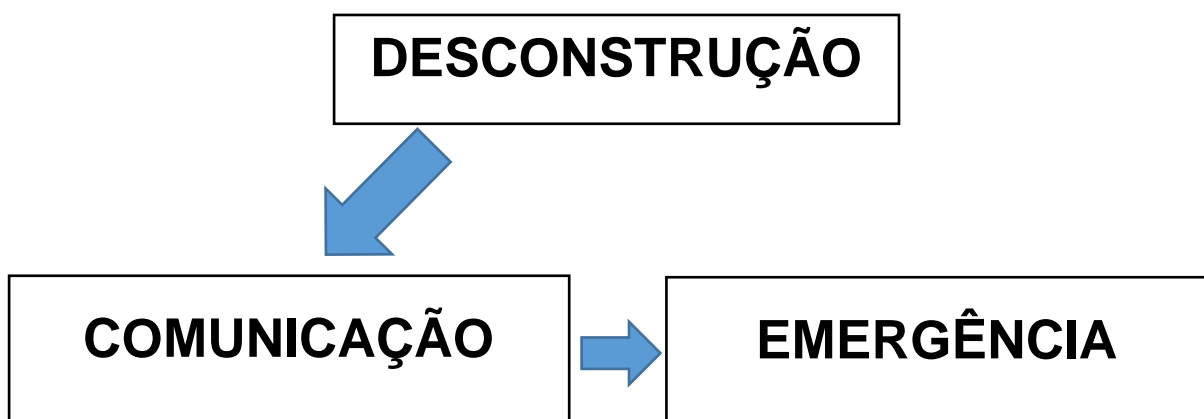
Nesse segundo capítulo procuramos trabalhar na perspectiva de refletir sobre as representações dos sujeitos na literatura e sua relação com a geografia, já que ambas têm interesse de pensar a analogia sobre o sujeito e o espaço social construído. Nesse sentido, identificamos uma associação íntima entre o objeto de pesquisa das representações e da geografia cultural, pois ambas desempenham um papel fundamental no diálogo entre a representação simbólica dos sujeitos e a apropriação dos espaços. Assim, como a literatura se preocupa em compreender o mundo vivido dos sujeitos, Claval (1997) ao referir-se à Geografia Cultural também esclarece que esta linha de pesquisa busca conhecer à vivência humana e suas interações com o ambiente, examinando a maneira pela qual os humanos os modelam para responder às suas necessidades, a seus gostos e às suas aspirações. Para o autor a Geografia Cultural empenha-se, ainda, em compreender o processo humano

de construção de identidade e realização individual e coletiva. Diante desses conceitos percebemos que ambas reconhecem o sujeito como a centralidade das relações socioespaciais.

O terceiro momento da pesquisa centramos nossa busca por obras que tratassem sobre a Representação dos Caboclos a nível nacional e regional, assim era a busca da consolidação do *corpus* da nossa análise. Nesse movimento de busca e sob a orientação dos professores foi nosso *corpus* foi sendo definido a partir das obras “Os Parceiros do Rio Bonito” de Antônio Candido, que traz uma análise das relações entre a literatura e a sociedade que representa o caboclo nacional. Além dessa obra literária, também fará parte do nosso *corpus* de análise a obra “História agrária do Planalto Gaúcho” de Paulo Zarth que trata sobre o caboclo ervateiro e sua representação na literatura regional.

As obras mencionadas acima serão a essência da nossa análise, sendo as mesmas nosso objeto para o desenvolvimento da terceira parte da pesquisa que está alinhada ao método da ATD. Essa produção da análise deve percorrer etapas pré-definidas, resultando na produção de metatextos. Essa finalização segundo Moraes e Galiuzzi (2016) é um processo emergente de compreensão, que se iniciou com um movimento de desconstrução do corpus, seguindo-se um processo intuitivo auto-organizado de reconstrução, culminando com novas compreensões. Assim, é a desordem e o caos que nos trazem a emergência de novos conhecimentos. A seguir apresentamos um esquema sobre os procedimentos que serão percorridos até a finalização da pesquisa.

Figura 1.3 - Ciclo da análise textual qualitativa



Fonte : Moraes e Galiazzi, 2016.

Conforme esquema acima, a primeira parte da ATD, é a desconstrução do texto das obras literárias, onde procuramos, a partir da desordem desenvolver um novo conhecimento sobre o objeto da nossa pesquisa. Conforme Moraes e Galiazzi (2016) esse é um momento de recorte e fragmentação dos materiais do *corpus*, que vai se encaminhando para um processo de categorização e elaboração de um metatexto ou textos que trazem novas compreensões sobre os documentos analisados. Esse momento de unitarização visa interpretar e compreender os o que está sendo pesquisado.

O processo de unitarização é um esforço de construção de significados. É um exercício de elaboração de mais sentidos a partir dos textos em análise. Constitui um esforço de interpretação e construção pessoal do pesquisador em relação aos significados do *corpus*. É um movimento de aplicação de teorias, implicando necessariamente o envolvimento da subjetividade do pesquisador.

O desenvolvimento dessa etapa é um grande desafio, pois precisamos desconstruir a obra e perceber os sentidos e conceitos das representações dos caboclos, olhando atentamente para cada unidade de significado. Nesse momento precisamos permitir novos olhares sobre o todo: pesquisador, sujeitos, pesquisa e mundo. Porém, precisamos entender que a análise da obra não pode estar restrita ao que o pesquisador pensa. Como afirma Moraes e Galiazzi (2016) o pesquisador precisa exercitar um esforço de fidelidade aos textos que está utilizando em sua pesquisa. É um momento de respeito, uma atitude fenomenológica, de deixar que o fenômeno em análise se manifeste, pois assim o pesquisador conseguirá avançar e compreender o que está analisando.

Posteriormente a desconstrução do texto, precisamos iniciar o processo de estabelecimento das relações, onde procuramos entender a partir das obras escolhidas suas intencionalidades e os caminhos percorridos para a produção da sua escrita. Nessa etapa onde realizamos interpretações e relações entre os capítulos do

livro, há um processo de categorização em que o pesquisador busca interpretar cada unidade. Para Moraes e Galiazzi (2016, p. 111):

A construção de categorias prepara descrições e interpretações que se baseiam na estrutura das categorias, encaminhando-se assim os resultados de uma investigação. No seu conjunto representam sínteses elaboradas pelo pesquisador no sentido de expressar as novas compreensões atingidas em relação ao seu objetivo de pesquisa.

Seguindo, chegamos ao terceiro momento da ATD, onde o pesquisador passa ao exercício de escrita do metatexto, a partir do entendimento dos textos analisados. Nessa etapa são construídos textos com novas interpretações e novos modos de compreender o objeto que está sendo estudado. Conforme Moraes e Galiazzi (2016) a produção do texto pelo pesquisador a partir de suas análises incluem inferência dos textos analisados, seja a partir do processo indutivo ou intuitivo. Também salientam que nessa produção de novos conceitos é necessário levar em conta os contextos históricos e as situações que os dados analisados foram produzidos.

Para a finalização da nossa pesquisa que segue um caminho metodológico da ATD precisamos produzir um metatexto muito bem planejado e pensado. Como fala Navarro e Dias (NAVARRO; DIAS 1994, apud MORAES E GALIAZZI, 2016), o produto final da ATD é o metatexto onde o pesquisador deve expressar suas principais ideias a partir de análises e apresentações de argumentos. Também precisamos entender que essa finalização deve ter como propósito a elaboração de um texto auto-organizado. Essa análise escrita sobre os caboclos ervateiros, a partir das obras escolhidas, deve ter uma organização compreensiva e clara sobre o que está sendo investigado.

Para finalizar é preciso pensar na auto-organização dos metatextos, é o momento em que deve-se possibilitar ao pesquisador uma forma de expressar sentidos e significados sobre os elementos que constituem o objeto da pesquisa, favorecendo uma grande valia em sua contextualização. Portanto, essa última etapa da elaboração da pesquisa com cunho metodológico na ATD propõe um processo auto-organizado como um todo, onde “lançamos mão da desordem e do caos para possibilitar a emergência de formas novas e criativas de entender os fenômenos investigados” (MORAES; GALIAZZI, 2016, p. 41), pois, ainda que seja um processo composto por informações de certa forma delineado, surgem novas abrangências

sobre o emergente. Mesmo não sendo previsto os resultados finais, é de grande importância o empenho na preparação para que o novo possa se concretizar. Para finalizar, Moraes e Galiuzzi (2016, p 189) expressam que a ATD “representa um caminho de passos inseguros e imprecisos que somente se clarifica, ao longo da jornada”.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A primeira etapa da ATD dá-se inicialmente a partir da escolha e concretização do conjunto de documentos que serão analisados, denominado *corpus*. Assim, buscando realizar a pesquisa para a dissertação do mestrado, iniciamos o processo de composição do *corpus*. Procuramos identificar obras literárias do gênero acadêmico que trabalhassem sobre as representações dos caboclos em suas temáticas. Essa busca baseou-se em pesquisas e orientações de professores que forneceram informações necessárias para constituir essa etapa da construção da pesquisa.

Tabela 1 - Obras selecionadas

Obras literárias acadêmicas escolhidas para a análise		
Título	Autores	Ano
Os Parceiros do Rio Bonito	Antônio Candido	1964
História agrária do Planalto Gaúcho	Paulo Zarth	1997

Fonte: elaborada pelo autor

Como podemos observar no Quadro 1 o corpus da análise ficou constituído por duas obras, sendo que a obra de Antônio Candido representa mais o caboclo (caipira) nacional e as outras duas de Paulo Zarth trazem a representação do caboclo ervateiro do Rio Grande do Sul. Para Moraes e Galiazzi (2016), ao utilizarmos a ATD como metodologia precisamos mergulhar em um processo integrado de análise e de sínteses, nos propondo a fazer uma leitura rigorosa e aprofundada de conjuntos de materiais textuais, com o objetivo de descrevê-los e interpretá-los no sentido de atingir uma compreensão mais complexa dos fenômenos e dos discursos a partir dos quais foram produzidos.

Nessa parte da produção percebemos que nossa escolha foi fiel ao que buscávamos trabalhar, pois nosso maior objetivo sempre foi desenvolver algo que representasse o sujeito social, no caso o caboclo ervateiro. Diante desse propósito, essa análise foi sendo constituída a partir de uma intensa busca de conhecimento, relacionando representações sociais, geografia cultural e literatura, pois ambas

trazem em seus gêneros a preocupação de discutir o cotidiano social e o sujeito que nele vive. Para Felipe Cabañas da Silva (2014) “a associação entre a geografia das representações e uma geografia cultural reside precisamente nessa revalorização do sujeito”.

Essa tríade tão importante para o conhecimento, formada pelas (representações sociais/geografia cultural/literatura) é recente com relação a muitas produções, porque só foi ganhando espaço a partir da metade do século XX com uma renovação na forma de pensar. Emergiu nesse período a ideia de que o espaço e o sujeito são partes integrantes de uma totalidade que formam a sociedade. Portanto, cremos que o desenvolvimento dessa análise visa compreender como os caboclos estão representados na literatura e como os mesmos conduziram a formação e organização socioespacial a qual fazem parte.

Ao longo da pesquisa foi se construindo uma complexidade de conceitos sobre o fenômeno estudado, ou como o próprio Moraes sugere uma “Tempestade de ideias” foi emergindo a partir da metodologia qualitativa da ATD. Essa metodologia não pretende colocar a descrição do fenômeno como algo certo ou errado, mas sim compreendê-lo, pois o mesmo é passível de mudanças conforme a interpretação dos sujeitos pesquisadores. Assim, nossa proposta foi mergulhar nas obras literárias e buscar compreender como o caboclo foi descrito a partir das opiniões dos autores das obras.

Conforme a proposta de Moraes e Galiuzzi (2003) a pesquisa que utiliza a ATD como base, deve seguir ciclos para que a mesma ocorra de forma efetiva. Assim, nosso primeiro ciclo foi o desafio de escolher o *corpus*, o qual definimos a partir de uma longa busca de obras que trabalhassem o fenômeno do nosso interesse. Com o corpus definido (quadro 01) passamos ao processo de desmontagem dos textos, onde procuramos unitarizá-los, examinando os materiais em seus detalhes, fragmentando-os no sentido de atingir unidades constituintes, enunciados referentes aos fenômenos estudados.

Num segundo momento passamos ao estabelecimento de relações, ou seja, processo denominado de categorização, implicando construir relações entre as unidades de base, combinando-as e classificando-as no sentido de compreender como esses elementos unitários podem ser reunidos na formação de conjuntos mais

complexos, as categorias. Conforme Moraes (2003) a categorização, além de reunir elementos semelhantes, também implica nomear e definir as categorias, cada vez com maior precisão, na medida em que vão sendo construídas. Essa explicitação das categorias se dá por meio do retorno cíclico aos mesmos elementos, no sentido da construção gradativa do significado de cada categoria. Nesse processo, as categorias vão sendo aperfeiçoadas e delimitadas cada vez com maior rigor e precisão.

Nessa etapa da pesquisa foram elaboradas questões semiestruturadas com o objetivo de obter dados das obras em análise, e as mesmas interessavam o processo de investigação e dados para a construção dos metatextos. Essas questões obedeceram a um roteiro organizado pelo pesquisador o qual serve como um direcionamento cronológico para a estruturação da análise.

Elaboramos um roteiro com sete questões principais, organizadas em dois blocos conforme o quadro abaixo:

Tabela 2 – Roteiro de questões utilizada na estruturação da análise.

Bloco 01: questões organizadas a partir da obra “Parceiros do Rio Bonito” de Antônio Candido.
<ol style="list-style-type: none"> 1. Como o caipira tradicional paulista organizava seu modo de vida? 2. Como o modo de vida dos caipiras foi se comportando diante de um processo de urbanização e desenvolvimento dos latifúndios produtivos? 3. Quais os reflexos sobre a cultura caipira após o domínio econômico capitalista em seu cotidiano?
Bloco 02: questões organizadas a partir da obra “História Agrária do Planalto Gaúcho” de Paulo Afonso Zarth.
<ol style="list-style-type: none"> 1. Como ocorreu o processo de ocupação do Planalto Gaúcho a partir da análise de Zarth? 2. Como foi se concretizando o processo de apropriação da terra no Rio Grande do Sul? 3. Como foi ocorrendo o processo do uso da terra no Rio Grande do Sul? 4. Quem eram os trabalhadores dos ervais?

Fonte: Elaborada pelo autor

As perguntas que integram os blocos foram elaboradas com a intencionalidade de aprofundar o tema da pesquisa, surgindo a partir das mesmas um processo de derivações. Com a preparação desse material, iniciamos a análise com o uso da metodologia da Análise Textual Discursiva (ATD) proposta por Moraes e Galiazzi (2011), e que compreende três etapas: unitarização e codificação, categorização, e elaboração de metatextos interpretativos. Assim, em seguida será apresentado todo o processo de categorização a partir de três derivações: Derivação 01 (D01), Derivação 02 D(02) e derivação 03 (D03). Nessa etapa procuramos realizar um procedimento de aproximação conceitual e temática de acordo com os objetivos da análise.

4.1 PROCESSO DE CATEGORIZAÇÃO

A tabela 3 procura fazer uma análise de como a cultura caipira se adequava às condições mínimas de subsistência e vida social. Para isso, Candido procurou trazer em seu discurso como os caipiras exploravam as técnicas simples e utilizavam os recursos naturais no cotidiano. Estes fatores permitiram que os caipiras mantivessem um equilíbrio instável com o meio, ajustando-se as necessidades para sobrevivência.

Tabela 3 – Questão 1: Como o caipira tradicional paulista organizava seu modo de vida?

Como o caipira tradicional paulista organizava seu modo de vida?

O propósito dessa parte do livro é analisar com brevidade os aspectos referentes à obtenção dos meios de vida, no. Primeiro, a fim de verificar até que ponto ela se enquadra nas situações socioculturais mínimas, que interessa estudar; segundo, a fim de compreender o significado das atuais condições de vida do caipira paulista. (CÂNDIDO, 2010 p. 43).

Na primeira parte, a cultura caipira foi apresentada em função dos níveis mínimos, mas organicamente entrosados, de subsistência e vida social, exprimindo um tipo de economia semifechada. Esta foi caracterizada pela estrutura de agrupamentos de vizinhança e o equilíbrio instável com o meio, obtido por técnica rudimentar. (CANDIDO, 2010, p 186)

A sociedade caipira tradicional elaborou técnicas que permitiram estabilizar as relações do grupo com o meio (embora em nível que reputaríamos hoje precário),

mediante o conhecimento satisfatório dos recursos naturais, a sua exploração sistemática e o estabelecimento de uma dieta compatível com o mínimo vital – tudo relacionado a uma vida social de tipo fechado, com base na economia de subsistência. (CANDIDO, 2010, p 144)

Na sociedade caipira combinou-se traços culturais, indígenas e portugueses, obedecendo o ritmo nômade dos bandeirantes e do povoador, conservando as características de ´presa e coleta, cuja estrutura do grupo dependia da mobilidade dos grupos, na dieta e na forma aventureira (CANDIDO, 2010, p 48).

Descreve também que as casas dos caipiras, também conhecidas de rancho (pouso), eram um abrigo de palha, construídas de paredes de pau-a-pique ou varas não barreadas levemente pousado no solo. Algumas infestadas de baratas, miseráveis choupanas de um andar, o chão não é pavimentado nem assoalhado. (CANDIDO, 2010, 52).

Quanto a alimentação diz que para o caipira paulista, a mesma tinha sua origem a partir de uma economia fechada, de subsistência, ligada à agricultura itinerante, à coleta, à caça e à pesca. Os utensílios utilizados por esses caipiras eram em sua maior parte feito em casa. Para a iluminação usavam candeiro de barro com banha de porco. Além disso tinham praticamente uma indústria caseira, produzindo praticamente todos os alimentos necessários para a sobrevivência. (CANDIDO 2010, p.64)

A queimada da vegetação rasteira por exemplo, foi uma técnica muito usado por esses povos, pois eram pequenos lotes, e como regra da época as cinzas eram adubo para o solo. Assim, Candido explica que a agricultura itinerante e extensiva foi um recurso para estabelecer o equilíbrio ecológico ajustando as necessidades de sobrevivência dos caipiras. (CANDIDO, 2010, p.68)

Fonte: elaborada pelo autor

Tabela 4 – Derivações da questão 1.

Derivação 01	Derivação 02	Derivação 03
Sem dúvida a obra de Antonio Candido traz uma grande relevância nas	Podemos averiguar que a proposta de Antônio Candido	→ Caipiras; → Sociedade entrosada;

<p>discussões sobre o modo de vida dos caipiras paulistas, ou caboclos, como o próprio autor denomina. Na obra supracitada do autor, o mesmo alega inicialmente os atributos de um povo que combinou traços de indígenas e portugueses e que vivia praticamente sem a interferência do capitalismo e da urbanização.</p> <p>Acresce que, nessas comunidades mais isoladas, formaram uma sociedade entrosada, de subsistência, com uma economia fechada. Além do mais, cultivavam uma estrutura de vizinhança com equilíbrio com o meio ambiente.</p> <p>Ademais, para sobrevivência criaram técnicas rudimentares que permitiam uma relação com o espaço ocupado, pois em seus pequenos lotes de posseiros queimavam a vegetação rasteira para produzir, ajustando suas necessidades de sobrevivência. Dessa forma a alimentação desse povo estava intrinsecamente ligada a agricultura itinerante, e que a</p>	<p>neste item faz uma referência acerca da forma de vida caipira anteriormente a introdução ao capitalismo. Dessa forma o autor coloca que as características dos caipiras se formaram a partir de encontros entre indígenas e portugueses, o que proporcionou a formação de uma sociedade entrosada com a natureza e capaz de se autossustentar a partir de suas produções agrícolas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➔ Economia fechada e de subsistência; ➔ Equilíbrio com o meio ambiente;
---	--	--

partir de uma economia fechada produziam apenas o necessário para continuidade de suas atividades. Aliás, os utensílios utilizados pelos caipiras eram em sua maior parte confeccionados em casa, era praticamente uma indústria caseira produzindo o necessário para o dia a dia.		
--	--	--

Fonte: elaborada pelo autor

Conforme examinaremos a seguir, a tabela 5 faz referência ao processo de urbanização de São Paulo que certamente está ligado ao progresso industrial e à abertura de mercados, o que marcou a penetração de bens de consumo em áreas rurais. Isso criou novos hábitos de consumo para o caipira, o que o ligou diretamente ao ritmo da economia geral e à vida das cidades, destruindo sua autonomia. Essa mudança trouxe consigo a necessidade de vender cada vez mais para poder comprar, criando assim uma balança de receita e despesa. Essas relações seguiram os padrões da economia moderna, gerando mudanças estruturais nas relações entre as pessoas e novos papéis e posições sociais. Dessa forma, o caipira passou a viver em função do dinheiro e de seu trabalho, e sua alimentação não mais é sua responsabilidade, mas dos grupos que atuam na economia capitalista.

Tabela 5 – Questão 2: Como o modo de vida dos caipiras foi se comportando diante de um processo de urbanização e desenvolvimento dos latifúndios produtivos?

Como o modo de vida dos caipiras foi se comportando diante de um processo de urbanização e desenvolvimento dos latifúndios produtivos?

Na segunda parte, descreveu-se uma situação que pode ser considerada de mudança em relação à anterior, podendo-se dizer que o agrupamento descrito revela passagem duma economia autossuficiente para o âmbito de uma economia capitalista, manifestando sintomas de crise social e cultural. (CANDIDO, 2010, p.186).

O caipira passou a ser dependente do mundo exterior, não fabrica mais o açúcar, não limpa mais o seu arroz, não faz a sua farinha, com isso perde-se a transferência de elementos culturais que caracterizam a sociedade caipira na sua adaptação ao meio (CANDIDO, 2010, p 210).

Fonte: elaborada pelo autor

Tabela 6 – Derivações da questão 2.

Derivação 01	Derivação 02	Derivação 03
<p>A partir da análise da segunda parte do livro, é indiscutível não perceber o quão impetuoso foi a mudança inserida pelo capitalismo e urbanização na cultura caipira.</p> <p>É conspícuo perceber identificar que a urbanização foi adentrando nas áreas rurais, o que obrigou os caboclos a intensificar seus vínculos com a cidade, desservindo sua autonomia. Nesse processo de intromissão capitalista e urbana na vida caipira provocou uma grande desvinculação daquilo que estavam acostumados a praticar.</p> <p>Dessa maneira, o modo de vida caipira passa a depender mais do meio urbano. Consequentemente compra mais, necessitando viver em</p>	<p>Em conformidade com a proposta da nossa análise, compreendemos que o capitalismo e a urbanização provocaram uma grande metamorfose na vida dos caipiras. Assim, essa inserção do mundo exterior ao mundo caipira os fez deixar de uma economia autossuficiente, fechada e equilibrada com o meio, para o âmbito de uma economia capitalista, levando-os a uma crise social e cultural.</p>	<ul style="list-style-type: none"> → Capitalismo; → Urbanização; → Dependência → Destruição da cultura

<p>função do dinheiro que conseguem com o trabalho, o que os fazem dependente de receitas e despesas, transfigurando-se a viver sob razões da economia capitalista</p> <p>Dessa forma o progresso levou a uma destruição da cultura caipira, pois a mudança significou o fim dessa forma de vivencia. O caipira passou a ser dependente de um mundo que até então não pertencia a eles. Porém, com essa intromissão esses sujeitos não fabricam seus alimentos, trabalham mais, deixam os laços da vizinhança se desamarrarem, ou seja, o mundo exterior passa a interferir muito em seu modo de vida, refletindo na perda da sua cultura para se adaptar ao meio.</p>		
--	--	--

Fonte: elaborada pelo autor

Segundo as citações de Candido, a tabela 7 irá conduzir uma análise referente a incorporação progressiva dos agrupamentos rurais à esfera de influência da economia capitalista tendo consequências diretas na vida dos caipiras. Eles são forçados a trabalhar mais, a adquirir produtos industrializados, a mudar seu equipamento material e seu sistema de crenças e valores. Essa pressão resultou na migração de muitos para as grandes cidades, onde são inseridos como parte do proletariado urbano. Apesar dos fatores de transformação que acompanham esse processo, é possível perceber também fatores de preservação cultural, que permitem

o melhor ajustamento das mudanças e funcionam como mecanismos de sobrevivência.

Tabela 7 – Questão 3: Quais os reflexos sobre a cultura caipira após o domínio econômico capitalista em seu cotidiano?

Quais os reflexos sobre a cultura caipira após o domínio econômico capitalista em seu cotidiano?

Na análise que segue, veremos elementos que permitem considerar a situação presente do grupo como sendo de crise dos meios de subsistência, nas formas de organização e nas concepções de mundo, em face das pressões exercidas pelo meio social circundante, sob o influxo da urbanização. (CANDIDO, 2010, p. 186).

A análise precedente tentou mostrar certas consequências da incorporação progressiva dos agrupamentos rurais à esfera de influência da economia capitalista (CANDIDO, 2010, p. 231).

Selecionando alguns aspectos, considerados significativos, nos diferentes planos em que ela se dá, verificou-se, inicialmente, que o aumento de dependência econômica condiciona um novo ritmo de trabalho; ambos condicionam uma reorganização ecológica, que transforma as relações com o meio e abre caminho para novos ajustes; este fato provoca alteração no equipamento material e no sistema de crenças e valores, antes condicionados pela manipulação do meio físico imediato e pelo apego às normas tradicionais. (CANDIDO, 2010, p. 231).

O caipira precisou adquirir cada vez mais produtos da cidade, saindo na maioria das vezes desfavorecido nessa nova relação, tendo em vista a desconexão entre os preços do que produzia na agricultura e dos preços dos bens industrializados. E diante desse aumento no custo de vida, acaba tendo que trabalhar mais, abandonando muitas vezes suas formas tradicionais de sobrevivência. (CANDIDO, 2010, p. 210).

Precisa também trabalhar mais, relegando o tempo que dedicava a suas tradições e à vida comunitária. Tal fato se agrava em razão da dieta pobre dessa população, baseada em arroz, feijão e farinha, que não supria as necessidades do

esforço muscular do labor, mas que, todavia, estava adequada ao modo de produção antigo. (CANDIDO, 2010, p. 198).

O afastamento do meio natural imediato, a aceleração do ritmo de trabalho e a maior dependência dos centros urbanos se refletiram em mudanças na cultura caipira. Nota o desaparecimento de técnicas características, como a fabricação de farinhas, o uso de monjolos d'água, pilões etc. O aumento das horas de trabalho diminui o tempo despendido nas manipulações domésticas e cria a necessidade de se comprar o que antes era produzido em casa. (CANDIDO, 2010, p. 231).

A incorporação do caipira à economia capitalista fez com que muitos migrassem para as grandes cidades, nas quais foram arrebanhados como mão de obra sem especialização, agregando-se ao proletariado urbano. (CANDIDO, 2010, p. 203).

No entanto, mesmo com tantas mudanças sendo incorporadas pelas sociedades caipira à economia capitalista, como a influência da urbanização, não significa simplesmente a substituição de uma cultura por outra. Trata-se, na verdade, de um fenômeno complexo no qual agem tanto *fatores de persistência*, que contribuem para a continuidade da tradição, quanto *fatores de transformação*, que representam a inclusão de padrões modernos. Assim pode-se ver fatores de preservação cultural e ao mesmo tempo preservação grupal a medida que a urbanização permita a vizinhança dos grupos rurais. Nesse sentido funcionam como regulador da mudança, permitindo melhores condições de processar, podendo se considerados verdadeiros mecanismos de sobrevivência (CANDIDO, 2010, p. 243).

Fonte: elaborada pelo autor

Tabela 8 – Derivações da questão 3.

Derivação 01	Derivação 02	Derivação 03
Observando todo o contexto histórico em que vai se desenrolando as mudanças econômicas, políticas, sociais	Essas mudanças capitalistas que adentraram ao modo de vida dos caipiras,	→ Mudança do modo de vida; → Novo ritmo de trabalho.

<p>e culturais no modo de vida caipira, posterior a inserção do capitalismo em suas comunidades, nos deparamos com uma sociedade que foi perdendo quase toda a sua identidade para acompanhar as mudanças do mundo moderno.</p> <p>Tendo em vista todo o processo de mudanças nas sociedades do século XX, fica claro que os caipiras tornaram-se condicionados a um novo ritmo de trabalho e dependentes da economia capitalista, o que provocou uma grande alteração no sistema de crenças e valores, pois antes estavam condicionados as normas tradicionais e agora, foram submetidos a um novo modo de sobrevivência.</p> <p>O caipira, na grande maioria dos casos acabou perdendo seus lotes de terras, forçando muitos a migrarem para os centros urbanos, os quais eram arrebanhados como mão de obra barata. Essa necessidade de cumprir várias horas de trabalho fez</p>	<p>trouxe consigo um grande afastamento desses sujeitos ao meio natural que estavam adaptados, pois como apercebemos, tornaram-se mais dependentes dos centros urbanos e dos produtos industrializados.</p> <p>Assim, os mesmos passaram a sentir a necessidade de trabalhar períodos a mais para dar conta do sustento, levando-os ao abandono das suas próprias tradições. Dessa maneira podemos concluir que a conjuntura da cultura caipira foi sendo submetida às mudanças, levando conseqüentemente a um distanciamento com o meio onde vive, tornando-se assim, dependente do mundo capitalista.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➔ Dependência da economia capitalista. ➔ Novo modo de sobrevivência. ➔ Afastamento das tradições; ➔ Busca de resistência;
---	---	--

com que muitas técnicas tradicionais de produção de alimentos fossem desaparecendo, inclusive a própria vida comunitária, pois não tinham mais tempo a dedicar-se a vida em sociedade.

Além do mais o custo de vida teve um aumento expressivo, pois os caipiras passaram a depender cada vez mais dos produtos da cidade o que exigia um esforço cada vez maior para dar conta dos gastos.

Vale ressaltar que mesmo com esse turbilhão de mudanças, muitos caipiras procuraram de uma forma ou de outra manter sua cultura viva. Sendo categórico em sua pesquisa, o autor elucida que esses sujeitos precisaram se adaptar aos padrões modernos, porém quando possível procuravam viver suas tradições. Em suma essa adaptação serviu de regulador da mudança, permitindo que aos poucos esses grupos se adaptassem ao novo,

constituindo-se um mecanismo de sobrevivência.		
--	--	--

Fonte: elaborada pelo autor

A tabela 9 irá demonstrar o momento inicial de apropriação do Rio Grande do Sul no século XVI, onde a ascendência desse processo começou a tomar forma com a chegada dos missionários espanhóis jesuítas que aldearam os indígenas e introduziram o gado vacum nas pastagens nativas. Essa ação permitiu aos estancieiros formarem uma classe poderosa que dirigiu o estado até o início do século XX. A integração da região ao circuito econômico da colônia trouxe incentivos como a comercialização da erva-mate, que estimulou milhares de homens a se tornarem extrativistas e agricultores de subsistência.

Tabela 9 – Questão 4: Como ocorreu o processo de ocupação do Planalto Gaúcho a partir da análise de Zarth?

Como ocorreu o processo de ocupação do Planalto Gaúcho a partir da análise de Zarth?

No processo de ocupação das terras sulinas pelos estancieiros é muito relevante considerar os aspectos geográficos do território. De forma especial, as condições fitogeográficas tiveram um papel importante nesse processo: uma das características da cobertura vegetal da terra era a dicotomia entre o campo nativo e a floresta. Os campos cobriam quase toda a parte sul do território e ao norte disputavam o espaço com as árvores que tinham tendência de avançar sobre aqueles. Os campos nativos ofereciam excelentes condições para a criação de gado sem maiores dispêndios para a formação das unidades pastoris – as estâncias. (ZARTH 19978, p 15)

Enquanto a ocupação e a exploração portuguesa no nordeste do Brasil tomava corpo, no século XVI, o atual estado do Rio Grande do Sul passava quase despercebido”, sendo povoado somente pelos indígenas. A situação começa a se modificar a partir do final do século XVI, quando jesuítas espanhóis começam a aldear indígenas, introduzindo o gado nas pastagens nativas. (ZARTH 19978, p 14)

Coube aos missionários jesuítas espanhóis a iniciativa de instalar uma nova ordem econômica e social nos campos sulinos. Aldearam os indígenas e introduziram o gado vacum nas pastagens nativas, fato que iria marcar a história econômica do sul por muitas décadas. Atrás dos jesuítas vieram os bandeirantes paulistas em busca de indígenas para escravizar_ Milhares de homens foram enviados aos centros econômicos da colônia portuguesa consumidores de escravos. As aldeias jesuíticas sofreram dessa forma um irreparável revés. (ZARTH, 1997, p.15).

Com esse rebanho é que o Rio Grande do Sul se integrou efetivamente ao circuito econômico da colônia no século XVIII, fornecendo couros, carnes e gado muar para o transporte na zona de mineração das Minas Gerais. Os campos sulinos a partir disso transformaram-se gradativamente em grandes estâncias de gado. Os estancieiros formariam uma poderosa classe que dirigiria o Rio Grande do Sul de forma hegemônica até o princípio do século XX. (ZARTH, 1997, p.15).

A frente de expansão não está separada da economia nacional na proporção que se supõe. Embora o mercado seja reduzido e a propriedade da terra precária, não deixa de existir uma motivação do próprio mercado, por mais fraco que seja, para o processo de ocupação. No caso particular que estamos examinando, a erva-mate estimulou milhares de homens a embrenhar-se nas matas, onde se instalaram como extrativistas e agricultores de subsistência. O mate consistia numa das raras oportunidades do posseiro alcançar o mercado e dessa forma obter condições de trocar seu trabalho por mercadoria de consumo ou dinheiro (ZARTH, 1997, p.24).

Mesmo com a preocupação governamental em povoar e desenvolver essas áreas estratégicas, o planalto sofria de grande isolamento em relação aos mercados (ZARTH, 1997, p.25).

As estradas daquela época eram precárias, o que dificultava a condução das tropas e o transporte da erva-mate. Já a agricultura não poderia ir além da mera subsistência, pois jamais poderia competir, nessas condições, com a de outras áreas mais favorecidas em termos de localização e transporte (ZARTH, 1997, p.25).

Fonte: elaborada pelo autor

Derivação 01	Derivação 02	Derivação 03
<p>Tendo por base os pressupostos apresentados pelo autor sobre o processo de ocupação das terras sulinas, ressaltamos que o aspecto geográfico caracterizado pelos campos nativos e florestas foram condicionantes para o apoderamento dessa região.</p> <p>Durante muitos anos do período colonial a parte Sul passou quase despercebida, pois o interesse estava voltado para a região Nordeste. Foi somente a partir da vinda dos missionários jesuítas que a região passou a ter maior intervenção, pois os mesmos introduziram o gado na região. Esses rebanhos integraram efetivamente a parte sulina ao restante da colônia, pois muitos militares que frequentavam a região</p>	<p>Nesse cenário histórico transcrito por Zarth em suas investigações ficou evidente a forma em que a parte sulina do Brasil foi sendo ocupada. A conjuntura campo e floresta foi primordial para que estancieiros e caboclos ervateiros fossem ocupando e colonizando a região.</p>	<ul style="list-style-type: none"> → Ocupação sulina; → Campos nativos; → Florestas; → Caboclos; → Estancieiros;

<p>passaram a organizar grandes estâncias para fornecer matéria-prima a região sudeste.</p> <p>Além dos estancieiros que tomavam conta dos campos nativos, outra peça importante para o desenvolvimento da região</p>		
---	--	--

Fonte: elaborada pelo autor

Na tabela 11 procura descrever como foi se concretizando o processo de ocupação do território gaúcho. Assim, a partir da década de 1820, iniciou-se um processo de apropriação da terra na região que iniciou com a ocupação dos campos nativos e a formação de estâncias pastoris. Os principais prejudicados foram os povos indígenas que foram encurralados nas florestas marginais do rio Uruguai. A partir daí, houve também a exploração das áreas florestais pelos extrativistas que buscavam erva-mate. Nessa fase, muitos camponeses pobres não conseguiram se apropriar de sua terra, pois não tinham recursos para adquiri-la, sendo submetidos, inclusive, a exploração pelos usurpadores, tendo que emigrar para terras devolutas ou se tornarem peões de estância.

Tabela 11 – Questão 5: Como foi se concretizando o processo de apropriação da terra no Rio Grande do Sul?

Como foi se concretizando o processo de apropriação da terra no Rio Grande do Sul?

Na primeira fase da apropriação efetiva da terra na região, iniciada na década de 1820, ocorreu a ocupação dos campos nativos e a formação das estâncias pastoris. Nessa fase, que marcou o início do latifúndio regional, as principais vítimas

foram os indígenas locais, aos poucos encurralados nas densas florestas que demandam as margens do rio Uruguai. Apesar da resistência, os grupos indígenas capitularam diante da superioridade dos invasores. Nessa fase, grosso modo, apenas as áreas cobertas com pastagens naturais foram apropriadas de forma efetiva pelos fazendeiros, que deixaram de lado as áreas cobertas de mato entremeadas com os campos. (ZARTH, 1997, p. 29)

Na segunda fase, que não se sucedeu, rigorosamente, à primeira, mas, em parte, transcorreu concomitante a ela, houve uma frente extrativista que avançou sobre as áreas florestais em busca de erva-mate. Esses contingentes de coletores de mate eram ao mesmo tempo pequenos agricultores de subsistência que, por forças circunstâncias, não se tornaram proprietários das terras que ocupavam e nem dos ervais. Estes eram considerados públicos e assim administrativos e explorados ao longo do século XIX pela municipalidade. (ZARTH, 1997, p. 29)

A partir de 1850 os campos nativos já tinham sido todos ocupados por estancieiros latifundiários. Com essa aglomeração, os estancieiros, já em 1834 haviam formado o município de Cruz Alta. Com a criação desse município surgiu também alguns distritos como Passo Fundo, Palmeira das Missões, que ao longo do século XIX foram se emancipando. (ZARTH, 1997, p. 30)

Por volta da década de 1860, entretanto, quando os latifundiários pecuaristas já não tinham possibilidades de incorporar novos campos devolutos, iniciou-se um processo de apropriação das áreas de mato e desse modo explodiu uma série de conflitos entre os usurpadores e os coletores de erva-mate que até então não possuíam propriedade jurídica de seus roçados e dos ervais. É nesse instante que a exclusão dos camponeses pobres tem início, obrigando-os a emigrarem para áreas inóspitas e ainda devolutas ou a tornarem-se peões de estância em substituição ao escravo negro. (ZARTH, 1997, p.28).

Foram muitos problemas que os caboclos passaram a enfrentar com relação à posse da terra, a partir da metade do século XIX, principalmente após o início do processo de privatização dos ervais. Nesse período originou-se uma longa luta na qual os coletores de erva acabaram submetidos à força dos usurpadores que controlavam várias instâncias do poder público e não vacilavam em usá-las em proveito próprio. Podemos considerar a década de 1860 como início do avanço que ocorreu sobre as zonas florestais, em termos de privatização. (ZARTH, 1997, p.43).

A partir da Lei de Terras de 1850, regulamentada em 1854, todas as terras tidas como devolutas tornaram-se objeto de venda do governo. A ocupação de terras não poderia ser mais mansa e pacífica, mas sim através da compra. Dessa forma o acesso a terra, do ponto de vista legal ficou difícil para as camadas pobres da população camponesa, mas nem tanto para as elites locais, que além de regularizar suas propriedades procuraram avançar ou incorporar novas áreas onde viviam posseiros pobres sem poder para reagir. (ZARTH, 1997, p.44).

Uma parcela significativa da população regional acabou mesmo sendo atingida fortemente pela Lei de Terras de 1850. A população de lavradores pobres e coletores de erva-mate foi por aquele diploma jurídico impedida de apropriar-se do solo. Essa população acabou sendo utilizada como força de trabalho nas estâncias, após a abolição da escravidão, e nos próprios projetos de colonização como organizadores da infraestrutura– estradas, desmatamento. (ZARTH, 1997, p.28).

Essas áreas de mata ocupadas por extrativistas e lavradores pobres foram aos poucos privatizadas por usurpadores poderosos locais através dos mais diversos expedientes e, mais tarde, foram revendidas aos imigrantes europeus através das companhias de colonização. Isso com exceção de algumas terras públicas, repassadas diretamente aos colonos pelo Estado. No final do período de que tratamos neste trabalho, podemos observar com nitidez a presença do velho latifúndio pastoril; de uma massa de colonos de origem europeia dedicada à agricultura nas áreas florestais; e de uma massa de lavradores nacionais pobre e sem terra. (ZARTH, 1997, p.72).

A presença de agricultores imigrantes europeus, solicitada pelas próprias autoridades locais, parece ser paradoxal quando havia considerável população de camponeses nacionais. No entanto, essa população foi utilizada como mão-de-obra para a construção da infra-estrutura nos empreendimentos das companhias de colonização e para as atividades das estâncias de gado. (ZARTH, 1997, p.73).

É pertinente ressaltar que a política deliberada de propiciar o desenvolvimento de pequenas propriedades na região era uma política voltada para imigrantes e não para os nacionais, pois os imigrantes recebiam a terra para pagar em longo prazo e ainda recebiam subsídios para praticarem uma agricultura de subsistência nas áreas. (ZARTH, 1997, p.55).

Fonte: elaborada pelo autor

Tabela 12 – Derivações da questão 5

Derivação 01	Derivação 02	Derivação 03
<p>A pesquisa supracitada com relação ao modo com que foi se concretizando o processo de apropriação das terras sulinas nos apresenta que o território gaúcho foi sendo apossado a partir de duas frentes, uma iniciada com a vinda de militares e a formação das primeiras estâncias e uma segunda fase a partir da entrada de caboclos na região para a extração da erva-mate.</p> <p>Com essas frentes ocupacionais, a partir da metade do século XIX os campos nativos já estavam praticamente todos sob o poder dos estancieiros. E partir dessa diminuição dos campos abertos, muitos usurpadores passaram</p>	<p>No que tange o processo de ocupação do Rio Grande do Sul, fica perceptível como ocorreu as essas fases de apropriação da terra, vinculada ao aspecto geográfico campo/floresta. Porém, é chamativo a desigualdade de oportunidades de legalização da terra que o Estado foi oportunizando aos caboclos e estancieiros. Nesse sentido, podemos notar que a terra no Brasil sempre foi algo importante, porém distribuída de forma muito desigual, o que levou e leva uma grande quantidade de pessoas a marginalização e exclusão.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➔ Ocupação a partir de duas frentes: estancieiros e caboclos; ➔ Disputas por posses; ➔ Lei de Terras; ➔ Elite privilegiada; ➔ Marginalização.

se apropriar das matas de ervais, levando ao início vários conflitos pela posse da terra e a exclusão de inúmeros caboclos que foram obrigados a buscarem sua sobrevivência em áreas mais inóspitas.

Além do mais, nesse mesmo período foi aprovada a Lei de Terras de 1850, a qual tornava todas as terras devolutas como posse do Estado. Então, muitos caboclos por não terem conhecimento das leis ou por falta de recursos financeiros não registraram seus lotes, o que levou muitos caboclos a perderem suas posses. Além disso, vale a pena ressaltar que o Estado nunca se preocupou com o nacional e simplesmente procurou organizar políticas favoráveis aos imigrantes, como uma forma de branquear e

aculturar a população do Brasil.		
----------------------------------	--	--

Fonte: elaborada pelo autor

Conforme a tabela 13 procura retratar o uso da terra no Rio Grande do Sul, onde a mesma foi sendo empregada inicialmente com a pecuária, pois, no Planalto gaúcho essa foi a principal atividade econômica. Assim, muitos caboclos trabalhavam nas estâncias cuidando do gado, plantando e recebendo alguma remuneração. Além disso erva-mate também foi importante para a economia da região, sendo os caboclos os principais coletores. Esses sujeitos usavam também técnicas rudimentares para produzir alimentos da subsistência. Porém, no fim do século XIX, com a chegada de imigrantes e a ligação da região com os principais centros econômicos do país, houve um surto demográfico que mudou a forma de uso da terra e muitos caboclos acabaram perdendo suas posses, tendo que migrar para áreas mais inóspitas ou tornando-se peões nas estâncias ou operários nas áreas urbanas.

Tabela 13 – Questão 6: Como foi ocorrendo o processo do uso da terra no Rio Grande do Sul?

Como foi ocorrendo o processo do uso da terra no Rio Grande do Sul?
<p>A pecuária representou durante todo o século XIX a principal atividade econômica do planalto gaúcho formando as estâncias típicas do planalto onde se criava gado bovino, cavalar, muar e ovino. O gado bovino, além de servir como mão de obra era quem fornecia o charque e o couro, produtos importantes para a economia da época. (ZARTH, 1997, p.78).</p> <p>O trabalho dos caboclos dentro das estâncias, pois estes eram agregados que cuidavam do gado em pontos estratégicos longe da sede da propriedade, em troca do direito de plantar e de alguma remuneração. Geralmente eram esses trabalhadores pobres que garantiam a autossuficiência de alimentos das estâncias, produzindo o necessário o abastecimento interno. (ZARTH, 1997, p.123).</p> <p>A erva-mate foi durante o século XIX e início do século XX um dos principais produtos da economia gaúcha. O extrativismo da erva-mate nessa região vem desde a época das reduções jesuíticas do século XVII. Então, nos anos de 1850, a coleta de erva-mate já tinha grande importância econômica, empregando milhares</p>

de caboclos, e era o principal item de arrecadação tributária municipal de alguns municípios da região. (ZARTH, 1997, p.85).

Nesse processo de ocupação da terra os caboclos eram posseiros de pequenas propriedades e com técnicas rudimentares produziam grande parte de sua alimentação. Porém muitos dedicavam grande parte do tempo a coleta da erva-mate. (ZARTH, 1997, p.94).

Os caboclos eram os principais envolvidos na coleta da erva-mate e com a inovação técnica passam utilizar o barbaquá, um sistema que eliminava o contato das folhas de mate com a fumaça e que substituiu o carijo. Esse melhoramento técnico foi fruto de comerciantes e proprietários de engenho que passaram a comprar o mate na sua forma natural. (ZARTH, 1997, p.92).

Os caboclos utilizavam muito a técnica da queimada para limpar pedaços de terra e produzir produtos para subsistência. (ZARTH, 1997, p.99).

A agricultura cabocla era muito frágil, pois devido a ausência de armazenamento, as adversidades climáticas colocavam por diversas vezes os caboclos em difícil situação. Assim, devido a miséria muitos caboclos acabavam tornando-se trabalhadores das estâncias pastoris, mesmo com uma remuneração muito baixa, mas na época era o que lhes fornecia a sobrevivência. (ZARTH, 1997, p.98).

O uso da terra pode ser dividido em duas fases importantes. A primeira inicia-se juntamente com o extrativismo de erva-mate e com a pecuária, e se estende até o final do século XIX. Outra fase tem início na última década do século XIX com o surto demográfico decorrente da imigração de colonos da Europa e das colônias velhas gaúchas, ao mesmo tempo em que a ferrovia alcança a região, ligando-a aos principais centros econômicos do país. (ZARTH, 1997, p. 106).

Fonte: elaborada pelo autor

Tabela 14 – Derivações da questão 6

Derivação 01	Derivação 02	Derivação 03
Em virtude da forma em o território	Com relação ao uso sulina, o aspecto	→ Pecuária → Erva-mate

<p>Gaúcho foi sendo ocupado, somos capazes de perceber que o uso da terra está totalmente alinhado a esta forma de ocupação. Em vista da investigação do autor fica claro que a pecuária representou durante muitos anos a principal atividade econômica sulina, por isso o grande interesse por estancieiros de se apossarem rapidamente dos campos nativos.</p> <p>Porém é necessário destacar que a erva-mate também foi essencial para o desenvolvimento do Estado. O trabalho nesses ervais era exclusivo dos caboclos que durante muitos anos ocuparam inúmeras regiões como posseiros não se preocupando em legalizar seus lotes.</p> <p>A erva-mate foi um dos principais produtos da arrecadação de impostos das câmaras</p>	<p>geográfico permitiu que essa ocupação se desse a partir de duas frentes: o campo que favoreceu o desenvolvimento da pecuária e o apoderamento dos estancieiros, e a erva-mate que trouxe os caboclos até a região, torno-os grandes sujeitos no processo de desbravamento local. Mas, é preciso ressaltar que os esses sujeitos nacionais nunca foram vistos como elementos importantes pra o Estado, tanto que havendo grande número de trabalhadores na região o governo procurou trazer imigrantes para ocupar várias partes do Rio Grande do Sul.</p>	<p>→ Agricultura de subsistência;</p>
---	--	---------------------------------------

<p>municipais, por isso sua grande importância na economia local. Vale ressaltar que esses caboclos também procuravam produzir seus próprios alimentos facilitando sua sobrevivência através de uma agricultura de subsistência.</p>		
--	--	--

Fonte: elaborada pelo autor

Conforme contemplaremos na tabela 15, os caboclos foram figuras importantes no processo de ocupação da região Norte do Estado do Rio Grande do Sul. Eles viviam de culturas de subsistência, caça e pesca e mantinham algumas relações comerciais com outros grupos. Além disso, a atividade extrativista da erva-mate baseou-se principalmente no trabalho dos caboclos. Durante a entressafra eles atuavam como camponeses típicos produzindo para subsistência, não dependendo exclusivamente do extrativismo para sua alimentação. Esses trabalhadores aproveitavam também a oportunidade para adquirir alguns bens de consumo, geralmente na casa comercial do próprio negociante de erva-mate. Além disso, o extrativismo permitia que eles pudessem trabalhar em mutirões ou "putchirões", trocando serviços com seus vizinhos, permitindo assim uma cumplicidade muito grande entre essas comunidades.

Tabela 15 – Questão 7: Quem eram os trabalhadores dos ervais?

Quem eram os trabalhadores dos ervais?

A atividade extrativista baseou-se fundamentalmente no trabalhador livre com assalariamento temporário sujeito ao endividamento. Esse trabalhador temporário vivia nos meses de entressafra como camponês típico e desse modo não dependia

exclusivamente do extrativismo do mate para sua alimentação. (ZARTH, 1997, p. 125).

Para os lavradores pobres, o trabalho nos ervais representava uma das poucas oportunidades de adquirir algum dinheiro para compra de instrumentos de trabalho e bens de consumo. As compras, provavelmente, eram realizadas na casa comercial do próprio negociante do mate e, dessa forma, os peões ficavam atrelados aos negociantes por um mecanismo de endividamento. (ZARTH, 1997, p. 126).

Nos ervais privados, o extrativismo seguia o mesmo sistema: o proprietário pagava salários para a coleta ou arrendava o erval para algum ervateiro, que se encarregava de agenciar os trabalhadores necessários. (ZARTH, 1997, p. 128).

Além do extrativismo, os coletores de erva-mate eram agricultores independentes. A coleta do mate é uma atividade de inverno, permitindo que o lavrador tivesse disponibilidade de tempo para as plantações de verão, as principais. Essa atividade agrícola era executada sob a forma de mutirão, expediente tradicional em todo o Brasil rural. (ZARTH, 1997, p. 128).

O mutirão ou "putchirão" utilizado pelos lavradores – extrativistas é um expediente largamente utilizado pelos lavradores de todo o Brasil. Desse modo, um agricultor individual resolve o problema da execução de trabalhos que exigem muita mão-de-obra – como uma derrubada ou uma colheita – trocando serviços com seus vizinhos. O beneficiado do mutirão, naturalmente, ajuda outro vizinho nas mesmas condições. (ZARTH, 1997, p. 129).

Fonte: elaborada pelo autor

Tabela 16 – Derivações da questão 7

Derivação 01	Derivação 02	Derivação 03
Como vimos nos tópicos anteriores, a pecuária e a erva-mate foram primordiais para o processo de desenvolvimento da	A reflexão a cerca do processo de ocupação do território gaúcho, deixa notório que os trabalhadores caboclos formaram a	<ul style="list-style-type: none"> → Trabalhadores → Caboclo ervateiro; → Vida simples; → Comunidade; → Sobrevivência;

<p>região. No entanto nosso principal interesse está ligado ao sujeito caboclo ervateiro. O caboclo foi o principal trabalhador na coleta e produção da erva-mate que por muitos anos tornou-se o principal produto da economia gaúcha.</p> <p>Esses lavradores nacionais viviam de forma extremamente simples, muitas vezes, trabalhando como safristas para donos de ervais, ou, em outros casos extraíndo o produto dos ervais públicos.</p> <p>Vale ressaltar que esses sujeitos, muitas vezes esquecidos pela historiografia brasileira garantiram o desenvolvimento de várias regiões do Rio Grande do Sul. Porém, devido a políticas governamentais e processos históricos nunca foram vistos como</p>	<p>força essencial para a exploração dos ervais, possibilitando que Câmaras Municipais angariassem impostos a partir da economia ervateira. Além disso, esses caboclos desenvolveram uma cultura ligada a terra e a laços comunitários capazes de sobreviver a tantas mudanças impostas pelo Estado.</p>	
---	--	--

sendo importantes para nossa sociedade.		
---	--	--

Fonte: elaborada pelo autor

Todo esse processo de discussões e análises a partir da Análise Textual Discursiva (ATD) culminou na produção de metatextos no quais procuramos explorar as categorias da pesquisa. A elaboração dos metatextos são características centrais do processo de desenvolvimento desta metodologia, tendo em vista que a mesma possibilitou ao pesquisador praticar uma atividade demasiadamente importante em sua constituição, ou seja, o exercício da escrita. Conforme afirmam os autores dessa metodologia de análise de informações:

A Análise Textual Discursiva pode ser caracterizada como exercício de produção de metatextos, a partir de um conjunto de textos. Nesse processo constroem-se estruturas de categorias, que ao serem transformadas em textos, encaminham descrições e interpretações capazes de apresentarem novos modos de compreender os fenômenos investigados (MORAES; GALIAZZI, 2016, p. 89).

A partir desse procedimento de ciclos propostos pela Análise Textual Discursiva (ATD) diligenciamos construir metatextos compostos de descrições e interpretações, representando o modo de compreensão e teorização do fenômeno que está sendo investigado. Cabe ressaltar também que, como nos coloca Moraes (2003) o metatexto é um movimento sempre inacabado de procura de mais sentidos, de aprofundamento gradativo reiterativo em que, num movimento espiralado, retomam-se periodicamente os entendimentos já atingidos, sempre na perspectiva de procura de mais sentidos.

4.2 METATEXTOS

A fim de compreender as representações dos caboclos ervateiros na literatura foi necessário traçar as origens sociais referentes a estes grupos, expressando como a questão da territorialidade proporcionou agrupamento de forças que ultrapassam as fronteiras geográficas e físicas, constituindo-se assim, em um contexto amplo de significações compostas pelos habitantes locais.

O fenômeno caboclo que está sendo analisado com a pesquisa é definido a partir de diversos conceitos e dessa forma este capítulo tem como objetivo apresentar alguns aspectos relacionados às representações da regionalidade dos caboclos ervateiros nas obras literárias. Com auxílio da Análise Textual Discursiva (ATD) analiso os dados extraídos da obra de Antônio Candido e Paulo Afonso Zarth que foram selecionados para compor o corpus desta investigação.

A partir dessa análise, efetuei apontamentos relacionados a maneira como o fenômeno caboclo foi apresentado, num recorte temporal que abrange aproximadamente dos anos de 1850 à 1950. Consegue-se, dessa maneira, obter um panorama acerca da produção literária de pesquisadores, que buscaram através de suas investigações descrever como os caboclos fizeram parte do processo de ocupação da região Norte do Rio Grande do Sul, auferindo uma compreensão da dinâmica de construção coletiva da sociedade cabocla ao longo do tempo.

Levando em consideração as características teóricas e metodológicas de cada obra, organizamos aqui um metatexto que busca assimilar a partir das derivações da pesquisa, como fenômeno em discussão foi representado nas obras literárias. Dessa forma almejamos que as obras analisadas contribuam para que se alcance o objetivo principal proposto neste estudo, ou seja, sintetizar metatextos que oferecem um panorama acerca desse tema de investigação, apontando como os sujeitos caboclos foram representados na literatura.

Um metatexto que tem sua origem nos textos originais, expressando um olhar do pesquisador sobre os significados e sentidos percebidos nesses textos. Esse metatexto constitui um conjunto de argumentos descritivo-interpretativos capaz de expressar a compreensão atingida pelo pesquisador em relação ao fenômeno pesquisado, sempre a partir do corpus de análise (MORAES, 2003, p. 201-202).

Seguindo o desenvolvimento da nossa investigação, a seguir apresentaremos uma análise de compreensão dos dados coletados a partir das obras que compuseram o corpus. Assim buscamos demonstrar através desses metatextos elementos mais marcantes nas narrativas dos autores, identificando como os mesmos perceberam e conceberam o fenômeno caboclo em suas produções.

4.2.1 CAIPIRA TRADICIONAL E SEU MODO DE VIDA

Antônio Cândido foi um dos grandes expoentes da literatura brasileira durante o século XX, pois suas obras retrataram em grande parte a realidade brasileira da época. Cândido faleceu em 2017, todavia deixou um legado enorme para a literatura do Brasil.

Dessa forma, a escolha da obra “Parceiros do Rio Bonito” de Antônio Cândido nos permitirá discutir o dinamismo da construção da sociedade brasileira durante o século XX, proporcionando explorar o processo histórico de transformação social no meio rural brasileiro entre as décadas de 1940 e 1950. Essa obra produzida por Cândido analisou transformações sociais do caipira paulista e seus meios de vida ao longo dos anos. Segundo Rocha (2017) Antônio Cândido analisou o processo de transformação social caipira em face da civilização urbana, observando a situação social de grupos rurais específicos entre as décadas de 1940 e 1950, e considerando a relevância de temas abordados pelo Pensamento Social Brasileiro sobre o meio rural entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

Com as derivações (categorizações) e partindo do pressuposto modo de vida tradicional foi possível identificar nesse processo que a Derivação 03 (D03) traz como principais conceitos “caipiras”, “sociedade entrosada”, “economia fechada e de subsistência” e “equilíbrio com o meio ambiente”. Assim, o autor nesse primeiro momento explorou o processo histórico e social de formação das sociedades rurais que habitavam a região por ele denominada como Paulistânia, entendendo esta como a região que sofreu interferência direta do processo de expansão colonial, considerando, sobretudo, a atuação bandeirante paulista (CÂNDIDO, 2010).

O propósito dessa parte do livro é analisar com brevidade os aspectos referentes à obtenção dos meios de vida, no sentido previamente indicado. Primeiro, a fim de verificar até que ponto ela se enquadra nas situações socioculturais mínimas, que interessa estudar; segundo, a fim de compreender o significado das atuais condições de vida do caipira paulista. (CÂNDIDO, 2010 p. 43).

Segundo Rocha (2017, p. 28) é plausível dizer que sob o ponto de vista de Cândido, as questões tratadas na primeira das seções da obra tiveram base em sua pesquisa historiográfica, em diálogo com narrativas literárias, interpretações

ensaísticas e análises historiográficas da expansão bandeirante e de temas correlatos.

Na primeira parte, a cultura caipira foi apresentada em função dos níveis mínimos, mas organicamente entrosados, de subsistência e vida social, exprimindo um tipo de economia semifechada. Esta foi caracterizada pela estrutura de agrupamentos de vizinhança e o equilíbrio instável com o meio, obtido por técnica rudimentar. (CANDIDO, 2010, p. 186)

Fica evidente no primeiro capítulo que Antônio Candido procurou fazer uma reconstrução histórica da formação da sociedade caipira e sua relação com o meio em que estavam inseridos. Como afirmam Borges e Aguiar (2008) a sociedade caipira tradicional elaborou técnicas que permitiram estabilizar as relações do grupo com o meio, mediante o conhecimento dos recursos naturais, a sua exploração sistemática e o estabelecimento de uma dieta compatível com o mínimo vital, uma relação social tipo fechada e com base na economia de subsistência. Para o autor sociedade caipira combinou traços culturais, indígenas e portugueses, obedecendo o ritmo nômade dos bandeirantes e do povoador, conservando as características de *ípresa* e *coleta*, cuja estrutura do grupo dependia da mobilidade dos grupos, na dieta e na forma aventureira. Descreve também que as casas dos caipiras, também conhecidas de rancho (pouso), eram um abrigo de palha, construídas de paredes de pau-a-pique ou varas não barreadas levemente pousado no solo. Algumas infestadas de baratas, miseráveis choupanas de um andar, o chão não é pavimentado nem assoalhado.

Figura 2 - O Caipira, sua casa, seu meio e seu meio de locomoção (1948).



Fonte: Candido (2010)

Quanto a alimentação Candido (2010, p.64) diz que para o caipira paulista, a mesma tinha sua origem a partir de uma economia fechada, de subsistência, ligada à agricultura itinerante, à coleta, à caça e à pesca. Ajustava-se a técnica dos índios, estreitando laços com a terra, favorecendo a mobilidade, penetrando nas formas de equilíbrio ecológico. Como denomina o autor, esse mameluco de corpo e alma, se apega aos alimentos da terra. O feijão, o milho e a mandioca, plantas indígenas, constituem o seu triângulo básico alimentar vindo a mandioca ser substituída mais tarde pelo arroz. Já o leite, o trigo, a carne de vaca e frango eram indicadores de situação social acima da média. Técnicas de caça foram herdadas dos índios, conhecimento minucioso dos hábitos dos animais, técnicas precisas de captura e morte.

Figura 3 - A Mãe, a filha, a casa e a galinha, uma das bases da dieta caipira.



Fonte: Candido (2010)

Os utensílios utilizados por esses caipiras eram em sua maior parte feito em casa. Para a iluminação usavam cadeeiro de barro com banha de porco. Além disso tinham praticamente uma indústria caseira, produzindo praticamente todos os alimentos necessários para a sobrevivência. A pólvora para armas era feita de mato crindiúva, que se deixava secar, enterrava e queimava resultando em um carvão fino, misturado com salitre e enxofre, passava-se pelo pilão e peneira, pois quanto mais fino melhor. Já as balas eram de chumbo derretido e derramado em buracos abertos no chão duro, do tamanho desejado; o resfriamento e solidificação eram rápidos

Nota-se que o autor traz nesse contexto que a localização longínqua desses povoados caipiras permitiu que os mesmos pudessem manter uma economia de subsistência com elementos rústicos. A queimada da vegetação rasteira por exemplo, foi uma técnica muito usado por esses povos, pois eram pequenos lotes, e como regra da época as cinzas eram adubo para o solo. Assim, Candido explica que a agricultura itinerante e extensiva foi um recurso para estabelecer o equilíbrio ecológico ajustando as necessidades de sobrevivência dos caipiras.

Figura 4 - Agricultura itinerante praticada pelos caboclos.



Fonte: Disponível em <https://agro20.com.br/agricultura-itinerante/>. Acesso dia 12 de novembro de 2022.

Candido (2010) explica que devido a ocupação dos grandes campos e não tendo grandes lotes de terras para ocupar, os caipiras formaram grandes agrupamentos em pequenos lotes, vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência e pelas práticas de auxílio mútuo e práticas religiosas. Claro, que dentre tantos caipiras alguns passaram a trabalhar de agregados em fazendas ou migrar para a cidade em busca de melhores condições de vida. Além disso dentro dessas comunidades havia uma grande forma de solidariedade entre os grupos, pois havia necessidade de ajuda, imposta pela técnica agrícola e a sua retribuição automática, determinava a formação duma rede ampla de relações, ligando uns aos outros e contribuindo para a sua unidade estrutural e funcional.

Para finalizar o capítulo o autor traz uma grande contribuição com relação a cultura do caipira que por deveras vezes foi intitulado de preguiçoso e parasita. Porém, Candido procura nos trazer em suas escrituras o fato de que o caipira não tinha grandes ambições, por isso sua forma de vivência era a forma que deixava o grupo feliz. No entanto para a sociedade geral, essa falta de perspectiva e de progresso era considerada inadequada. Como afirmam Borges e Aguiar (2008) esse fenômeno de não adaptação ao trabalho intenso e contínuo exigido nas grandes plantações trazidas pelo desenvolvimento econômico, não deve ser considerado vadiagem, mas sim

desnecessidade de trabalhar. Pois o caipira vivia com pouco, somente o necessário e não se adaptava em produzir além das suas necessidades.

4.2.2 COMO O MODO DE VIDA DOS CAIPIRAS FOI SE COMPORTANDO DIANTE DE UM PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS LATIFÚNDIOS PRODUTIVOS?

A partir do pressuposto dessa análise, a Derivação 03 (D03) traz como principais apreciações os termos “capitalismo”, “urbanização”, “dependência e destruição da cultura”. o autor procurou avaliar como o modo de vida dos caipiras foi se comportando diante de um processo de urbanização e desenvolvimento dos latifúndios produtivos que pressionavam esses sujeitos a mudarem suas essências diante de um capitalismo selvagem. Segundo Rocha (2017, p.28) o autor dos Parceiros do Rio Bonito, abordou temas associados à história daquelas sociedades rurais, a fim de analisar os traços socioculturais e econômicos que, ora eram apontados como remanescentes do modelo tradicional, ora eram notados como desaparecidos na trajetória histórico-social caipira. Ou, ainda, que apresentavam transformações singulares, seja pela conservação de atributos do modelo tradicional das sociedades rústicas, seja pela adequação daquelas coletividades à nova realidade imposta pela conjuntura econômica e social brasileira no período das décadas de 1940 e 1950.

Figura 5 – ‘O violeiro” de José Ferraz de Almeida Júnior (1899) que foi um artista paulista, pioneiro na temática regionalista brasileira, mais precisamente, do interior de São Paulo. Ao rejeitar os tradicionais estilos e técnicas que vigoravam em sua época, Júnior trouxe para a sua pintura personagens simples, gente comum, com destaque para a vida do caipira e o cotidiano.



Fonte: Disponível em <https://artsandculture.google.com/asset/o-violeiro-the-guitar-player-almeida-j%C3%BAnior/QwEK8L0OIq25SA?hl=pt-br>. Acesso dia 30 de outubro de 2022.

Candido (2010) procura abordar a evolução social paulista que é marcada pelo desenvolvimento de formas renovadas do capitalismo e de mudança cultural, devido ao aparecimento dos latifúndios a mão de obra passou a ser mais exigida e regulada. Já dentre tantos caipiras, alguns passaram a buscar sua sobrevivência em áreas onde ainda não existiam esse tipo de ocupação da terra. O autor fez um levantamento histórico-econômico do município de Bofete e região, comparando seu crescimento econômico com a influência do café e o crescimento urbano do município. Apresentou também a migração do campo para a cidade e do campo para outras regiões tais como Sorocaba e até Paraná. Aparecem já em 1954 os rádios, as geladeiras nos bares da cidade, postos de saúde, prédios na vila, abastecimento de água e luz elétrica e aumento do número de escolas.

Nessa metade do século XX, Candido (2010) também descreve que muitos proprietários de fazendas e sítios devido à decadência do café passaram a arrendar suas terras e a trabalhar como parceria, que é uma sociedade, pela qual o fazendeiro fornece a terra, ficando com o direito sobre parte dos produtos obtidos pelo arrendatário ou parceiro. O fazendeiro concedia moradia durante o período de parceria. Muitos caipiras passaram a trabalhar dessa forma, embora os fazendeiros preferissem descendentes de imigrantes europeus.

Devido a essas mudanças capitalistas e busca de poder e dinheiro, até a alimentação dos caipiras passou a ser problema dos grupos. Pois, antes eles mesmos, dentro de uma economia fechada, produziam seus próprios alimentos, e agora com as mudanças dependem da produtividade da terra, muitos passaram a viver em função do dinheiro que conseguem com o fruto do seu trabalho e das razões econômicas do mundo capitalista. O caipira passou a ser dependente do mundo exterior, não fabrica mais o açúcar, não limpa mais o seu arroz, não faz a sua farinha, com isso perde-se a transferência de elementos culturais que caracterizam a sociedade caipira na sua adaptação ao meio.

Figura 6 - Pintura de Deborah Paiva: cenário onde Antônio Candido iniciou suas pesquisas. Cenário que foi desaparecendo devido ao processo de urbanização.



Fonte: Disponível em em <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/07/modo-de-vida-caipira>. Acesso dia 25 de outubro de 2022.

Portanto, Candido (2010 p.186), procurou descrever situações que foram mudando ao longo dos anos devido a passagem duma economia autossuficiente para o âmbito de uma economia capitalista, que provocou profundas mudanças na cultura e organização social desses caipiras. Assim, essa conjuntura de crise permite observar duas categorias principais de fatos: os de persistência e os de alteração.

Os primeiros constituem aquela parte do equipamento cultural e das formas sociais que, oriundas do período anterior, perduram no presente, estabelecendo continuidade entre as sucessivas etapas dum processo total de transformação. Os segundos dão formações novas, geradas no seio do grupo, ou nele incorporadas por difusão, para reajuste de seu funcionamento. Todo equilíbrio social - essencialmente dinâmico - supõe estes dois aspectos. Diz-se, todavia, que há mudança quando, nas variações de equilíbrio, os fatores de alteração avultam, até motivarem recomposição da estrutura. A situação de crise define-se, do seu lado, por tensões ainda não resolvidas, ou resolvidas parcialmente, entre os fatores de persistência e os de alteração, podendo originar reorganização ou desorganização mais ou menos profundas da estrutura (CANDIDO, 2010, p. 186).

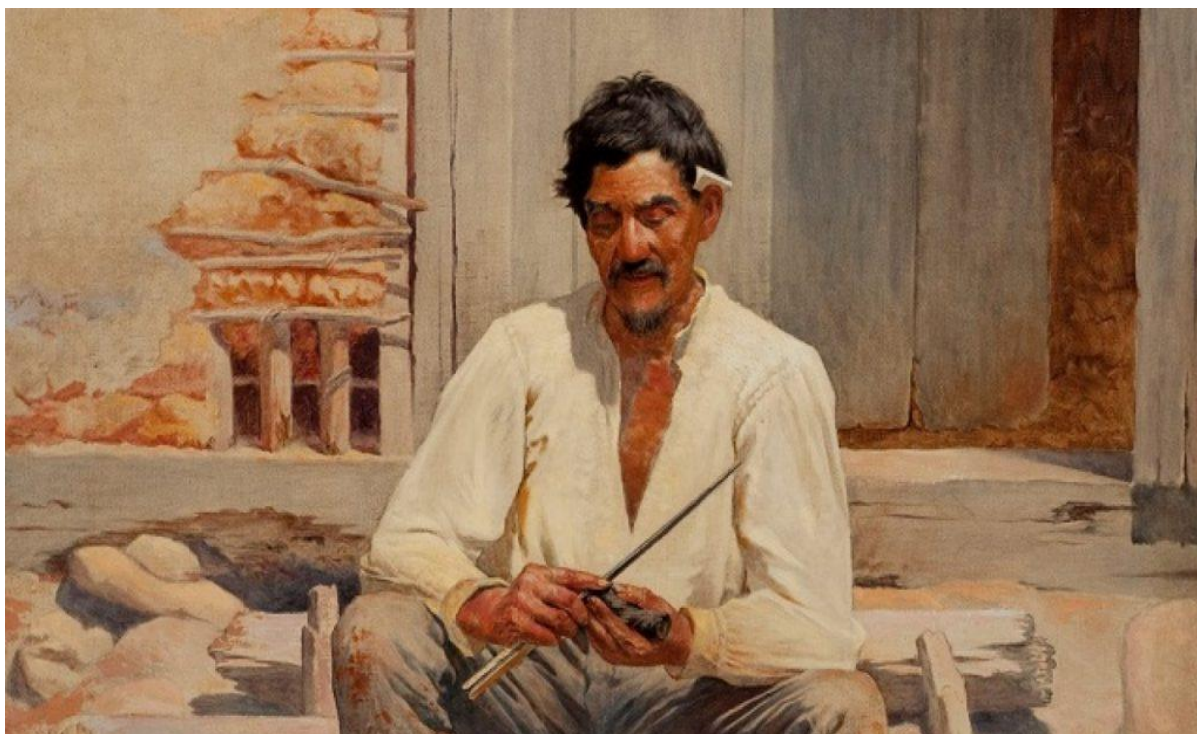
Assim sendo, nessa segunda parte o autor procurou mostrar uma realidade que estava sendo alterada, de uma economia autossuficiente para uma economia

capitalista, manifestando sintomas de crise social e cultural. Em conjunturas de crise, o autor frisa que há dois tipos de fatos: os de persistência (do *status quo*) e os de alteração (do *status quo*). Afirma, então, que a cultura caipira estava vivendo uma crise em decorrência de sua incorporação à esfera econômica moderna, refletindo nos planos ecológico, econômico, cultural, social e psíquico.

4.2.3 QUAIS OS REFLEXOS SOBRE A CULTURA CAIPIRA APÓS O DOMÍNIO ECONÔMICO CAPITALISTA EM SEU COTIDIANO?

Nesse processo de derivações, a Derivação 03 (D03) exhibe como principais representações os termos “mudança do modo de vida”, “ritmo de trabalho”, “economia capitalista” e “afastamento das tradições”.

Figura 7- Representação do homem caipira, por Almeida Júnior.



Fonte: Disponível em <https://artsandculture.google.com/asset/o-violeiro-the-guitar-player-almeida-j%C3%BAnior/QwEK8L0OIq25SA?hl=pt-br>. Acesso dia 30 de outubro de 2022.

Nesse sentido, o autor procura trazer para a discussão o quão foram os reflexos da crise da cultura caipira sob o domínio econômico capitalista. Segundo ele, a incorporação de bens de consumo modernos nas sociedades caipiras fez surgir novas

necessidades que intensificaram seus vínculos com a cidade, incluindo as na economia geral (do estado, do país etc) em detrimento da economia particular a que estavam habituadas, centrada na vida de bairro e na subsistência. Sendo assim, o caipira precisa adquirir cada vez mais produtos da cidade, saindo na maioria das vezes desfavorecido nessa nova relação, tendo em vista a desconexão entre os preços do que produzia na agricultura e dos preços dos bens industrializados. E diante desse aumento no custo de vida, acaba tendo que trabalhar mais, abandonando muitas vezes suas formas tradicionais de sobrevivência.

Na análise veremos os elementos que permitem considerar a situação presente do grupo como sendo de crise nos meios de subsistência, nas formas de organização e nas concepções de mundo – em fase das pressões exercidas pelo meio social circundante, sob o influxo da urbanização. Crise que condiciona a alteração dos padrões tradicionais, seu desaparecimento ou a sua persistência. (CANDIDO, 2010, p. 186)

Logo, precisa também trabalhar mais, relegando o tempo que dedicava a suas tradições e à vida comunitária. Tal fato se agrava em razão da dieta pobre dessa população, baseada em arroz, feijão e farinha, que não supria as necessidades do esforço muscular do labor, mas que, todavia, estava adequada ao modo de produção antigo.

Conforme Artuzo (2019) as próprias formas coletivas de organização do trabalho (ajuda mútua), vão se atrofiando e prejudicando a sociabilidade de uma cultura harmônica. Candido também avulta, diante desse quadro, que muitos caipiras vão se habituando totalmente à nova realidade, trabalhando de sol a sol, abrindo mão da convivência em grupo, das festividades, economizando ao máximo para focar na acumulação material. Já outros, se adaptam às novas condições, mas não abrem mão de sua memória, o que implica, para eles, a redução de tempo disponível ao trabalho e, portanto, menor arrecadação. Mas, há aqueles aqueles que não se adequam aos novos meios de produção e permanecem impossibilitados de realizar qualquer função que exija um mínimo de disciplina e racionalização, estando, pois, condenados à miséria.

E diante de tantas mudanças que vão se tornado parte da vida dos caipiras, dá-se início ao que Candido chama de a crise da cultura caipira, um momento que

passa a afetar o conhecimento e aproveitamento dos recursos naturais, bem como sua relação com o meio onde vive. Segundo o autor por muito tempo, houve uma grande harmonia entre o caipira e a natureza circundante. Havia comunhão entre a roça e a mata: o trabalho agrícola, a caça, a pesca e a coleta não eram coisas separadas. Para Artuzo (2019) a inserção do caipira na lógica capitalista, entretanto, vai aos poucos elidindo sua relação imediata com o meio, à medida que amplia suas relações com o ambiente urbano: não há mais comensalismo entre roça e mata, mas dependência entre roça e cidade, e a mobilidade não é mais possível, em razão da regularização legal das propriedades e do aumento da densidade demográfica.

O afastamento do meio natural imediato, a aceleração do ritmo de trabalho e a maior dependência dos centros urbanos se refletiram em mudanças na cultura caipira. Candido (2010) nota o desaparecimento de técnicas características, como a fabricação de farinhas, o uso de monjolos d'água, pilões etc. O aumento das horas de trabalho diminui o tempo despendido nas manipulações domésticas e cria a necessidade de se comprar o que antes era produzido em casa.

Segundo Candido, (2010) essa transformação também tem implicações do ponto de vista psicológico. A mulher que pilava o arroz do modo antigo quer se livrar desse esforço físico e utilizar os meios modernos para tanto, sentindo-se diminuída quando se vê obrigada a cumprir tal tarefa nas formas retrógradas. Há um sentimento de prestígio pela utilização e pela posse de equipamentos modernos, que passam a ser distintivos da posição social. Conforme Artuzo (2010) o autor sustenta que, por esse motivo, o caipira é relativamente suscetível à difusão da cultura urbana, que leva à superação da vida comunitária inicial. As transformações no terreno das crenças e dos sentimentos são mais complexas que nas relações econômicas e materiais. Como exemplo, Candido fala da terapêutica caipira, que, nos tempos em que escrevia, apresentava-se mesclando a atuação de representantes da esfera da magia, como benzedores e curadores (geralmente presentes no povoado), e da esfera do racional, como médicos e farmacêuticos (geralmente localizados nas cidades circunvizinhas). Menciona, ademais, a escassez das festas comunitárias, que vão sendo deixadas de lado, em virtude do aperto causado pela aceleração do ritmo de trabalho.

Nas relações sociais, Candido (2010) nos coloca que a incorporação do caipira à economia capitalista fez com que muitos migrassem para as grandes cidades, nas quais foram arrebanhados como mão de obra sem especialização, agregando-se ao proletariado urbano. O autor frisa que, contudo, almeja investigar as mudanças nas

relações sociais dos caipiras que permaneceram em suas regiões de origem. Nesses locais, investigou as diversas formas de organização econômica como a parceria, o arrendamento os sitiantes. Conforme Candido (2010) os parceiros, em sua maioria, eram antigos proprietários que perderam suas posses no processo de assimilação da economia capitalista.

O autor também observa, assim, que a mudança na condição econômica do caipira se dá sempre nesse sentido, de proprietário a parceiro, e nunca o contrário. Além disso, os parceiros estão mais propensos a experimentar os reveses das novas condições de vida, porquanto sua condição é mais instável, dada sua maior dependência das estruturas econômicas modernas. De maneira diversa, o autor sustenta que os sitiantes estão mais aptos a conservar as tradições e o modo de vida tradicional, pois permaneceram mais isolados, mantendo em maior escala as relações de bairro (ajuda mútua) e, por conseguinte, alcançando maior estabilidade diante da crise.

Diante do exposto podemos concluir que a conjuntura da cultura caipira foi sendo submetida às mudanças capitalistas levando conseqüentemente a um distanciamento com conhecimento e aproveitamento dos recursos naturais, bem como sua relação com o meio onde vive. Outrora, havia uma intimidade muito grande entre a natureza e o caipira, ambos se complementavam, havia comunhão entre a roça e a mata: o trabalho agrícola, a caça, a pesca e a coleta não eram coisas separadas. Se havia, de algum modo, esgotamento da terra e das possibilidades de coleta, era possível simplesmente mudar de lugar e lograr nova condição de equilíbrio. A inserção do caipira na lógica capitalista, entretanto, vai aos poucos elidindo sua relação imediata com o meio, à medida que amplia suas relações com o ambiente urbano: não há mais comensalismo entre roça e mata, mas dependência entre roça e cidade, e a mobilidade não é mais possível, em razão da regularização legal das propriedades e do aumento da densidade demográfica.

4.2.4 COMO OCORREU O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO PLANALTO GAÚCHO A PARTIR DA ANÁLISE DE ZARTH?

Com as derivações foram emergindo novas visões de compreensão relacionado ao fenômeno analisado, ou seja, com esse processo de afinamento das ideias foi se constituindo metatextos como forma de significar o que estava sendo pesquisado. E nesse processo de construção do objeto de análise foi se estabelecendo um esforço em expressar novos entendimentos atingidos a partir da impregnação intensa com o *corpus* da análise.

Sendo assim nossa compreensão traz nesse metatexto uma descrição sobre a obra "História agrária do Planalto gaúcho 1850-1920" foi uma obra escrita por Paulo Afonso Zarth. O autor inicialmente faz uma análise sobre a importância de trabalhar a questão agrária no Rio Grande do Sul, pois para ele trabalhar a ocupação e apropriação desse território com grande importância econômica e política é também trazer à luz a história de uma massa camponesa que por muito tempo foi desconsiderada em muitas produções historiográficas. Logo no início de sua obra Zarth (1997, p. 9) coloca como eram vistos os caboclos pela sociedade, pois segundo ele os camponeses brasileiros conhecidos como "caboclos" que ocupam, de forma esparsa, grandes áreas do país são considerados – por uma larga lista bibliográfica – símbolo do atraso e do tradicionalismo, ao contrário dos imigrantes europeus, apresentados como símbolo do progresso e do trabalho.

Além disso Zarth (1997, p.9) coloca que essa pesquisa não se trata de altruísmo para esses camponeses desprezados, mas sim trazer para o conhecimento da sociedade a real importância do processo de ocupação da terra e a formação da estrutura social, pois entre escravos e os imigrantes havia uma considerável população de camponeses nacionais, ou seja, os caboclos.

As derivações 03 (D03) nos mostram claramente a importância de entendermos o processo histórico de ocupação do Planalto Gaúcho a partir dos campos e florestas. O autor traz a importância da natureza e sua ligação com a forma de ocupação em relação ao restante do país. Conforme Zarth (1997) dois fatores foram extremamente importantes no processo de ocupação do território gaúcho: um deles é a dualidade do campo/floresta e o outro é que o Rio Grande do Sul, na condição de fronteira do Brasil também teve grande relevância no procedimento de ocupação territorial, pois a região sempre apresentou alguns limites físico-geográficos de significativa importância para essa regionalização.

Com relação ao espaço temporal, Zarth (2007) utilizou em suas pesquisas as fontes produzidas a partir da criação do município de Cruz alta em 1834, porém seu recorte principal tem como ponto de partida o ano de 1850, ano em que foi aprovada a Lei de Terras. O ano de finalização do recorte temporal é 1920, quando o processo de ocupação das terras florestais já estava praticamente consolidado.

Figura 8 – Mapa da área de ocorrência da erva-mate.



Fonte: Gerhardt (2013)

Nessa primeira parte Zarth traz para o conhecimento do leitor como foi ocorrendo o processo de ocupação do território gaúcho. Segundo Zarth (1997, p.14) “enquanto a ocupação e a exploração portuguesa no nordeste do Brasil tomava corpo, no século XVI, o atual estado do Rio Grande do Sul passava quase despercebido”, sendo povoado somente pelos indígenas. A situação começa a se modificar a partir do final do século XVI, quando jesuítas espanhóis começam a aldear indígenas, introduzindo o gado nas pastagens nativas.

Nesse mesmo período Zarth(1997) ,afirma que os bandeirantes passam a frequentar a região em busca de indígenas para escravizar, além disso o gado passa a se multiplicar rapidamente formando um grande rebanho nos campos.

Com esse rebanho é que o Rio Grande do Sul se integrou efetivamente ao circuito econômico da colônia no século XVIII, fornecendo couros, carnes e gado muar para o transporte na zona de mineração das Minas Gerais. Os campos sulinos a partir disso transformaram-se gradativamente em grandes estâncias de gado. Os estancieiros formariam uma poderosa classe que

dirigiria o Rio Grande do Sul de forma hegemônica até o princípio do século XX. (ZARTH, 1997, p.15).

Portanto, nesse contexto de ocupação da região analisada podemos perceber que campos nativos foram dando espaço a formação das estâncias, enquanto nas florestas encontrava-se a erva-mate. Logo, a erva-mate foi se tornando um produto regional de grande importância econômica para a região, tanto que a maior arrecadação das Câmaras Municipais era através dos impostos desse produto. Todavia, mesmo com esse início de desenvolvimento o Planalto Gaúcho ainda sofria com o isolamento, principalmente pelas dificuldades de transportes. Zarth (1997) explica que as estradas daquela época eram precárias, o que dificultava a condução das tropas e o transporte da erva-mate. Já a agricultura não poderia ir além da mera subsistência, pois jamais poderia competir, nessas condições, com a de outras áreas mais favorecidas em termos de localização e transporte.

Figura 9 - Mapa das regiões de ervais ainda inexplorados.



Fonte: Bento, 1992

4.2.3 COMO FOI SE CONCRETIZANDO O PROCESSO DE APROPRIAÇÃO DA TERRA NO RIO GRANDE DO SUL?

No processo de derivações sobre o processo de apropriação da terra o autor traz uma investigação sobre os procedimentos que foram tornando possível a posse da terra, colocando que o Rio Grande do Sul foi sendo ocupado de formas distintas e a partir da dicotomia campo/floresta. Então, segundo Zarth (1997) o tempo segundo foi passando e o Planalto gaúcho foi ganhando novos sujeitos colonizadores, assim, partir de 1850 os campos nativos já tinham sido todos ocupados por estancieiros latifundiários. Com essa aglomeração, os estancieiros, já em 1834 haviam formado o município de Cruz Alta. Com a criação desse município surgiu também alguns distritos como Passo Fundo, Palmeira das Missões, que ao longo do século XIX foram se emancipando.

Na fase de apropriação da terra os agricultores caboclos que foram surgindo aos poucos atendiam uma economia local e era apenas de subsistência. Após fazer alguns roçados nas áreas menos fechadas pelas florestas, os caboclos começavam então a trabalhar a terra. As terras eram trabalhadas com o arado de boi e para a alimentação plantavam milho, mandioca, trigo e feijão. Faziam também grandes mutirões entre a vizinhança para acelerar o serviço na agricultura principalmente na derrubada de mato e colheitas.

Mas conforme Zarth (1997) elucida, os campos nativos na metade do século XIX estavam ocupados, e não se contentando com tudo o que haviam conquistado, os estancieiros deram início ao processo de apoderamento das áreas de mata nativa, nas quais os caboclos estavam alojados para a extração de erva-mate. Assim, deu-se início a uma série de conflitos entre estancieiros e caboclos que até o momento não tinham posse jurídica de seus roçados e ervais. E mesmo por ventura quando conseguiam registrar uma terra em seu nome, era logo contestado por grandes latifundiários que reclamavam, e diziam ter o mesmo direito de ter posse daquela área, nessas condições o perdedor era quase sempre o mais fraco (caboclo).

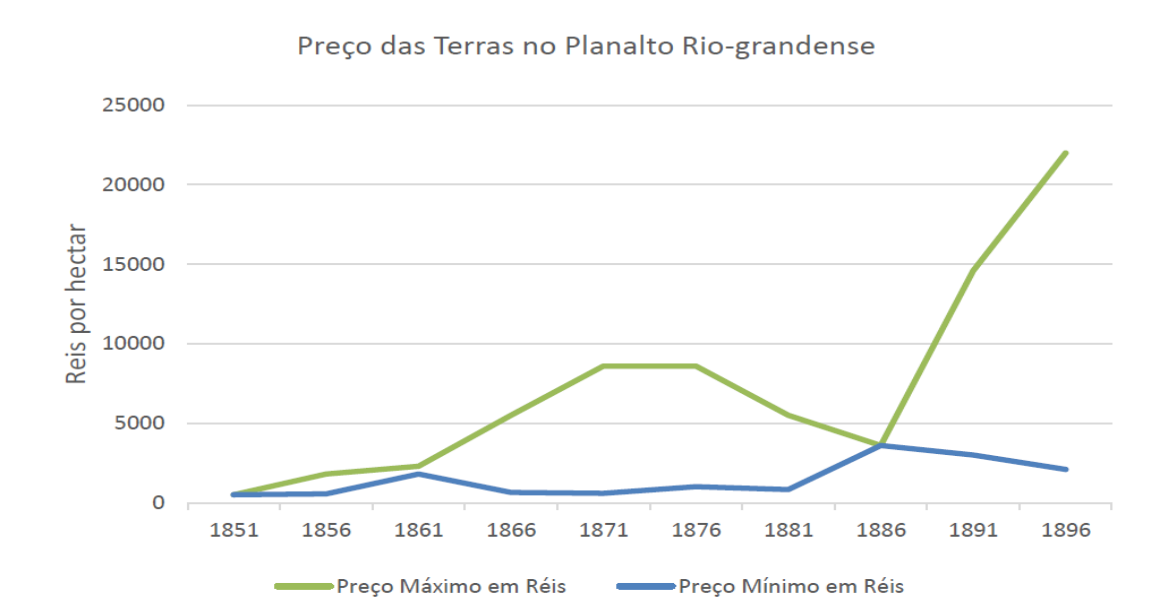
Por volta da década de 1860, entretanto, quando os latifundiários pecuaristas já não tinham possibilidades de incorporar novos campos devolutos, iniciou-se um processo de apropriação das áreas de mato e desse modo explodiu uma série de conflitos entre os usurpadores e os coletores de erva-mate que até então não possuíam propriedade jurídica de seus roçados e dos ervais. É nesse instante que a exclusão dos camponeses pobres tem início, obrigando-os a emigrarem para áreas inóspitas e ainda devolutas ou a

tornarem-se peões de estância em substituição ao escravo negro. (ZARTH, 1997, p.28).

Segundo Zarth (1997) foram muitos problemas que os caboclos passaram a enfrentar com relação á posse da terra, a partir da metade do século XIX, principalmente após o início do processo de privatização dos ervais. Nesse período originou-se uma longa luta na qual os coletores de erva acabaram submetidos à força dos usurpadores que controlavam várias instâncias do poder público e não vacilavam em usá-las em proveito próprio.

Dando continuidade em nossa análise, percebemos nas escritas de Zarth que na década de 1860 os conflitos entre caboclos e latifundiários tomam corpo. Em 1862 poucos anos após a regulamentação da Lei de Terras e do registro paroquial de 1855/56, uma representação de ervateiros deu queixa a Câmara de Vereadores de Cruz Alta da tentativa de apropriação de terras por parte dos usurpadores locais. Com a Lei de Terras, acelerou-se mais ainda a expropriação do caboclo, pois a terra passou a ser mercadoria cada vez mais valorizada.

Figura 10 – Evolução dos preços das terras no Rio Grande do Sul.



Fonte: Zarth (2002)

Conforme Zarth (1997), os campos nativos foram conquistados pelos futuros estancieiros através do simples expediente de obter concessão das autoridades militares locais. Dessa forma, militares e tropeiros conseguiram a preços irrisórios vastas áreas de campo nativo que deram origem às grandes estâncias das quais ainda restam resquícios. Essas concessões tinham alguma ligação com o governo imperial, facilitando as novas legalizações e consolidando a formação das grandes fazendas que começaram a ser demarcadas induzindo ao atropelamento das posses dos caboclos. Com a perda de suas posses, muitos caboclos são obrigados a migrarem para áreas mais inóspitas às margens do rio Uruguai, outros vão sendo alocados nas fazendas, passando a ser conhecido como peões, agregado ou posseiro

Para Zarth (1997, p 43)

A partir da Lei de Terras de 1850, regulamentada em 1854, todas as terras tidas como devolutas tornaram-se objeto de venda do governo. A ocupação de terras não poderia ser mais mansa e pacífica, mas sim através da compra. Dessa forma o acesso a terra, do ponto de vista legal ficou difícil para as camadas pobres da população camponesa, mas nem tanto para as elites locais, que além de regularizar suas propriedades procuraram avançar ou incorporar novas áreas onde viviam posseiros pobres sem poder para reagir.

Nesse período houve também o desenvolvimento de documentos falsos pelos quais os grandes estancieiros adquiriram as posses das terras dos caboclos. Esses documentos eram falsificados geralmente no próprio registro de terras, pois eram eles que estavam no poder podendo se fosse possível pagar certa quantia para a falsificação desse documento. Sem saber dessas atrocidades feitas pelos grandes proprietários de terra os caboclos muitas vezes não podiam nem reagir, e assim iam se tornando proletariado sem-terra, tendo que migrar para outras áreas, ou substituir os escravos nas estâncias.

Nas fazendas os caboclos eram explorados pelos fazendeiros. Depois de se alojarem, recebiam instrumentos de trabalho, como enxadas e foices, iniciando o trabalho na fazenda. Trabalhavam três ou quatro dias para o fazendeiro, e os outros dias trabalhavam em terras que o fazendeiro lhes arrendava. O trabalho que realizavam para o fazendeiro era gratuito e ainda tinham que entregar parte de seus produtos agrícolas como a mandioca e o milho. Trabalhando para o fazendeiro passaram a servir como mão-de-obra para as épocas de maior demanda de trabalho.

Os caboclos que ficaram com alguma sobra de terra continuaram fazendo seus roçados e explorando erva-mate.

...uma parcela significativa da população regional acabou mesmo sendo atingida fortemente pela Lei de Terras de 1850. A população de lavradores pobres e coletores de erva-mate foi por aquele diploma jurídico impedida de apropriar-se do solo. Essa população acabou sendo utilizada como força de trabalho nas estâncias, após a abolição da escravidão, e nos próprios projetos de colonização como organizadores da infraestrutura— estradas, desmatamento... (ZARTH, 1997, p.28).

Podemos observar que conforme a pesquisa de Zarth (1997) as terras que o fazendeiro pretendia incorporar em seus lotes não eram devolutas, pois os ervateiros já ocupavam muitas dessas áreas. Porém era quase impossível convencer o juiz e o fazendeiro de que os ervateiros teriam direito sobre o erval como posseiros ou como usuários de um bem público. Além disso, os caboclos por serem em sua grande maioria analfabetos não tinham conhecimento da lei e além, eram poucas as possibilidades de reagir diante do poder dos usurpadores, numa terra e numa época onde a arbitrariedade era prática comum. Os processos de apropriação jurídica das terras a partir da década de 1860 tendeu a avançar e a agravar cada vez mais a situação dos posseiros pobres.

O autor coloca que para os caboclos os problemas não paravam de surgir, e segundo documentários, outro grande problema para os nacionais, foi a vinda de imigrantes europeus para a região. A presença de agricultores estrangeiros parecia ser inútil, pois havia uma considerável fatia de caboclos sem trabalho e sem terras para trabalhar. A justificativa para a presença de imigrantes é que para governo e os pertencentes às elites ricas, os imigrantes europeus representavam a solução dos problemas, tudo estava focado para eles, inclusive receberam privilégios que jamais os caboclos receberam. Para Zarth (1997) “é pertinente ressaltar que a política deliberada de propiciar o desenvolvimento de pequenas propriedades na região era uma política voltada para imigrantes e não para os nacionais, pois os imigrantes recebiam a terra para pagar em longo prazo e ainda recebiam subsídios para praticarem uma agricultura de subsistência nas áreas

Uma das relações que conseguimos fazer foi que “a chegada dos migrantes proporcionou um significativo abalo cultural para os caboclos. O padrão cultural dos migrantes era completamente incompatível com os caboclos” (Zarth, 1998, p.115)

A políticas do Estado sempre causavam aborrecimentos aos caboclos , pois as mesmas praticamente impediam os pobres de apropriar-se do solo, assim cada vez aumentava o número de pessoas despossuídas de terras e precisando trabalhar nas estâncias pastoris em substituição dos escravos, além de formarem fileiras de sem-terra ou elementos embrenhados nas matas da beira do Rio Uruguai procurando meios para sua sobrevivência.

Outro aspecto importante considerado por Zarth (1997) em suas análises e que as autoridades locais justificavam a necessidade de imigrantes devido ao isolamento da região, porém tiveram lucro na venda e valorização das terras entregues aos estrangeiros. Para os comerciantes a colonização se fazia necessária para amenizar o relativo isolamento regional. As queixas nesse sentido eram tantas que alguns estancieiros locais e políticos chegaram a propor a autonomia política da região através da criação da Província das Missões. Nesse sentido, Zarth também explica que muitos dos imigrantes não tinham informações sobre os aspectos jurídicos da terra, mas funcionários públicos levavam-os até seus lotes e ajudavam na legalização. Era um tratamento totalmente diferente entre imigrantes e os caboclos, pois enquanto uns tinham ajuda do governo, outros acabavam tornando-se intrusos, peões baratos ou sem-terras. Além disso, próximos as estâncias havia uma grande quantidade de caboclos posseiros que não tinham títulos de suas terras e por isso estavam vulneráveis a perder seu pedaço de chão para seus vizinhos fazendeiros.

Portanto, Zarth nos traz a partir de suas investigações uma forma de refletir como foi ocorrendo o processo de ocupação do Planalto Gaúcho. Um trabalho que nos faz refletir sobre os pioneiros da região, mas que a partir de ideais governamentais acabaram tornando-se excluídos do processo de colonização, por serem considerados atrasados em relação aos imigrantes. Porém, é necessário considerar que mesmo sendo vistos como um elemento atrasado com relação a outros povos é o nacional constituiu uma “peça” importante no processo que engendrou a ocupação e normatização fundiária do Rio Grande do Sul e, aqui, especificamente, da região de mata do Planalto.

4.2.6 COMO FOI OCORRENDO O PROCESSO DO USO DA TERRA NO RIO GRANDE DO SUL?

Com bases nas narrativas do autor e no processo de categorização sobre o a ocupação e o uso da terra, o autor faz um levantamento histórico de como o território gaúcho foi sendo ocupado a partir de uma economia baseada na pecuária e no extrativismo da erva-mate.

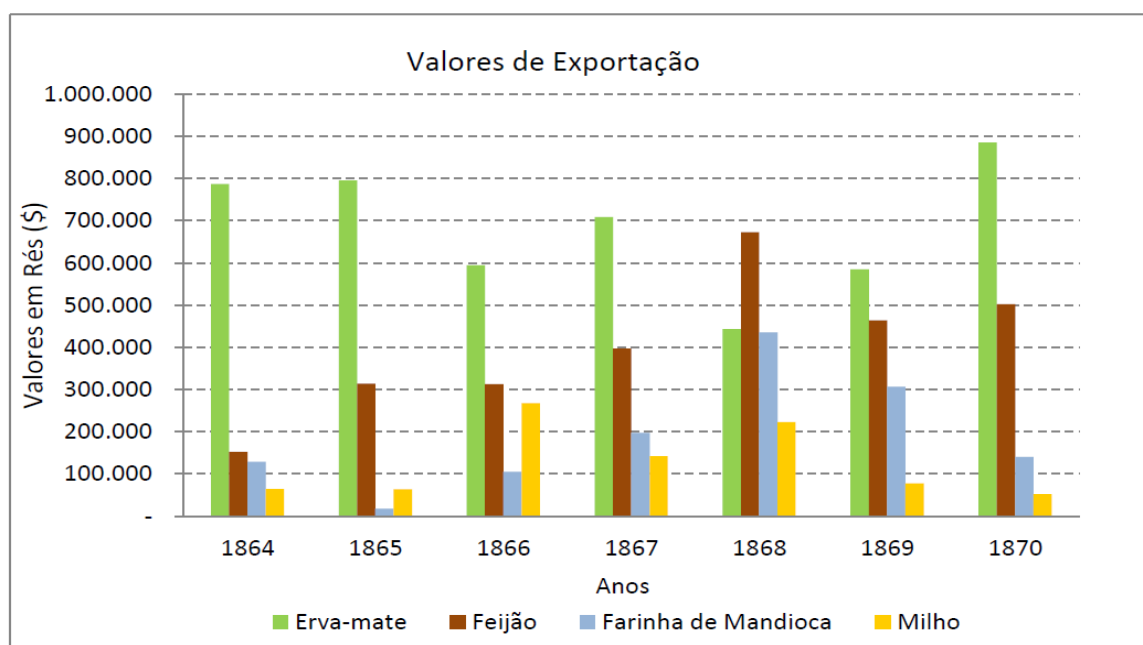
Conforme Zarth (1997, p 78) a pecuária representou durante todo o século XIX a principal atividade econômica do planalto gaúcho formando as estâncias típicas do planalto onde se criava gado bovino, cavalos, muares e ovinos. O gado bovino, além de servir como mão de obra era quem fornecia o charque e o couro, produtos importantes para a economia da época. As mulas eram muito valorizadas também, pois ao longo do tempo foram objetos de transportes de cargas para o intenso comércio nas feiras de Sorocaba em São Paulo. Outro aspecto importante da época é que embora uma estância do século XIX fosse um estabelecimento hegemonicamente pastoril, seus proprietários procuravam manter autossuficiência alimentar. Peões ou escravos eram utilizados para roças e criação de pequenos animais domésticos.

Cabe ressaltar aqui que Zarth (1997) também deixa mencionado o trabalho dos caboclos dentro das estâncias, pois estes eram agregados que cuidavam do gado em pontos estratégicos longe da sede da propriedade, em troca do direito de plantar e de alguma remuneração. Geralmente eram esses trabalhadores pobres que garantiam a autossuficiência de alimentos das estâncias, produzindo o necessário o abastecimento interno. Como cita Zarth (1997, p. 84) o autoabastecimento das estâncias possibilitava enfrentar, sem grandes transtornos, as adversidades do mercado pecuário. Essa autossuficiência permitia que, durante uma baixa de preços do gado, fosse possível reter os animais no campo por certo tempo ou ainda a venda reduzida de cabeças, conforme as necessidades imediatas. E mesmo que o estancieiro vendesse seus animais por preços relativamente baixos, não correria o risco de ir à falência.

A erva-mate foi durante o século XIX e início do século XX um dos principais produtos da economia gaúcha. O extrativismo da erva-mate nessa região vem desde a época das reduções jesuíticas do século XVII. Então, nos anos de 1850, a coleta de

erva-mate já tinha grande importância econômica, empregando milhares de caboclos, e era o principal item de arrecadação tributária municipal de alguns municípios da região.

Figura 11 – Evolução dos preços dos produtos de exportação no Rio Grande do Sul.



Fonte: Zarth (2002).

Na produção da erva-mate os carijos tornaram-se uma característica marcante no extrativismo, pois nesse processo o investimento era mínimo, o que facilitava ao caboclo sua produção. Segundo Zath (1997, p.91) Ou seja, todo o processo de coleta e preparo da erva, antes de chegar ao engenho, era realizado numa instalação construída com material recolhido diretamente da floresta, da mesma forma que todos os equipamentos de trabalho. Apenas o machado e o facão eram comprados. Assim, para construir o carijo eram necessários apenas troncos e capim amarrados com cipós. Os cestos para carregar o produto do carijo ao engenho eram feitos de taquara durante o processo de secagem da erva.

Figura 12 - Carijo e trabalhadores no meio da mata.



Fonte: Felckzak (2018)

Com o tempo os caboclos que eram os envolvidos na coleta da erva-mate passam utilizar o barbaquá, um sistema que elimina o contato das folhas de mate com a fumaça e que substituiu o carijo. Esse melhoramento técnico foi fruto de comerciantes e proprietários de engenho que passaram a comprar o mate na sua forma natural. O coletor, nesse novo sistema, apenas cortava os galhos da ervateira e os conduzia ao barbaquá, dispensando o tratamento no carijo. Zarth (1997) explica que o barbaquá, uma instalação mais sofisticada, exigia certo capital, e não podia ser construído nas mesmas proporções. Nesse processo de preparo da erva-mate exigia melhoria no sistema de transportes para permitir acesso da erva colhida ao barbaquá, pois o mate não podia permanecer por muito tempo sem o tratamento do carijo ou do barbaquá. Assim, a introdução do barbaquá ocorreu no mesmo período em que ocorria a melhoria das estradas e se intensificava o uso das carroças.

Podemos perceber que segundo explanações do autor a agricultura cabocla acontecia nos moldes rudimentares, pois os mesmos sem ter muitos recursos, utilizavam muito a técnica da queimada para limpar pedaços de terra e produzir

produtos para subsistência. Dessa forma, Zarth (1997) percebeu em suas pesquisas que a agricultura cabocla era muito frágil, pois devido à ausência de armazenamento, as adversidades climáticas colocavam por diversas vezes os caboclos em difícil situação. Assim, devido a miséria muitos caboclos acabavam tornando-se trabalhadores das estâncias pastoris, mesmo com uma remuneração muito baixa, mas na época era o que lhes fornecia a sobrevivência, ou seja, para não acabar morrendo, se submetiam aos desmandes dos estancieiros.

4.2.7 QUEM ERAM OS TRABALHADORES DOS ERVAIS?

Quando falamos em trabalhadores dos ervais, nosso habitual conceito já nos remete os caboclos, pois os mesmos foram peças importantes do processo de organização e ocupação da região Norte do Estado. Cabe aqui destacar que o autor do decorrer de sua produção procurou trazer para a discussão o sujeito caboclo, sua importância para região e sua trajetória agrária e fundiária. Conforme Zarth (1997) os denomina caboclo, caipira ou nacional esses sujeitos não tiveram muitas oportunidades de viverem com dignidade, simplesmente sobreviviam. Sempre levaram uma vida extremamente simples, e que muitas vezes não era aceita por aqueles que ocupavam a região.

Inicialmente, estes caboclos posseiros viviam de suas culturas de subsistência, bem como da caça e pesca. Porém, mantinham relações comerciais com outros grupos, mesmo percorrendo longas distâncias, além disso tinham na exploração dos ervais uma forma adquirir recursos em certos períodos do ano. Já outros tantos caboclos se inseriram nesse contexto da sociedade como peões, agregados, ou até mesmo lidando no comércio de mulas, gados e cavalos na troperias.

Figura 13 - Trabalhadores na coleta da erva-mate.



Fonte: Disponível em <http://www.identidade85.com/2019/12/os-primordios-da-producao-de-erva-mate.html>. Acesso dia 03 de novembro de 2022.

Mas, a partir da Lei de Terras de 1850 e com o processo de demarcação das terras e sua privatização, o caboclo começa a sofrer graves consequências neste processo de privatização das terras, a grande maioria dos caboclos acabou perdendo seus lotes, pois não conseguiram legitimá-los. Assim, com a Lei de Terras de 1850, onde esta passou a ser um bem capital e seu acesso restringido aos que possuíam esclarecimentos e poder econômico, podemos deduzir que em nada serviu para o lavrador nacional, visto que este ficou limitado em seu acesso à terra e, além do mais, foi sendo expropriado gradativamente.

No entanto precisamos estar cientes que estes caboclos que por tantas vezes foram desprezados pela sociedade, de fato foram sujeitos que formavam no Rio Grande do Sul um contingente populacional que foi usado como mão de obra em inúmeras estâncias, além de iniciarem o desmatamento das colônias que foram sendo privatizadas e entregues aos imigrantes.

Mesmo sendo visto como um elemento atrasado com relação a outros povos é importante lembrar que o nacional se constituiu numa “peça” importante no processo que engendrou a ocupação e normatização fundiária do Rio Grande do Sul e, aqui, especificamente, da região Norte do estado, por ter sido quem migrou primeiramente

para essa região de mata; também por estar associado à longa trajetória agrária brasileira, desfavorecido e influenciado pela Lei de Terras de 1850, assim como pelos projetos de colonização.

4.2.8 SUJEITOS E ESPAÇOS CABOCLOS E MODO DE VIDA TRADICIONAL.

Para a construção da pesquisa, levamos como apreço a grande contribuição que a literatura regional nos proporciona ao analisar o modo de vida dos povos caboclos. Entretanto, foram referenciados algumas obras para dar rota ao caminhar das descobertas, que não pretendem fechar-se, nem impor a “verdade” sobre as manifestações do modo de vida caboclo, mas sim pretende apresentar esse figuração dos agentes que fazem parte da nossa sociedade.

Há, portanto na literatura brasileira, a tentativa de caracterização sobre o modo de vida caboclo. Nesse sentido, Ribeiro (2006, p. 376) nos traz uma grande referência na definição de quem é o caboclo ervateiro:

Esses eram os gaúchos originais, uniformizados culturalmente pelas atividades pastoris, bem como pela unidade da língua, costumes e usos comuns. Tais eram: o chimarrão, o tabaco, a rede de dormir, a vestimenta peculiar caracterizada pelo chiripá e pelo poncho; as boleadeiras e laços de caça e de rodeio; as cadeias de sebo para alumiar e toda tralha de montaria e pastoreio feita de couro cru; a que se acrescentaram as carretas puxadas por bois, os hábitos de consumo de sal como tempero, da aguardente e do sabão e da utilização e artefatos de metal, principalmente a faca de carnear, as pontas das lanças, as esporas e freios e uns poucos utensílios para ferver e para cozinhar.

Ribeiro (2006) também destaca que os conceitos e definições desse sujeito estão intrinsecamente ligadas à sua regionalidade, pois cada grupo traz características singulares conforme a região que vive seu cotidiano. No entanto nossa pesquisa procura descrever nesse metatexto a modo de vida do caboclo ervateiro, o qual é o objeto central na nossa análise.

A partir das obras analisadas foi possível compreender que o modo de vida dos caboclos se produz fundamentado na relação terra, trabalho e família. Assim, o modo de vida dos caboclos é marcado pela flexibilidade de adaptação com a finalidade de reproduzir material e culturalmente, o seu modo de vida. Este modo de vida dos caboclos não é tipicamente capitalista, pois não tem como fundamento principal a

acumulação, mas sim a ajuda mútua, sendo a utilização da terra uma das características que marca suas comunidades.

A propriedade da terra possibilitou o desenvolvimento dessa perspectiva de fixação a um local, preparado e construído a seu modo, bem como a vinculação a um grupo social com o qual mantinha relações estreitas de sociabilidade¹⁵. A propriedade, então, não foi apenas um modo de acesso a um pedaço de terra. Ela permitiu o desenvolvimento de um dado padrão cultural e um certo modo de vida. (Poli, 2002, p 31)

Zarth (1997) coloca que a produção camponesa pode ser pensada como uma relação social não-capitalista por que significa uma forma de produção/circulação de mercadorias simples. Também Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1986) explica que na produção cabocla, uma parte da produção é subsistência e o excedente é comercializado sob a forma de mercadoria. Este processo significa uma forma simples de produção/circulação das mercadorias porque a transformação de mercadorias em dinheiro ocorre com o objetivo apenas de adquirir outras mercadorias necessárias à satisfação de suas necessidades, dessa forma esses sujeitos foram produzindo seu próprio modo de vida.

Na propriedade camponesa, os instrumentos de trabalho pertencem ao próprio trabalhador. A terra é propriedade do trabalhador e ela é o seu meio de produção, não é, portanto, instrumento de exploração. São elementos estruturais da produção cabocla: a força de trabalho familiar, a família cabocla funciona com um trabalhador coletivo; a ajuda mútua, entre essas práticas está o mutirão ou troca pura e simples de dias de trabalho entre eles; a parceria, o caboclo ao contratar um parceiro, divide com ele custos e ganhos (OLIVEIRA, 1986). Para Poli (2002) o mutirão geralmente ocorria em casos de situações excepcionais, doença ou outro acontecimento incomum, quando, então, os vizinhos se juntavam para ajudar a família atingida a executar tarefas que ela não poderia “dar conta” no momento.

Os caboclos foram constituindo uma economia familiar não capitalista, pois formaram unidades familiares onde todos os integrantes em idade e com condições de fazê-lo podem exercer algum tipo de trabalho. Além disso, o modo de vida dos caboclos proporciona construção de relações sociais subdivididos em pequenos grupos domésticos/familiares. Logo, as suas necessidades de subsistência são supridas por meio do trabalho praticado pelo próprio grupo familiar. Estas necessidades são supridas pelo consumo familiar da produção e pela venda do excedente, principalmente da erva-mate que durante muito tempo foi o principal produto comercial.

Nesse processo de construção da identidade cabocla, na produção de alimentos também, que se estabelecem laços de solidariedade e de sociabilidade com a comunidade. De uma maneira simbólica, ao oferecer os alimentos de sua produção a outros, se estabelecem vínculos com aqueles a quem considera. Dessa forma, “[...] terra e alimento estão de tal forma imbricados, que falar de um remete necessariamente ao outro, bem como às formas de sociabilidade e solidariedade oriundas dessa articulação”. (ALMEIDA; PAULINO, 2010, p. 40).

Segundo Camacho, o caboclo (2014) tem uma forma de enxergar a plantação de alimentos que se diferencia do citadino, tendo em vista que vê nela a sua realização do trabalho. Assim, o cultivo de alimentos expressa uma subjetividade que vai além da simples reprodução física do indivíduo. E quando a recriação desse sujeito se realiza na luta, esta característica passa ser elemento de afirmação da identidade camponesa.

O que pode ser percebido também nas análises das obras é que as casas caboclas eram muito simples, muitas não tinham nem assoalho. No entanto junto a essas vilas geralmente, aparecia, desde os primeiros momentos, a preocupação com a existência de um local para as rezas dominicais, onde se reuniam todas as famílias instaladas localidade.

Portanto, os caboclos representam uma diversidade de configurações sociais cujo modo de vida está fundamentado no trabalho na terra executado pela família, sendo que o acesso a essa terra pode se dar de distintas formas, originando: o posseiro, o parceiro, o foreiro, o arrendatário, o pequeno proprietário, o assentado etc. Desse modo, entendemos que modo de vida caboclo se reproduziu por meio da tríade Terra-Família-Trabalho, não tendo como embasamento o capitalismo e a acumulação, mas sim a ajuda mútua.

4.2.8 SUJEITOS E ESPAÇOS CABOCLOS E A RESISTÊNCIA

O progresso da sociedade representado pela modernização das forças produtivas, ou seja, o capitalismo, trouxe grandes implicações para as comunidades caboclas. Como já analisado em outros momentos da pesquisa, compreendemos que o campesinato caboclo sofreu, historicamente, uma série de expropriações que ocorreram na região, principalmente pelo desfavorecimento com a Lei de Terras de 1850 e posteriormente pelas ondas migratórias de colonização de descendentes de

italianos e alemães que vieram para o Rio Grande do Sul. Expropriações estas que são demarcadas historicamente, mas que não cessam de acontecer, infelizmente.

Assim, o sistema capitalista procurou instituir à sociedade em geral que as características familiares caboclas, geralmente localizadas e fechadas e centradas nas relações sociais de produção familiar implicavam na impossibilidade de elaboração do projeto de desenvolvimento, condição necessária para a sobrevivência do capitalismo.

No entanto, podemos também compreender que os caboclos, em diferentes esferas procuraram de diversas formas resistir aos poderes a que eram submetidos, mesmos que em diversos momentos acabaram sofrendo ataques duros aos seu modo de vida.

Nesse procedimento de resistência, muitos caboclos acabaram sendo submetidos ao modo de vida capitalista, ou seja, deixaram de ver na terra seu objeto para o sustento. Sendo assim, muitos acabaram migrando para os centros urbanos em busca de trabalho, pois precisavam produzir mais, ganhar mais, para consumir mais. Dessa maneira adentravam no ritmo do sistema capitalista a que estavam sendo submetidos.

Já alguns autores como Fabrini (2007) nos trazem colocações de que os caboclos camponeses também passaram a produzir sua própria resistência, pois a partir das suas mobilizações coletivas expressas nos sindicatos, entidades, associações e, principalmente, movimentos sociais passaram a buscar seus direitos. O autor também esclarece que essa busca de direitos está muito atrelada a uma forma de garantir seus territórios, pois é partir dele que conseguem sobreviver.

Assim, a escala de ação dos camponeses se amplia pelos movimentos, mas é preciso considerar que estes se alimentam de uma “energia” local, do território. O assentamento, o acampamento e os grupos de pequenos agricultores, por exemplo, se constituem como parte do território que alimentam e oxigenam ação de movimentos e organização de entidades nacionais/transnacionais. O território se constitui como base de ação das forças camponesas organizadas.

E nesse processo de edificação da resistência a partir de forças locais, emerge um conjunto de ações de conteúdo político, econômico, cultural, ambiental, costumeiro, etc. Estas ações, sustentadas numa base territorial cabocla, se manifestam na produção de autoconsumo e resistência, controle de segmentos do processo produtivo, autonomia, relações comunitárias, coletivas e de vizinhança. Os caboclos, a partir do contexto local procurou resistir, implementando uma agricultura

defensiva ao padrão agrícola caracterizado pelo elevado consumo das tecnologias. Além disso procurou traçar uma produção agrícola em que parte dos instrumentos, ferramentas, conhecimentos e técnicas são elaborados por seus sujeitos, procurando depender menos daquelas técnicas elaboradas na esfera da produção de mercadorias e nos interstícios das relações capitalistas.

E nesse contexto das resistências percebe-se que as comunidades caboclas existentes ainda procuram organizar uma produção centrada na intensidade do trabalho familiar e não na utilização de máquinas. Entre esses grupos também se percebe uma relação singular com a natureza, pois muitos ainda utilizam conhecimentos que possuem sobre o clima, calendário agrícola para planejar a produção, manejos e semeadura feitos levando em consideração o calendário lunar, enfim os astros. Isso indica relações diferenciadas da produção agrícola empresarial em que a agricultura é praticamente dominada pela técnica. A natureza dos vínculos que os camponeses estabelecem com a terra aparece como resistência. A terra não é vista necessariamente como uma mercadoria para acumular capital. Neste sentido, o cultivo de uma determinada planta não é apenas um produto agrícola comercial, mas também parte do mundo camponês vinculado diretamente à natureza.

Também podemos considerar como forma de resistência das comunidades caboclas produção de sementes crioulas e experiências relacionadas à agricultura orgânica para consumo próprio, sendo que quando há excedentes comercializam nos centros urbanos.

Ainda nessa totalidade a vizinhança persiste como uma outra característica que evidencia a dimensão local da vida cabocla, pois essa sociabilidade criada num pequeno círculo de famílias que vivem próximas umas às outras, as pessoas se identificam com o grupo a que estão inseridos. Esta relação entre vizinhos também aponta para uma socialização forjada na esfera local e que se desdobra na produção agrícola, por exemplo. Neste sentido, Martins (2002) afirma “a consciência do camponês expressa a consciência da pessoa, que é extensão da família e da comunidade e dos laços comunitários” (MARTINS, 2002, p. 75).

Em suma, podemos compreender que desde séculos passados os caboclos vêm sofrendo com um sistema de subordinação e dominação, principalmente com relação a dimensão territorial, pois a terra para esses sujeitos é o elemento essencial para sua sobrevivência. Por outro lado, é importante também destacar que devido a essa subordinação, esses grupos caboclos organizaram diversas formas de

resistência construindo movimentos sociais como paradigmas de lutas. Essas lutas caboclas os tornaram sujeitos políticos fazendo o Estado a os ouvir, pois reivindicam uma sociedade menos desigual com melhores condições de vida, enfim com transformações sociais que os tornem sujeitos visíveis diante da sociedade.

5 CONCLUSÃO

Compreender a organização da sociedade sempre foi algo presente na memória dos sujeitos que a compõe. Toda a estrutura, diversidade cultural, formas de vivência e até mesmo a organização de cada povo está intrinsecamente correlacionado ao seu cotidiano. Assim, cada região possui sua especificidade, e cada sujeito é importante para a construção da sua realidade social. Pensando dessa forma, procuramos organizar uma análise que buscasse trazer de forma fenomenológica a essência do caboclo ervateiro na constituição da sociedade do Norte do Rio Grande do Sul.

A expressão caboclo está muito presente nos causos e denominações da sociedade do Rio Grande do Sul, porém, quando iniciamos nossa proposta de pesquisa percebemos certa dificuldade de trabalhar com elementos vivos que representam esses sujeitos. Então, entre diálogos entre orientador e orientando buscamos alternativas para construir uma investigação que apontasse a magnitude do caboclo ervateiro na formação da sociedade da região Norte Gaúcha. Nessa lógica, buscando formas e alternativas de trabalhar esse sujeito, passamos a discutir como os caboclos estão representados na literatura. A partir desse propósito foi se constituindo o objeto da pesquisa, no qual decidiu-se realizar uma análise que abordasse como o caboclo nacional e o caboclo ervateiro estão representados na literatura.

Esse estudo iniciou-se a partir da discussão sobre as Representações Sociais, ou seja, passamos a discutir teoricamente os conceitos desses termos e como os sujeitos fazem parte desses processos interagindo entre si e possibilitando modificações nas concepções de cada indivíduo e do grupo. Na definição de Moscovici (2003) as Representações Sociais possibilitam o sujeito a orientar-se em seu mundo social e material, possibilitando que a comunicação seja possível entre os membros da comunidade, ou seja, contribui para a criação de um espaço comum a um grupo social. Nessa perspectiva passamos a entender como os sujeitos são representados na sociedade e como o contexto em que estão inseridos podem representar a realidade e a identidade dos grupos sociais.

Após trabalhar sobre as Representações Sociais, procuramos também estabelecer relações de como a literatura pode contribuir para os estudos da Geografia Cultural. A princípio essa aproximação entre a Geografia e a Literatura parecia algo incerto, pois devido a falta de conhecimento não havia percebido como ambas se completam na forma de representar os sujeitos. Assim, no decorrer da elaboração da pesquisa, passamos a compreender a grande dicotomia existente entre o conhecimento geográfico e literário, pois ambos oferecem um grande aporte teórico de compreendermos a realidade do ser humano com o espaço que está inserido.

É importante ressaltar que aproximação entre a Geografia e a Literatura possibilitam a construção de novos caminhos para realizar estudos sobre os caboclos ervateiros da região Norte do estado do Rio Grande do Sul. A literatura traz em seu contexto uma visão da realidade vivida por esses sujeitos, permitindo diferentes narrativas sobre o cotidiano desses caboclos, compreendendo e identificando símbolos, paisagens, e o tempo que nos coloca em contato com o real, mesmo que de certa maneira distante da realidade atual.

Dessa forma, para a finalização da nossa pesquisa procuramos produzir uma análise das obras utilizando a Análise Textual Discursiva (ATD) como caminho metodológico, e de compreensão, proporcionando a organização de uma investigação profícua sobre as representações dos caboclos ervateiros na literatura. Assim, a Análise Textual Discursiva (ATD) permitiu a elaboração de novos pressupostos ontológicos e epistemológicos sobre o objeto da pesquisa, resultando na construção de novos conhecimentos a partir de conhecimentos já anteriormente elaborados.

A pesquisa realizada procurou compreender como efetivamente o caboclo está representado dentro da literatura. Observou-se na produção literária pesquisada que tanto Antônio Candido quanto Paulo Afonso Zarth procuraram fazer em suas pesquisas uma grande análise de como os caipiras (SP) e os caboclos no (RS) foram sendo influenciados pelo processo de inserção capitalista em seu cotidiano. Assim, ambas obras realizaram toda uma trajetória histórica desde a originalidade desses povos até o momento em muitos acabaram deixando de dar continuidade ao seu modo de vida tradicional, passando a ser submetido a um cotidiano vinculado ao sistema capitalista.

Vale salientar que tanto os caboclos e os caipiras foram elementos importantes para o desenvolvimento de várias regiões do Brasil, porém devido a pensamentos intelectuais e científicos de cunho racista e interesses econômicos esses grupos sofreram um processo de marginalização. Esse movimento intelectual-científico legitimou a comparação entre a cultura do camponês nacional e a cultura europeia, caracterizando a primeira como inferior. Esse movimento também justificou a expulsão dos camponeses para que os imigrantes europeus ocupassem seu lugar, visando à interiorização e marginalização das populações camponesas.

No entanto, Candido e Zarth procuram desmistificar conceitos que a sociedade imbui em relação aos caipiras e caboclos, pois para muitos esses grupos eram sinônimos de atraso, onde tanto a sociedade como os estudiosos, preconceituosamente, não acreditavam no caipira e no caboclo como alternativa para suprir a mão-de-obra e o desenvolvimento, para isso, identificavam-no com certos atributos como, por exemplo, sem trabalho sistemático, não economiza, preguiçoso, indolente, vivendo isolado, enquanto traziam apreciações do imigrantes como sinônimo de sucesso de desenvolvimento. Assim, tanto as obras escritas por Candido e Zarth procuram demonstrar que, tanto o caboclo quanto o caipira já estavam presentes no processo de colonização de várias regiões, sendo elementos importantes para o desenvolvimento do país.

Salientamos então, que a partir dessa análise literária foi possível compreender que por muito tempo, o vocábulo caboclo ou caipira foi estigmatizado como um signo negativo associado à cultura pobre, falta de conhecimento, falta de recursos técnicos, economia, arte e religião, ou ideias filosóficas mais elaboradas. Contudo, nas últimas décadas, as palavras caboclo e caipira adquiriram um caráter de autoafirmação e resistência, postas para enfatizar a existência de um conjunto rico e diversificado de crenças, saberes e práticas, um modo de ser, de estar no mundo e na natureza, estando longe de parecer inferior às culturas ou identidades de outros grupos. Portanto a partir de novas narrativas percebemos que caboclo ou caipira são sinônimos de orgulho e celebração da cultura, saberes e experiências dos grupos que compartilharam e contribuíram para a história regional e nacional.

Além disso, com este trabalho foi possível perceber o quanto é significativo aliar as diferentes fontes de pesquisa para entender de forma mais detalhada todo o processo de construção e desenvolvimento da região pesquisada, pois a partir das

obras literárias foi possível perceber a relevância dos caboclos, e que os mesmos constituíram um sujeito importante no processo que engendrou a ocupação do Norte do Rio Grande do Sul. Além disso, fica indubitável que esses sujeitos formaram uma legião de pessoas que migraram primeiramente para a região de mata, onde iniciaram o processo de exploração da erva-mate. No entanto fica evidente, apesar de serem um dos primeiros habitantes regionais, foram desfavorecidos pela trajetória agrária do Brasil, sempre sendo excluídos de todo o processo de ocupação e legalização da terra.

E diante dessa análise literária que traz o caboclo e suas representatividades na literatura, é fundamental atentar que esses sujeitos tem empreendidos resistências em torno da terra e de sua cultura, devido que em deveras situações sente sua própria identidade ameaçada, pelo não reconhecimento do Estado e da sociedade envolvente. Assim, os caboclos têm empreendido atualmente lutas a fim de ter a sua identidade reconhecida, buscando fazer um movimento salvação cultural, por direitos de cidadania e igualdade.

REFERÊNCIAS

ABRIC, Jean-Claude. A abordagem estrutural das representações sociais. In:

MOREIRA, Antônia Silva Paredes (org.), OLIVEIRA, Denize Cristina (org). Estudos interdisciplinares de representação social. Goiânia: AB, 2000.

ALMEIDA, Alexandre Dalla Barba de. **(Re)leituras geográficas: possibilidades pedagógicas para o aprender e ensinar geografia utilizando a literatura de Júlio Verne enquanto linguagem auxiliar.**2018. Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.

ALMEIDA, Alfredo W. B. de. **Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais.** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 6, n. 1, p. 9-32, mai. 2004. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/102-Texto%20do%20artigo-172-3-10-20170125.pdf. Acesso dia 22 de fevereiro de 2022.

ARRUDA, Ângela. Teoria das representações sociais e teorias do gênero. Cadernos de Pesquisa. Campinas, SP, v.117, p.127-147, 2002.

ASSMANN Saraiva, JURACY Ignez. **A formação do sujeito e a literatura. Nonada:** Letras em Revista, vol. 1, núm. 12, mayo-septiembre, 2009, pp. 1-9 Laureate International Universities Porto Alegre, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5124/512451678008.pdf>. Acesso dia 25 de março de 2022.

BAKHTIN, M. (VOLOCHINOV). **Marxismo e Filosofia da Linguagem.** Tradução: M. Lahud e Y. F. Vieira. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

_____. Os gêneros do discurso. In: _____. **Estética da criação verbal.** Tradução do russo: Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 277-326.

BARON, Christine. **Littérature et géographie: lieux, espaces, paysages et écritures. Le partage des disciplines.** Fabula, revue LHT n. 8, avril 2011.

BASTOS Ana Regina Vasconcelos Ribeiro. **“Geografia e os romances nordestinos das décadas de 1930 e 1940: uma contribuição ao ensino”.** Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo, 1993.

_____. **Espaço e literatura: algumas reflexões teóricas.** In: Espaço e Cultura, n 5, jan/jun; 1998.

BAZERMAN, C. Gênero, agência e escrita. São Paulo: Cortez, 2006.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. 2003. A construção social da realidade. Tradução Floriano de Souza Fernandes. 5. ed. Petrópolis: Vozes.

BEZZ, Meri Lourdes. REGIÃO COMO FOCO DE IDENTIDADE CULTURAL. GEOGRAFIA, Rio Claro, Vol. 27(1): 5-19, abril 2002.

_____. **Região como foco de identidade cultural. geografia**, Rio Claro, Vol. 27(1): 5-19, abril 2002. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/1732-Texto%20do%20artigo-38484-2-10-20210308%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/1732-Texto%20do%20artigo-38484-2-10-20210308%20(1).pdf). Acesso dia 22 de novembro de 2021.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Identidade e Etnia: Construção da pessoa e resistência cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CABECINHAS, Rosa. (2009) **“Investigar representações sociais: metodologias e níveis de análise”** (pp.51-66). In Baptista, M.M. (ed.) **Cultura: Metodologias e Investigação**. Lisboa: Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/9644/1/rosacabecinhascultura2009.pdf>. Acesso dia 10 de março de 2022.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Paradigmas em disputa na educação do campo**. 2014. 806 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Departamento de Geografia, Presidente Prudente, 2014.

CANDIDO, Antonio **A Revolução de 1930 e a cultura**. In: _____. **A educação pela noite**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006. p. 219-240.

_____. **Os parceiros do rio bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos meios de vida**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.

CASCUDO, L. da C. **Dicionário do folclore brasileiro**. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1962.

CLAVAL, P. **A Geografia Cultural**. 2 ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.

_____. **As Abordagens da Geografia Cultural**. In: CASTRO. I.E. et al (orgs.). **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. **Geografia cultural**. Florianópolis: ed. da UFSC, 1999.

_____. **Campo e Perspectivas da Geografia Cultural**. In: CORRÊA. R.L. et. al (orgs.). **Geografia Cultural: Um Século(3)**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2002.

COLFERAI, Deniza I. G.; GOMES, Marquiana de F.V. B. **A literatura como instrumento para uma geografia do campo**. UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE. 2009. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1605-8.pdf> . Acesso dia 02 de março de 2022.

COLLOT, Michel. **Pour une géographie littéraire. Le partage des disciplines**. Fabula, revue LHT n. 8, avril 2011.

_____. **Pour une géographie littéraire: une lecture d’Archipel de Claude Simon**. Carnets: revue électronique d’études françaises. v. II, n. 3, p. 8-23, 2015.

CORRÊA, Roberto Lobato. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. **Sobre a Geografia Cultural**. Departamento de Geografia – UFRJ, 2009.

CUNHA, Carlos M. F. **A(s) geografia(s) da literatura: do nacional ao global**. Guimarães: Opera Omnia, 2011. 118p. Disponível em <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/23202/1/As%20geografias%20da%20literatura.pdf.pdf>. Acesso dia 12 de fevereiro de 2022.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**, 1991

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais**. Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (2002)

FELCZAK Valéria. **A Exploração da Erva-Mate: Um viés histórico-ambiental sobre s Vale Do Rio Negro**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

FERNANDES, JOSÉ A. **Os primórdios da produção da Erva-Mate no Brasil e América Latina**. São Paulo, 2019. Disponível em <http://www.identidade85.com/2019/12/os-primordios-da-producao-de-erva-mate.html>. Acesso dia 03 de novembro de 2022.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa**. 6. ed. Curitiba: Positivo, 2005.

FRANCO, Maria L.P.B. **Análise do Conteúdo**. 1.ed. São Paulo: Editora Líber Livros, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

GERHARDT, Marcos. **História Ambiental da erva- -mate. 2013. 290 f.** Tese (Doutorado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

GIL FILHO, Sylvio F.. **“Espaço de Representação e Territorialidade do Sagrado: Notas para uma Teoria do Fato Religioso”**. In: -----, Ra’e Ga O Espaço Geográfico em Análise. Curitiba, 1999:v.3 n.3, pp.91-120.

GOETTERT, Jones Dari.; MARSCHNER, Roberto. (orgs.). **Transfazer o espaço: ensaios de como a literatura vira espaço e vice versa**. Dourados: Ed. UFGD, 2011.

GOOGLE ARTS & CULTURE. **O Violeiro de José Ferraz de Almeida Junior**. Disponível em <https://artsandculture.google.com/asset/o-violeiro-the-guitar-player-almeida-j%C3%BAnior/QwEK8L0OIq25SA?hl=pt-br>. Acesso dia 30 de outubro de 2022.

GUARESCHI, p. 1995. Sem dinheiro não há salvação: ancorando o bem e o mal entre os neopentecostais. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). **Textos em representações sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes. p. 191- 225 .

HOUAISS, A. 2001. **Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. São Paulo, Editora Objetiva.

JODELET, D. (1989). **Les représentations sociales**. Paris: Presses Universitaires de France.

_____. **Loucuras e representações sociais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

LAZARIN, Katiúscia Maria. **Fanáticos, rebeldes e caboclos: discursos e invenções sobre diferentes sujeitos na historiografia do Contestado. (1916-2003)**. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em história do centro de filosofia e ciências humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/102399/214159.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso dia 23 de setembro de 2021.

LIMA, Deborah de Magalhães. **A construção histórica do termo caboclo sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico**. Novos Cadernos NAEA vol. 2, nº 2 - dezembro 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/107/161>. Acesso dia 15 de janeiro de 2022.

LINHARES, Maria Y; Silva, Francisco Carlos T. da. **Terra prometida. Uma história da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro, 1999.

LOBATO, Monteiro. **Urupês**. São Paulo: Brasiliense, 1964.

MARANDOLA JR, Eduardo; GRATÃO, Lúcia H. B. (Orgs.). **Geograficidade, Poética e Imaginação**. In: Geografia e Literatura: ensaios sobre geograficidade, poética e imaginação. Londrina: Eduel, 2010, p. 7-14. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/index.php/atelie/article/view/18771>. Acesso dia 30 de março de 2022.

MARQUES, Marcos Aurelio. **Literatura e Geografia: a poética do lugar em Thiago de Mello**. Dissertação de mestrado apresentada ao mestrado em geografia, da Universidade Federal de Rondônia-UNIR, para obtenção do título de Mestre em Geografia. PORTO VELHO 2010.

MARTINS, J. S. **A sociedade vista do abismo**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves. **Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à educação**. Brasília, ano 14, n. 61, jan/mar, 1994. Disponível em <file:///C:/Users/User/Downloads/1169-1961-1-PB.pdf>. Acesso dia 22 de novembro de 2021.

MEDEIROS, Aline Lúcia N. **Literageo: três caminhos para entrelaçar geografia e literatura**. VII Congresso Brasileiro de Geografia Vitória/ES - 10 a 16 de Agosto de 2014. Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: https://www.academia.edu/38348437/LITERAGEO_TR%C3%8AS_CAMINHOS_PARA_ENTRELA%C3%87AR_GEOGRAFIA_E_LITERATURA. Acesso dia 20 de dezembro de 2021.

MELO, Vera M. **Paisagem e simbolismo**. In: ROSENDAHL, Zeni; CORREA, Roberto L. (Orgs.). **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 29-48, 2001.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: investigação em psicologia social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

_____. **A representação social da psicanálise**. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. **Representações sociais: investigações em psicologia social** / Serge Moscovici: editado em inglês por Gerard Duveen: traduzido do inglês por Pedrinho A. Guareschi. -5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MOTA, Mabel Meira; BORGES Livia. Souza Magalhães; FRANCO Laylla Gomes. **Leitura e produção de texto acadêmico**. - Salvador: UFBA, Escola de Teatro; Superintendência de Educação a Distância, 2020.

MOTTA-Roth, Desireé-Hends, Graciela H. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. P.113

NETA, Maria Amélia Vilanova. **Decifrando o Espaço a partir da Literatura**. Espaço e Cultura, UERJ, RJ, Nº17-18, P. 107-108. JAN/DEZ de 2004. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/7872>. Acesso dia 15 de fevereiro de 2022.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

PAIVA, Deborah. **Pintura do cenário onde Antônio Candido iniciou suas pesquisas**. UOL, São Paulo, 2010. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/07/modo-de-vida-caipira>. Acesso dia 25 de outubro de 2022.

PASSEGI, MariadaConceição. ORG. – **Memórias, Memoriais: pesquisa e formação docente**. São Paulo: Paulus, 2008

PERSICANO, Maria Luiza Scrosoppi. **Criatividade e subjetivação: do cérebro à arte na criação do humano**. In: BARTUCCI, Giovana (org.). **Psicanálise, arte e estéticas de subjetivação**. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

POLI, Odilon Luiz. **CULTURA E MODO DE VIDA CAMPONÊS NO OESTE CATARINENSE: as bases para a organização e reação frente à crise dos anos 70**.

PROENÇA FILHO, Domício. **Pós-Modernismo e Literatura**. São Paulo: Ática, 1995

RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993. 269 p.

REVISTA ELETRÔNICA AGRO 2.0. **Agricultura itinerante e a sua influência no mundo agro**. Disponível em <https://agro20.com.br/agricultura-itinerante/>. Acesso dia 12 de novembro de 2022.

REVISTA REMATE DOS MALES. Considerações sobre a formação do Modernismo brasileiro1 Marcia Regina Jaschke Machado marciaske@uol.com.br. Campinas-SP, (33.1-2): pp. 31-50, Jan./Dez. 2013.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia de Letras, 2006. 435p.

RIDANPÄÄ, Juha. **Geography and Literature**. New York: Oxford University Press. 2013.

ROSA, Lais Francielle Costa da, DORNELES Aline Machado. Análise Textual Discursiva no estudo da palavra Experiência nas dissertações de mestrado em Educação em Ciências. Revista Insignare Scientia, Vol. 4, n. 3. 2021. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/12137-Texto%20do%20artigo-45179-1-10-20210303%20(1).pdf . Acesso dia 20 de abril de 2022.

Sá, C.P.; Souto, S.O. e Möller, R.C. (1999) **La représentation sociale de la science par des consommateurs et par des non-consommateurs de la vulgarisation scientifique**. Cahiers Internationaux de Psychologie Sociale, 29, 29-38

Sá, CP. **Núcleo Central das Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes. (1998) [

SANTOS, Boaventura Sousa. Um discurso sobre as ciências. Porto: Edições Afrontamento, 14. ed., 2005.

SAUER, O, S. Geografia Cultural/ Carl O. Sauer. In: CORRÊA, LR. ROSENDAHL, Z (org). **Introdução à Geografia Cultural/** Organização Roberto Lobato Corrêa e Zeny Rosendahl. –Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Pós-graduação e pesquisa: o processo de produção e de sistematização do conhecimento no campo educacional**. In: BIANCHETTI, Lucídio;

MACHADO, Ana Maria Netto (Org.). A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações. 2. ed. Florianópolis, Ed. da UFSC; São Paulo: Cortez, 2006. p. 67-87. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3430/3116>. Acesso dia 10 de dezembro de 2021.

SILVA, Ana Flávia; BRANCALHÃO Evelyn Flávia da. **DA CRÍTICA AO CÔMICO: uma análise discursiva da construção identitária do caipira**. Thaysa Bardão Alves da SILVA Orientadora: Profa. Dra. Ana Lúcia Furquim CAMPOS-TOSCANO Revista Eletrônica de Letras (Online), v.7 , n.7, edição 7, jan-dez 2014, p 18.

SILVA, Felipe Cabañas. Por uma geografia da lírica: Representações do espaço na poesia de Carlos Drummond de Andrade. (Sentimento de Mundo, A rosa do povo e Menino Antigo). Tese de Doutorado. São Paulo, 2014.

SILVA, Marcio Antônio Both da. Caboclos: as especificidades históricas e os diferentes empregos de uma palavra. 2004. Disponível em http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/30/1405252958_ARQUIVO_CaboclosAnpuhRS.pdf. Acesso dia 10 de outubro de 2021.

SOUSA Andréia Aparecida Moreira de. **Geografia e literatura: a representação de Goiânia em fragmentos de viver é devagar de Brasigóis Felício**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia. Goiania, 2008. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/1920/1/Andreia%20Aparecida%20Moreira.pdf> . Acesso dia 10 de fevereiro de 2022.

SOUZA, Micheli Gomes de; BASSETTO, Livia Maria Turra. **Os processos de apropriação de gêneros acadêmicos (escritos) por graduandos em letras e as possíveis implicações para a formação de professores/pesquisadores.** Universidade Estadual Paulista – UNESP São Paulo – SP/Brasil. <https://www.scielo.br/j/rbla/a/Ypm99GJVr7LyXsLsYyq7N7c/?lang=pt>. Acesso dia 30 de agosto de 2022.

TAGLIETTI, Dáblio Batista. **Lei de Terras e a colonização do Médio Alto Uruguai – RS 1917/-1960.** Frederico Westphalen, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. IB Centro de Ecologia Laboratório de Geoprocessamento. Disponível no site <https://www.ufrgs.br/labgeo/index.php/downloads/dados-geoespaciais/>. Acesso em 20 de outubro de 2022.

ZARTH, P. A **Os caminhos da exclusão social.** Unijuí. Ed. Unijuí. 1998.

_____. **Do Arcaico ao Moderno. Rio Grande do Sul agrário do século XIX.** Ijuí: Ed. Unijui, 2002.

_____. **História agrária do Planalto Gaúcho.** Ijuí :Ed. Unijui, 1997